Organizadora:
GARDENE LEÃO DE CASTRO

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GRUPOS MINORIZADOS NA MÍDIA

VOL. 1

LabNós
thesis editora científica
cajueiro centro de formação assessoria e pesquisa em juventude

2026 - Thesis Editora Científica
Copyright © Thesis Editora Científica
Copyright do texto © 2026 Autores e organização
Copyright da edição © 2026 Thesis Editora Científica
Direitos para esta edição cedidos à Thesis Editora Científica por autores e organização
Open access publication by Thesis Editora Científica
Editor Chefe: Felipe Cardoso Rodrigues Vieira
Design da Capa: Lannder Cunha
Revisão: Autores e organização

Licença Creative Commons
Representações Sociais de Grupos Minorizados na Mídia - Volume 1 da Thesis Editora Científica está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. (CC BY-NC-ND 4.0).
O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, não representando a posição oficial da Thesis Editora Científica. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.
O manuscrito foi previamente submetido à avaliação cega pelos pares (*blind peer review*), membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovado para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

ISBN: 978-65-83199-74-4

Thesis Editora Científica
Teresina – PI – Brasil
contato@thesiseditora.com.br
www.thesiseditora.com.br

Conselho Editorial

Felipe Cardoso Rodrigues Vieira – lattes.cnpq.br/9585477678289843
Adilson Tadeu Basquerote Silva – lattes.cnpq.br/8318350738705473
Andréia Barcellos Teixeira Macedo – lattes.cnpq.br/1637177044438320
Eliana Napoleão Cozendey da Silva – lattes.cnpq.br/2784584976313535
Rodolfo Ritchelle Lima dos Santos – lattes.cnpq.br/8295495634814963
Luís Carlos Ribeiro Alves – lattes.cnpq.br/9634019972654177
João Vitor Andrade – lattes.cnpq.br/1079560019523176
Bruna Aparecida Lisboa – lattes.cnpq.br/1321523568431354
Júlio César Coelho do Nascimento – lattes.cnpq.br/7514376995749628
Ana Paula Cordeiro Chaves – lattes.cnpq.br/4006977507638703
Stanley Keynes Duarte dos Santos – lattes.cnpq.br/3992636884325637
Brena Silva dos Santos – lattes.cnpq.br/8427724475551636
Jessica da Silva Campos – lattes.cnpq.br/7849599391816074
Milena Cordeiro de Freitas – lattes.cnpq.br/5913862860839738
Thiago Alves Xavier dos Santos – lattes.cnpq.br/4830258002967482
Clarice Bezerra – lattes.cnpq.br/8568045874935183
Bianca Thaís Silva do Nascimento – lattes.cnpq.br/4437575769985694
Ana Claudia Rodrigues da Silva – lattes.cnpq.br/6594386344012975
Francisco Ronner Andrade da Silva – lattes.cnpq.br/5014107373013731
Maria Isabel de Vasconcelos Mavignier Neta – lattes.cnpq.br/8440258181190366
Anita de Souza Silva – lattes.cnpq.br/9954744050650291
Sara Milena Gois Santos – lattes.cnpq.br/6669488863792604
Leônidas Luiz Rubiano de Assunção – lattes.cnpq.br/4636315219294766
Jose Henrique de Lacerda Furtado – lattes.cnpq.br/8839359674024233
Noeme Madeira Moura Fé Soares – lattes.cnpq.br/7107491370408847
Luciene Rodrigues Barbosa – lattes.cnpq.br/2146096901386355
Mário Cézar de Oliveira – lattes.cnpq.br/8924508898024445
Antonio da Costa Cardoso Neto – lattes.cnpq.br/9036328153320126
Elisabete Soares de Santana – lattes.cnpq.br/1149505575311414
Thiago Santos Borges – lattes.cnpq.br/4495115911159968
Alessandra Souza dos Santos – lattes.cnpq.br/5313671194713784
Mateus Henrique Dias Guimarães – lattes.cnpq.br/7137001589681910
Emelyn Glorys Herasme Henríquez – lattes.cnpq.br/7314295633439757
George Luiz Néris Caetano – lattes.cnpq.br/0598052051026256

2026 - Thesis Editora Científica
Copyright © Thesis Editora Científica
Copyright do texto © 2026 Autores e organização
Copyright da edição © 2026 Thesis Editora Científica
Direitos para esta edição cedidos à Thesis Editora Científica por autores e organização
Open access publication by Thesis Editora Científica
Editor Chefe: Felipe Cardoso Rodrigues Vieira
Design da Capa: Lannder Cunha
Revisão: Autores e organização

Catalogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

R425

Representações sociais de grupos minorizados na mídia - Volume 1 / Organização e Apresentação de Gardene Leão de Castro; Prefácio de Adelina Novaes. – Teresina: Thesis, 2026.

Livro em PDF

ISBN 978-65-83199-74-4

1. Psicologia social. 2. Meios de comunicação. I. Castro, Gardene Leão de (Organização e Apresentação). II. Novaes, Adelina (Prefácio). III. Título.

CDD 302

Índice para catálogo sistemático

I. Psicologia social

Thesis Editora Científica
Teresina – PI – Brasil
contato@thesiseditora.com.br
www.thesiseditora.com.br

Coleção Representações Sociais de Grupos Minoritários na Mídia – Volume 1

Organizadora: Gardene Leão de Castro

Professora do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Goiás. Pós-Doutora em Educação. Doutora em Sociologia. Mestre em Educação. Pós-Graduada em Assessoria de Comunicação. Pós-Graduada em Juventude. Relações Públicas. gardeneleao@ufg.br. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2927850480430185

Sumário

Prefácio 7

Apresentação 9

Parceria com o Cajueiro - Centro de Formação, Assessoria e Pesquisa em Juventude .. 12

Capítulo 1: As representações sociais do caso Daiane Alves no X 13

Capítulo 2: Análise das representações sociais no caso Dayse Barbosa Mattos 30

Capítulo 3: Caso Gerson de Melo Machado 51

Capítulo 4: Representações sociais na mídia: a construção da narrativa da CNN Brasil diante da relativização do estupro de vulnerável no caso do TJMG 66

Capítulo 5: Representações sociais sobre a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023 no X (antigo Twitter) 81

Prefácio

Com alegria prefacio o primeiro volume da Coleção Representações Sociais de Grupos Minoritários na Mídia, organizado pela Professora Doutora Gardene Leão de Castro e construído por estudantes do curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Goiás (UFG). Esta iniciativa com discentes é inspiradora por abordar temas urgentes e necessários para a compreensão do Brasil contemporâneo. Ao se debruçarem sobre como a mídia publiciza casos de feminicídio, a vulnerabilidade atrelada à saúde mental, a relativização da violência contra a infância e os recentes ataques à nossa democracia, as/os autoras/es evidenciam que a pesquisa universitária não se faz alheia à realidade.

Quando Serge Moscovici elaborou sua tese (Moscovici, 1961), investigando como a sociedade francesa compreendia a psicanálise, ele o fez analisando a imprensa. No entanto, desde a proposição teórico-metodológica de Calonge Cole (1997) acerca da representação midiática, pouco se tem debatido sobre a circulação das representações sociais nas mídias. Ao eleger o jornalismo digital e plataformas como o X como veículos, este livro resgata o interesse original da Teoria das Representações Sociais (TRS) e anuncia a possibilidade de ampliação do debate à Teoria das Minorias Ativas (Moscovici, 1976). Acompanhar o esforço de um grupo de Relações Públicas (RP) para se aproximar dessas densas teorias da Psicologia Social é gratificante, sobretudo porque o encontro entre as áreas é muito promissor.

Sendo este um trabalho de formação, desenhado coletivamente em sala de aula, ele carrega a beleza dos começos. Trata-se de uma pioneira e corajosa investida. Vejo este primeiro volume como um importante precursor. Ele abre os caminhos para uma aproximação que estimulará um aprofundamento cada vez maior dos estudantes de RP no trato com a complexidade das representações sociais.

Assim, a universidade cumpre seu papel mais relevante quando desperta o senso crítico e a vontade de investigar. Parabéns à professora Gardene por guiar esse processo e, sobretudo, às alunas e aos alunos pela dedicação e pelo desejo de compreender as representações sociais circulantes em nossa sociedade.

Que seja uma excelente e provocativa leitura!

Adelina Novaes

Coordenadora do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade – Educação.

Referências

Calonge Cole, S. (1997). *La représentation médiatique de l'école au Venezuela*. Une approche psychosociale à partir de trois corpus de presse. [Thèse de Doctorat. França, Université de Caen].

Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Presses Universitaires de France.

Moscovici, S. (1976). *Social influence and social change*. Academic Press.

Apresentação

Esta obra resulta do trabalho desenvolvido por estudantes de graduação do Curso de Relações Públicas da UFG, da disciplina Representações Sociais de Grupos Minoritários na Mídia, orientados por mim, profa. Gardene Leão, ao longo de todo o processo de pesquisa, leitura, escrita e revisão dos capítulos.

No primeiro capítulo, são discutidas as representações sociais sobre o caso de Daiane Alves na plataforma X (antigo Twitter), buscando compreender como os discursos digitais produzem sentidos sobre a violência contra a mulher. Fundamentado na Teoria das Representações Sociais, se baseando nas discussões de Moscovici (2012) e Jodelet (2001), o estudo realizou revisão bibliográfica e análise de conteúdo de nove publicações selecionadas na plataforma, utilizando o método de Bardin (2016). A investigação identificou quatro categorias: desumanização, espetacularização, vulnerabilidade e negligência. Os resultados evidenciam que a vítima foi frequentemente reduzida à sua profissão, teve sua identidade apagada e, em diversos momentos, o caso foi transformado em conteúdo de entretenimento, reforçando processos de espetacularização. Paralelamente, as publicações também denunciaram a vulnerabilidade das mulheres diante da violência de gênero e apontaram falhas institucionais na investigação e proteção das vítimas. O estudo concluiu que as redes sociais constituem espaços de disputa simbólica, nos quais diferentes representações sobre feminicídio, gênero e justiça são produzidas e compartilhadas.

No segundo capítulo, o estudo se propôs analisar o caso de feminicídio de Dayse Barbosa Mattos, a primeira comandante mulher da Guarda Municipal de Vitória, no Espírito Santo. A pesquisa analisou o padrão de notícias de quatro veículos brasileiros sobre o caso, ao mapear as representações sociais de Dayse, seu ciclo próximo e o assassino. O estudo evidenciou como o caso e as caracterizações nas notícias são reflexos da construção social brasileira com base em estudos sociológicos e teorias feministas sobre violência de gênero.

O terceiro capítulo analisou os discursos reproduzidos no X (antigo Twitter) sobre o caso Gerson de Melo Machado, a partir da Teoria das Representações Sociais e do conceito de reificação. Por meio de uma abordagem qualitativa e análise discursiva de publicações e comentários realizados na plataforma a respeito do caso, buscou-se

compreender como os processos de ancoragem e objetivação estruturam sentidos sobre o acontecimento. Os resultados evidenciaram a predominância inicial de representações pautadas na patologização do sujeito, que posteriormente são tensionadas por narrativas centradas na vulnerabilidade social e falhas institucionais. O estudo concluiu que, embora ampliem o debate público, os discursos digitais tendem a reproduzir mecanismos de simplificação e desumanização simbólica do indivíduo, limitando formas efetivas de reconhecimento.

O quarto capítulo analisou as representações sociais da mídia acerca do caso de estupro de vulnerável ocorrido em Minas Gerais e sua relativização, a partir das matérias online da CNN Brasil ocorridas em 2026. Por meio de discussões sobre representações sociais, mídia, legitimidade e poder discursivo, a pesquisa buscou compreender como a narrativa jornalística contribuiu para a construção da percepção pública sobre o caso, os envolvidos e os desdobramentos judiciais. Metodologicamente, baseado em autores como Guareschi (2000), Jodelet (2001), Bourdieu (1989;2002) e Moscovici (2012), a pesquisa organizou cronologicamente as matérias para reconstituir o desenvolvimento da narrativa midiática, analisou a linguagem utilizada nas notícias, seus impactos na interpretação do público e observou as repercussões jurídicas e sociais decorrentes da reavaliação do julgamento. O estudo evidenciou a importância de uma análise crítica dos veículos midiáticos, especialmente em casos envolvendo grupos vulneráveis.

O quinto capítulo, fruto de um estudo de pós-doutorado, analisou como foram construídas as representações sociais sobre a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023 no X (Twitter) nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023. Para tanto, foi utilizada a Teoria das Representações Sociais, se baseando em estudos de autores como Moscovici (2012), Jodelet (2001), Porto (2010) e Guareschi (2009). Ao realizar as análises, foi possível identificar que existem três grupos de representações sociais nos meses citados. De um lado, pessoas da esquerda viram a data como uma tentativa de golpe, aliada à negligência policial. Postaram imagens da violência, pedindo a responsabilização dos envolvidos. O segundo grupo, formados por defensores do ex-presidente Jair Bolsonaro, fez uma inversão de narrativas, com uma tentativa de responsabilizar a esquerda pelos atos de depredação, utilizando o termo “infiltrados do PT”. Um terceiro grupo criticou a abordagem policial contra os manifestantes, classificando-a como conivente ao ato, lembrando da brutalidade policial em outros

protestos, sobretudo contra estudantes e professores. O estudo concluiu que, para sair das bolhas de informação e confrontar as Fake News, é preciso investir em uma formação de leitura crítica da mídia nas escolas e com investimento de políticas públicas.

Como organizadora da obra, ressalto que, embora os textos sejam fruto de uma experiência coletiva de formação, cada autor é integralmente responsável pelo conteúdo apresentado, pelas interpretações realizadas e pela observância dos princípios éticos que regem a produção científica.

Os capítulos foram elaborados com base em pesquisa bibliográfica, análise de dados e diálogo com a literatura especializada. Espera-se que todas as afirmações, conceitos e interpretações estejam devidamente fundamentados em referências acadêmicas e acompanhados das citações correspondentes, em conformidade com as normas técnicas e os princípios da integridade científica.

A organizadora ressalta que práticas como plágio, autoplágio, fabricação ou manipulação de informações, bem como a utilização de sistemas de inteligência artificial generativa para produzir integral ou substancialmente textos apresentados como autoria própria, são incompatíveis com os objetivos desta publicação e com os valores da pesquisa universitária. Ferramentas de inteligência artificial podem ser utilizadas apenas como recursos auxiliares de apoio à escrita, organização ou revisão textual, desde que não substituam a elaboração intelectual dos autores nem dispensem a verificação crítica das informações produzidas.

Todos os autores declararam, em Termo de Compromisso, assinado pelo Sistema Eletrônico de Informação da UFG - SEI, que os capítulos submetidos resultam de seu próprio trabalho intelectual e respeitam os direitos autorais das obras consultadas. No processo de organização desta obra foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial generativa, especificamente o ChatGPT (OpenAI), exclusivamente como apoio técnico à revisão textual, à correção gramatical, à padronização linguística e à conferência formal das referências bibliográficas, em conformidade com as normas da ABNT.

Gardene Leão de Castro

Orientadora da disciplina "Representações Sociais de Grupos Minoritários na Mídia". Professora do Curso de Relações Públicas da UFG.

Parceria com o Cajueiro - Centro de Formação, Assessoria e Pesquisa em Juventude

A coleção Representações Sociais das Minorias da Mídia estabelece uma parceria com o Cajueiro - Centro de Formação, Assessoria e Pesquisa em Juventude, uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos. Criado em 09 de março de 2013, com recurso próprio, tem foro na cidade de Goiânia - GO e atuação em todo território nacional. Atua em redes com diversos agrupamentos, com princípios dos Direitos Humanos, Educação Popular e Economia Solidária, despertando pessoas livres, conscientes e cidadãs, com potenciais para autonomia em vista de outro mundo possível. Os programas desenvolvidos são voltados, prioritariamente, à adolescentes e jovens; mulheres; ribeirinhos; quilombolas; trabalhadoras e trabalhadores organizados nos meios rurais e urbanos; extrativistas e agricultores. Atua em campanha permanente em defesa da Ecologia, do Bem viver e da juventude: "A Juventude quer Viver".

A aproximação entre a coleção Representações Sociais das Minorias da Mídia e o Cajueiro reafirma a importância de construir pontes entre a universidade e a sociedade civil, fazendo com que a produção acadêmica circule para além dos espaços institucionais e possa alimentar processos de reflexão, formação e participação social.

Conheça o Cajueiro: Site: https://cajueiro.org.br/. Contato: comunica@cajueiro.org.br. Endereço: R. 83, 361 - St. Sul, Goiânia - GO, 74083-195.

Capítulo 1: As representações sociais do caso Daiane Alves no X

Gabriella Moreira Martins[1]

Juliana de Jesus Lemes Ribeiro[2]

Mariana dos Santos Costa[3]

Nathália Rezende Magalhães[4]

Samira de Aquino Xavier[5]

Gardene Leão de Castro[6]

Resumo: este artigo analisa as representações sociais sobre o caso de Daiane Alves na plataforma X (antigo Twitter), buscando compreender como os discursos digitais produzem sentidos sobre a violência contra a mulher. Fundamentado na Teoria das Representações Sociais, se baseando nas discussões de Moscovici (2012) e Jodelet (2001), o estudo realizou revisão bibliográfica e análise de conteúdo de nove publicações selecionadas na plataforma, utilizando o método de Bardin (2016). A investigação identificou quatro categorias: desumanização, espetacularização, vulnerabilidade e negligência. Os resultados evidenciam que a vítima foi frequentemente reduzida à sua profissão, teve sua identidade apagada e, em diversos momentos, o caso foi transformado em conteúdo de entretenimento, reforçando processos de espetacularização. Paralelamente, as publicações também denunciaram a vulnerabilidade das mulheres diante da violência de gênero e apontaram falhas institucionais na investigação e proteção das vítimas. Conclui-se que as redes sociais constituem espaços de disputa simbólica, nos quais diferentes representações sobre feminicídio, gênero e justiça são produzidas e compartilhadas. O caso de Daiane Alves ultrapassou sua dimensão individual, tornando-se referência para debates coletivos sobre violência contra a mulher e atuação das instituições.

[1] Graduanda em Relações Públicas pela UFG. gabriella.martins2@discente.ufg.br.
[2] Graduanda em Relações Públicas pela UFG. juliana.ribeiro@ufg.br.
[3] Graduanda em Relações Públicas pela UFG. marianasantos2@discente.ufg.br.
[4] Graduanda em Relações Públicas pela UFG. nathalia_rezende@discente.ufg.br.
[5] Graduanda em Relações Públicas pela UFG. samira.xavier@discente.ufg.br.
[6] Orientadora do Trabalho. Professora da Disciplina de Representações Sociais de Grupos Minoritários na Mídia e do Curso de Relações Públicas da UFG . Pós-doutora em Educação. Doutora em Sociologia - UFG. Mestre em Educação. Pós-Graduada em Juventude. Pós-Graduada em Assessoria de Comunicação. Relações Públicas. gardeneleao@gmail.com.

Introdução

O caso de Daiane Alves Souza[7], de 43 anos, iniciou no dia 17 de dezembro de 2025. Conforme imagens de câmeras, após uma queda de energia em seu apartamento, Daiane se direcionou até o subsolo do prédio para conferir o padrão de energia de sua unidade e após esse registro, ela não foi mais vista. No dia seguinte, a família da mulher registrou seu desaparecimento e a partir disso iniciaram-se as investigações policiais a fim de descobrir o motivo e as circunstâncias do desaparecimento.

Apenas no dia 28 de janeiro de 2026 o corpo foi encontrado, localizado na GO-213, a aproximadamente 15 km do prédio onde ela desapareceu. Mediante investigações policiais e confissão do crime, Cleber Rosa de Oliveira foi preso e alegou ter causado a morte de Daiane devido uma discussão entre os dois no dia do desaparecimento. Cleber era o síndico do prédio e para além desse ocorrido, ele e a moradora tinham um histórico de discussões e denúncias, que, de acordo com a Polícia Civil e os familiares de Daiane, resultou na abertura de 12 processos envolvendo os dois.

O caso ganhou grandes repercussões nas redes sociais, principalmente em razão da forma como o desaparecimento aconteceu, das imagens das câmeras e pelos vídeos que a própria Daiane enviou para sua irmã dos momentos anteriores ao acontecimento. A visibilidade desse caso no X (antigo Twitter) tornou-se também um espaço de debate público e mobilizou diferentes discursos a respeito dos acontecimentos. Esses discursos, a serem analisados posteriormente, foram caracterizados por relações de poder, gênero e opiniões diversas em relação à vítima.

Portanto, analisar a representação do caso apresentado no X permite compreender os sentidos que são produzidos pela sociedade diante de episódios de violência extrema contra a mulher. Os discursos encontrados na plataforma não se reduzem a opiniões isoladas, mas atravessam sistemas simbólicos que evidenciam a forma como a sociedade interpreta determinados acontecimentos. Logo, para compreender como esses discursos e sentidos são construídos, é necessário basear-se na Teoria das Representações Sociais.

---

[7] Disponível em: https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2026/01/29/queda-de-energia-40-dias-de-buscas-e-corpo-em-mata-veja-linha-do-tempo-do-desaparecimento-de-corretora-morta-por-sindico.ghtml. Acesso em: 18 maio 2026.

A Teoria das Representações Sociais constitui um importante referencial para compreender como indivíduos e grupos constroem sentidos sobre a realidade social. Segundo Moscovici (2012) e Jodelet (2001), essas representações correspondem a formas de conhecimento socialmente elaboradas e compartilhadas, que orientam comportamentos, práticas e interpretações do mundo, indo além de opiniões individuais e configurando sistemas simbólicos que influenciam a vida social.

Nesse processo, conforme Jodelet (2001), as representações sociais cumprem a função de tornar o não familiar em familiar, ao ancorar elementos desconhecidos em categorias já existentes no repertório social dos sujeitos, o que permite sua compreensão e incorporação ao cotidiano. Nesse sentido, podem ser entendidas simultaneamente como teoria e prática, pois, ao mesmo tempo em que oferecem categorias analíticas para interpretar fenômenos sociais, manifestam-se nas interações cotidianas e são constantemente reconstruídas por meio da comunicação, participando ativamente da construção da realidade (Santos; Campos, 2022).

Um dos elementos centrais dessa teoria é o processo de ancoragem e de objetivação, que operam de maneira complementar na formação das representações sociais. A ancoragem é o processo pelo qual o sujeito classifica e nomeia o novo e o desconhecido a partir de categorias já existentes em seu sistema de valores e conhecimentos, inserindo o estranho em um quadro de referência familiar (Moscovici, 2012). Já a objetivação refere-se à transformação de conceitos abstratos em imagens concretas, materializando ideias em elementos simbólicos e tangíveis que circulam socialmente e facilitam sua compreensão (Moscovici, 2012). Por meio desses dois processos, os indivíduos tornam familiar aquilo que inicialmente é desconhecido, permitindo sua interpretação e compartilhamento no cotidiano (Santos; Campos, 2022).

No que se refere às questões de gênero, estas desempenham papel central na construção social dos papéis atribuídos às mulheres, historicamente associadas à maternidade, ao cuidado e ao espaço doméstico, dentro de uma lógica patriarcal. Apesar dos avanços promovidos pelos movimentos feministas, ainda persistem desigualdades estruturais e expectativas sociais, como a sobrecarga de funções e a pressão por padrões normativos (Teixeira et al., 2024).

Com base nesse contexto, consolidam-se representações opostas: de um lado, a mulher sensível, recatada e associada ao cuidado; de outro, a mulher forte, que

confronta, questiona e, muitas vezes, provoca desconforto social ao desafiar normas estabelecidas. Essa dualidade evidencia que as representações são dinâmicas e refletem tensões entre transformações sociais e permanências culturais, influenciando diretamente a forma como a realidade é interpretada. No contexto midiático, esse processo se intensifica, pois os discursos veiculados contribuem para reforçar ou problematizar estereótipos, impactando a construção de sentidos sobre normas, valores e relações de poder.

Metodologia

O presente estudo analisa as representações sociais do caso Daiane Alves na rede social X. Para viabilizar a investigação, realizou-se inicialmente uma revisão bibliográfica sobre a Teoria das Representações Sociais, fundamentada primordialmente em Moscovici (2012). A coleta de dados foi efetuada em abril de 2026 por meio da ferramenta de busca nativa da plataforma, utilizando palavras-chave como “Daiane Alves”, “Caso corretora", “Caso Daiane” e semelhantes.

No contexto midiático e das redes sociais digitais, essas representações assumem papel ainda mais relevante, uma vez que os meios de comunicação não apenas informam, mas também selecionam, enquadram e interpretam acontecimentos, contribuindo para a construção de narrativas que influenciam a opinião pública. Nesse ambiente, as plataformas digitais operam como espaços de circulação e disputa de sentidos, nos quais diferentes interpretações sobre os fatos são produzidas e compartilhadas pelos usuários (Teixeira, 2005).

Além disso, essas representações estão articuladas às estruturas de poder e às desigualdades históricas, que influenciam a forma como determinados acontecimentos são significados socialmente. No caso da sociedade brasileira, Schwarcz (2019) destaca que a construção de mitos nacionais atua como uma representação que oculta conflitos e desigualdades, reforçando uma visão idealizada da sociedade. Dessa forma, as representações sociais também operam como mecanismos de produção e manutenção de determinadas hierarquias simbólicas.

A partir desse procedimento, obteve-se uma amostra inicial de 29 registros de publicações, posteriormente refinada para um corpus final de 9 registros (capturas de

telas)[8]. Tal redução visou assegurar uma análise mais densa e fidedigna, sendo descartadas postagens redundantes ou sem conteúdo textual analítico. A triagem secundária foi conduzida com base em critérios de elegibilidade previamente estabelecidos, priorizando a densidade informacional e a presença de recursos imagéticos pertinentes.

Os dados selecionados foram submetidos à Análise de Conteúdo que, conforme proposto por Bardin (2016), consiste em um conjunto de técnicas metodológicas aplicadas a discursos e comunicações. O método utiliza procedimentos sistemáticos para decifrar o conteúdo das mensagens, permitindo a criação de indicadores que levam à inferência de conhecimentos ocultos ou realidades subjacentes ao texto. Dessa forma, a análise viabilizou a identificação das categorias temáticas e a compreensão dos processos de construção das representações sociais. Por fim, em conformidade com as diretrizes éticas de pesquisa, as identidades dos usuários foram preservadas por meio da anonimização das capturas de tela.

Análise das publicações

Para análise das representações do caso de Daiane Alves através das publicações na plataforma X, foram traçadas as seguintes categorias: desumanização, espetacularização, vulnerabilidade e negligência.

A categoria de desumanização busca refletir sobre o lugar em que a vítima é posicionada neste caso, especialmente em relação à forma como ela é retratada pela mídia e pelos usuários da plataforma. A categoria de espetacularização refere-se ao caráter sensacionalista presente em determinadas publicações, nas quais o caso é transformado em conteúdo com forte apelo midiático com o objetivo de gerar engajamento nas redes sociais. Assim, a violência é frequentemente apresentada de maneira dramática, aproximando-se de uma lógica de entretenimento.

Já a categoria de vulnerabilidade está relacionada às questões de gênero evidenciadas no caso, considerando pautas levantadas sobre violência contra a mulher,

[8] Drive com as capturas de telas: https://drive.google.com/drive/folders/1niI1ZFc9qPj16_yKk5IaFdu3kELf-nBA?usp=sharing

feminicídio e desigualdades sociais e estruturais que colocam mulheres em situações de maior vulnerabilidade e exposição à violência. A análise a partir dessa categoria, busca compreender como as publicações e os discursos reconhecem ou silenciam essas problemáticas sociais.

Por fim, a categoria de negligência aborda críticas direcionadas às instituições e a forma como trataram com o caso. Essa categoria tem como objetivo analisar as discussões relacionadas a possíveis falhas no acolhimento, na investigação e na prevenção da violência contra a mulher.

Figura 1 - Primeira publicação

Fonte: X

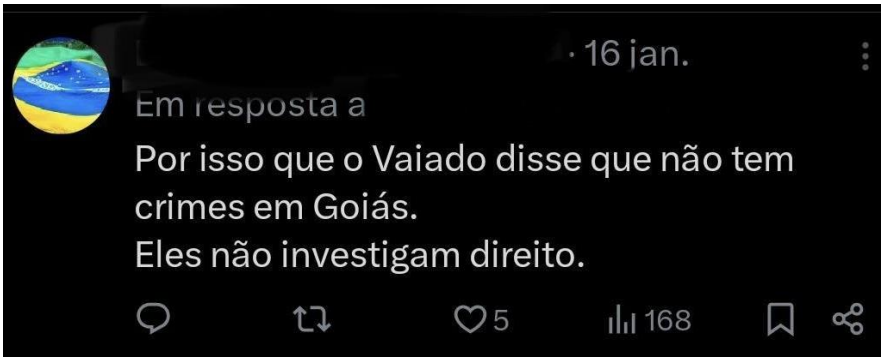
A partir desses comentários em uma publicação sobre o caso, observa-se como Daiane Alves foi representada midiaticamente, assim, é possível notar o enquadramento de duas das quatro categorias traçadas, sendo elas: desumanização e negligência. A desumanização aparece a partir do momento em que Daiane Alves não é retratada através do seu nome e sim por meio de sua profissão, sua identidade é resumida ao trabalho que desempenhava. Esse processo de representação da vítima através de um cargo profissional desumaniza a pessoa e a identidade da vítima, colocando-a em uma posição de invisibilidade da sua identidade.

A forma de representação adotada pelos meios de comunicação também se evidencia no processo de busca por publicações sobre, uma vez que é mais fácil localizar esses conteúdos utilizando termos, como “caso da corretora” ou “corretora caldas

novas". Esse fator apenas reforça a desumanização e o apagamento identitário da vítima, dado que a vítima passa a ser reconhecida apenas por sua profissão.

A negligência manifesta-se tanto na forma como o caso foi conduzido pelas instituições do Estado quanto na maneira como foi retratado nas mídias, uma vez que o caso não recebeu a devida atenção no processo investigativo, nem o cuidado necessário na sua divulgação. Sendo assim, observa-se o levantamento por parte dos usuários da plataforma em relação a presença de falhas e omissões em diferentes instâncias envolvidas no caso, o que reflete diretamente na representação midiática da vítima.

Figura 2 - Segunda publicação



Fonte: X

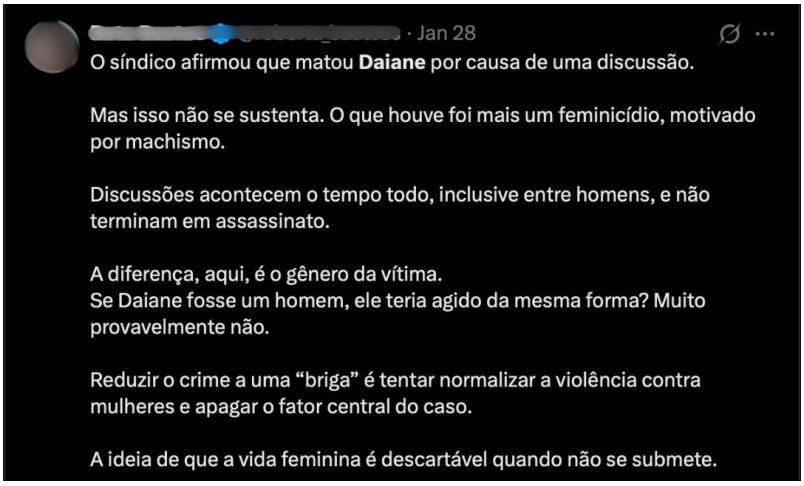
Assim como no comentário anterior, observa-se nessa análise a negligência e desumanização com o caso da promotora Daiane Alves. A negligência é manifestada de forma explícita na crítica que é direcionada às instituições de segurança e ao governo estadual. O usuário aponta uma falha direta no processo investigativo ao afirmar que "eles não investigam direito", o que sugere que a baixa incidência de crimes em Goiás, que é reforçada por figuras públicas, não decorre de uma segurança efetiva, mas de uma ocultação institucional em apurar os casos.

A desumanização aparece neste contexto de maneira distinta: o apagamento da identidade de Daiane em prol de um debate político-institucional. Se, em outros momentos, a vítima foi resumida à sua profissão, nesta publicação sua identidade é totalmente omitida. Daiane deixa de ser um sujeito com nome e história para tornar-se apenas um instrumento de crítica à gestão pública.

Dessa maneira, a representação presente no comentário reforça um ciclo onde a negligência investigativa é denunciada, mas, ao mesmo tempo, a identidade da vítima é

sacrificada em nome do engajamento crítico, que perpetua o apagamento social de Daiane Alves.

Figura 3 - Terceira publicação

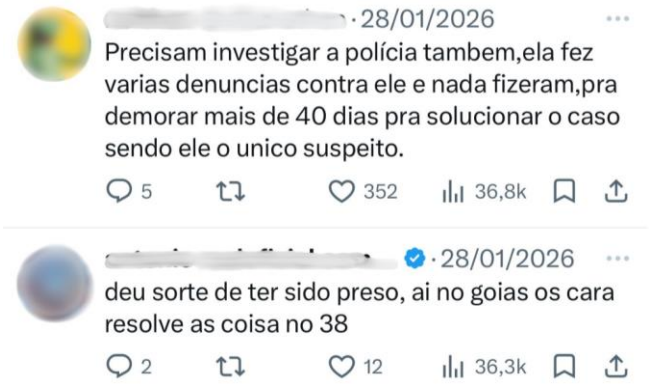


Fonte: X

O comentário em questão evidencia uma realidade estrutural enfrentada por muitas mulheres, marcada pela recorrente minimização e banalização das violências às quais são submetidas cotidianamente. Nesse contexto, destacam-se as categorias vulnerabilidade e negligência, uma vez que a publicação lança luz a uma problemática social referente às desigualdades de gênero e, a posição de maior vulnerabilidade que as mulheres se encontram, principalmente quando rompem com o papel social imposto a elas historicamente.

A negligência é evidenciada quando a mídia exerce seu poder simbólico (Bourdieu, 1989) na construção das narrativas sobre o caso, ao contribuir para a generalização e minimização da violência sofrida por Daiane Alves. Ao reduzir a complexidade do caso a apenas uma "briga", a situação do ocorrido e da vítima é negligenciada, o que enfraquece a luta e a resistência diária das mulheres contra o feminicídio.

Figura 4 - Quarta publicação



Fonte: X

Nos dois comentários apresentados, evidencia-se duas categorias, a primeira delas sendo a negligência revelada pelas críticas direcionadas à atuação das instituições responsáveis pela investigação do caso. O primeiro comentário aponta uma aparente falta de empenho na apuração dos fatos, especialmente diante da existência de um suspeito já identificado. Além disso, o comentário permite refletir sobre como o machismo estrutural se manifesta em âmbito institucional, não se limitando apenas a papéis sociais na família e nas relações amorosas, mas que se ramifica para outras esferas da vida e influencia práticas, decisões e formas de tratamento com base no gênero.

A segunda categoria evidenciada nos comentários é a espetacularização da violência. Observa-se que o segundo comentário desloca a discussão para uma lógica de entretenimento e espetáculo ao afirmar que o suspeito “deu sorte de ter sido preso” e ao comparar o tempo de resolução do caso com uma suposta eficiência policial.

Figura 5 - Quinta publicação

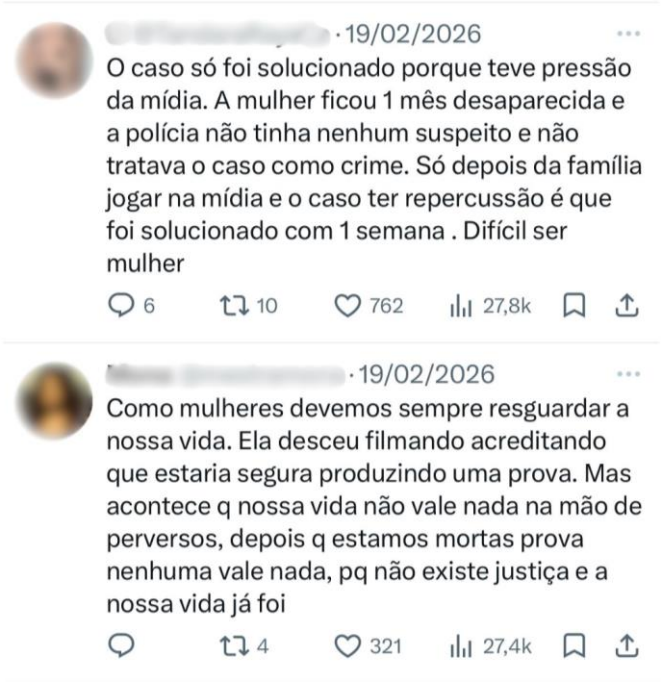
Fonte: X

Na publicação acima, destaca-se a categoria da espetacularização, principalmente devido aos elementos que constituem a publicação, a frase em caixa alta acompanhada por emoji e hashtags, como #LendasUrbanasAnimadas e #LendadoBrasil, enquadra o caso de feminicídio sofrido por Daiane Alves, em uma lógica de entretenimento. Com base nesse contexto, é possível destacar que ocorre um processo de ancoragem (Moscovici, 2012), ao criar associações a categorias familiares ao público, como as lendas urbanas. Dessa forma, uma situação real de violência de gênero passa a ser interpretado por meio de referências ligadas ao suspense e ao sensacionalismo, deslocando a atenção de sua dimensão social e política.

A objetivação (Moscovici, 2012), neste contexto, se manifesta na ilustração utilizada na publicação para narrar o episódio. A imagem não apresenta Daiane Alves realmente como ela era, mas uma representação de uma caricatura dramatizada de uma mulher nervosa diante do celular. A forma como o caso é transformado nesta imagem está alinhado com o discurso midiático que, em diferentes momentos da cobertura, associou a vítima a apresentar características como instabilidade emocional e comportamento conflituoso. Assim, Daiane Alves deixa de ser percebida como

realmente era e passa a ser representada por uma figura que não é condizente com a realidade e passa servir à figura construída simbolicamente pelas narrativas midiáticas.

Figura 6 - Sexta publicação



Fonte: X

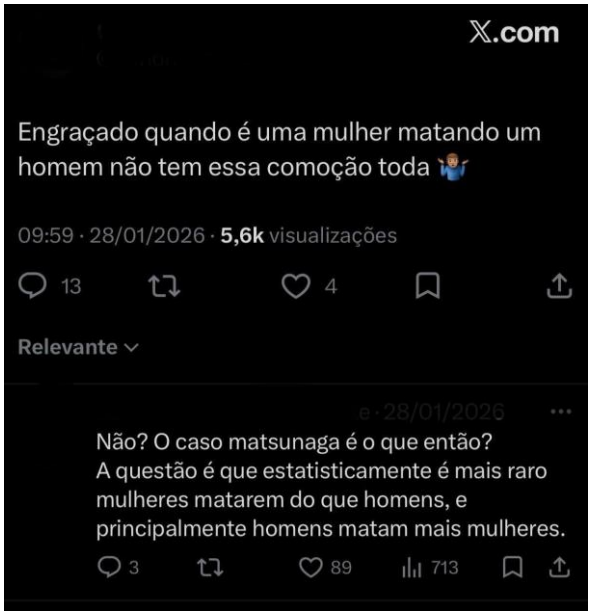
As postagens dos dois usuários, publicadas em 19/02/2026, complementam-se ao evidenciar as categorias de negligência institucional e vulnerabilidade de gênero. A análise do primeiro post reconstrói o caso pelo prisma da omissão do Estado: o fato de a vítima ter ficado desaparecida por um mês sem que a polícia tratasse o sumiço como crime, cuja resolução dependeu do esforço familiar e da pressão midiática, denuncia uma falha sistêmica. O desabafo final, "difícil ser mulher", sintetiza a percepção de que a negligência das autoridades não é uma falha pontual, mas uma barreira estrutural coletiva. Através dessa interpretação, a tragédia individual de Daiane Alves passa a simbolizar a vulnerabilidade compartilhada por todas as mulheres.

Sob outra perspectiva, o segundo usuário parte do registro em vídeo feito pela própria vítima, que tentou produzir uma prova para sua proteção, para constatar a insuficiência dessas salvaguardas: "nossa vida não vale nada na mão de perversos, depois que estamos mortas, prova nenhuma vale nada". O tweet expõe como a falta de uma justiça efetiva torna inócuos os esforços individuais de autopreservação diante do perigo iminente. Essa sensação de desamparo e impunidade se alinha ao cenário traçado

pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2026), que aponta o crescimento contínuo da violência realizada contra as mulheres no país.

Em última análise, as duas publicações revelam como a omissão estatal e a vulnerabilidade social se alimentam mutuamente. A ausência de respostas institucionais céleres e adequadas não apenas falha na proteção física, mas também chancela discursos e representações que naturalizam a desproteção como uma condição inevitável do ser mulher na sociedade brasileira.

Figura 8 - Sexta publicação



Fonte: X

Na interação entre dois usuários, as dinâmicas de espetacularização e vulnerabilidade emergem a partir de um embate sobre a centralidade do debate de gênero.

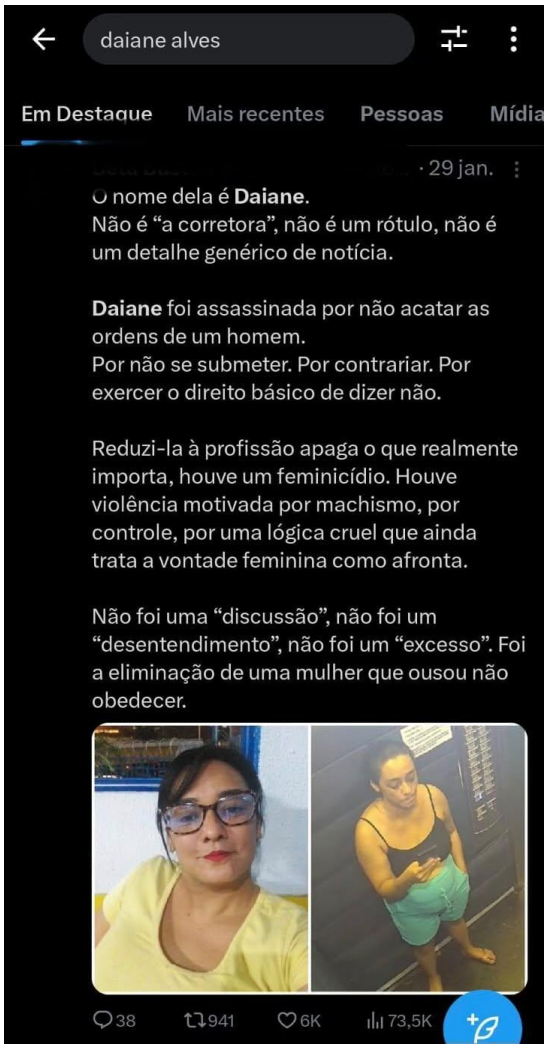
O questionamento do primeiro usuário sobre a "comoção toda" em torno do caso expõe uma lógica de espetacularização. Ao sugerir uma suposta assimetria na repercussão pública e comparar o feminicídio de Daiane a cenários hipotéticos invertidos, o usuário desloca a discussão de um problema estrutural para uma arena de falsas equivalências. Esse processo esvazia o peso político do ocorrido, transformando o crime em mero objeto de entretenimento e engajamento superficial, alheio às desigualdades históricas.

A réplica contextualiza o debate por meio de evidências ao pontuar que, estatisticamente, crimes cometidos por mulheres são consideravelmente mais raros.

Essa ancoragem factual devolve o caso ao campo da vulnerabilidade estrutural feminina. Essa perspectiva é respaldada pelo histórico nacional: desde a tipificação da Lei do Feminicídio em 2015, pelo menos 13.703 mulheres foram assassinadas no Brasil por sua condição de gênero (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026). A reação coletiva à morte de Daiane, portanto, não é um excesso desproporcional, mas uma resposta a uma realidade de violência sistemática.

O confronto entre os dois perfis expõe, em suma, o tensionamento no antigo Twitter (X) entre discursos que banalizam a especificidade da violência de gênero e reações que buscam situá-la em suas bases estruturais.

Figura 9 - Sexta publicação

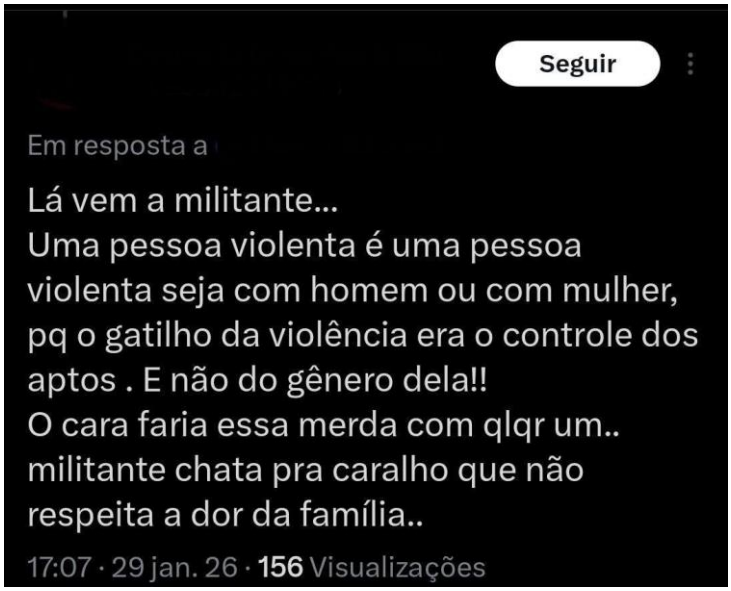


Fonte: X

O diálogo entre dois usuários, ilustra como o ambiente digital se transforma em um campo de disputa simbólica sobre o significado da morte de Daiane Alves, tensionando os conceitos de desumanização e vulnerabilidade.

Ao recusar o rótulo de "corretora" para se referir à vítima, o usuário faz da nomeação um ato político. Sua publicação denuncia o apagamento identitário e localiza o crime no terreno do machismo estrutural e do feminicídio, argumentando que a violência decorreu da recusa de Daiane em se submeter a uma ordem masculina. Em termos teóricos, a ancoragem (Moscovici, 2012) opera aqui de maneira contra-hegemônica: em vez de esvaziar o episódio, o usuário o vincula diretamente a uma categoria política e de gênero para expor a dimensão social do crime.

Figura 10 - Sexta publicação



Fonte: X

Em contrapartida, outro usuário rebate essa leitura ao afirmar que o estopim da violência teria sido o controle de apartamentos e não o gênero da vítima. Essa resposta promove uma ancoragem reducionista (Moscovici, 2012) que afasta o caso de seu contexto estrutural, neutralizando o caráter político do feminicídio ao reduzi-lo a um mero conflito que aconteceu em um condomínio. A tentativa de silenciamento se acentua quando o usuário classifica o interlocutor como "militante chata" que desrespeita a dor familiar, um estereótipo historicamente mobilizado para deslegitimar

mulheres que denunciam a violência de gênero. Assim, o comentário desumaniza a vítima indiretamente pelo apagamento de sua condição e agride a credibilidade de quem tenta nomear a violência.

Essa disputa ecoa debates institucionais mais amplos. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2026), o país registrou 1.568 feminicídios em 2025, alta de 4,7% em relação ao ano anterior. Diante desses dados, a resistência digital em reconhecer o crime de gênero reflete a mesma barreira social que, nas esferas públicas, alimenta a subnotificação e a invisibilidade dessas mortes.

Considerações finais

A repercussão do caso de Daiane Alves no X evidenciou que as redes sociais não funcionam apenas como espaços de circulação de informações, mas também como ambientes de produção e disputa de sentidos. A análise das publicações permitiu observar que diferentes interpretações sobre o caso foram construídas pelos usuários, revelando percepções que vão desde a denúncia da violência de gênero e da negligência institucional até discursos que contribuem para a banalização e o apagamento da vítima.

As categorias identificadas ao longo da pesquisa demonstram que a representação de Daiane Alves esteve frequentemente marcada por processos de desumanização e espetacularização. Em muitos momentos, sua identidade foi reduzida à profissão ou utilizada como elemento secundário em debates políticos e midiáticos, enquanto a violência sofrida era transformada em conteúdo de entretenimento e engajamento. Ao mesmo tempo, diversas publicações apontaram para a vulnerabilidade das mulheres diante da violência de gênero e para a percepção de falhas institucionais na proteção e investigação desses casos.

Sob a perspectiva da Teoria das Representações Sociais, foi possível compreender como os discursos analisados ancoram o caso em significados já compartilhados socialmente, revelando valores, crenças e desigualdades presentes na sociedade brasileira. Mais do que discutir um acontecimento específico, os comentários observados refletem disputas simbólicas sobre gênero, poder, justiça e reconhecimento social.

Dessa forma, conclui-se que o caso de Daiane Alves ultrapassou a dimensão individual e passou a representar debates coletivos sobre feminicídio, violência contra a mulher e atuação das instituições. A análise reforça a importância de refletir criticamente sobre os discursos que circulam nas plataformas digitais, uma vez que eles não apenas expressam opiniões, mas também contribuem para a construção das formas pelas quais vítimas, crimes e questões sociais são compreendidos pela sociedade.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAMPOS, Carmen Hein de. O que é feminicídio. In: INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Dossiê Feminicídio*. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2016. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/o-que-e-feminicidio/. Acesso em: 6 maio 2026.

CASTRO, Gardene Leão de. *Representações sociais de jovens de Goiânia: a negociação de sentidos em relação aos discursos midiáticos a respeito de si*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Retrato dos feminicídios no Brasil: 2006-2026*. São Paulo: FBSP, 2026.

JODELET, Denise. *Representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MOSCOVICI, Serge. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012.

SANTOS, Elismar Alves dos; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. As representações sociais como teoria e como prática. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 181-190, 2022. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/12267. Acesso em: 1 jul. 2026.

SANTOS, Kamilla Cristina da Cunha. *O discurso sobre o feminicídio: uma análise sobre as mudanças no discurso jornalístico de O Popular sobre o assassinato de mulheres após a Lei nº 13.104/15*. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Cidadania) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

TEIXEIRA, Aline do Amaral; SILVA, Ana Caroline Dias da; ANTUNES, Maria Cristina; POLLI, Gislei Mocelin. Representações sociais sobre ser mulher na sociedade contemporânea. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 42, n. 117, 2024.

Capítulo 2: Análise das representações sociais no caso Dayse Barbosa Mattos

Bárbara Celline Silva Taques[9]

Gabriela Alcântara[10]

Gabriela Souza[11]

Julia Pires Andrade[12]

Gardene Leão de Castro[13]

Resumo: o feminicídio é um grave problema estrutural no Brasil. O aumento de casos em 2025 e 2026 revela o avanço de comportamentos violentos contra mulheres e uma das formas de analisar os efeitos dos crimes e suas bases é através das representações sociais das vítimas e agressores em veículos midiáticos. Essa perspectiva torna clara a conexão entre valores sociais refletidos na estrutura das notícias e na forma como mulheres vítimas de violência são enxergadas pelo público, incluindo seus próprios ciclos internos de convivência. Dessa forma, o artigo propõe analisar o caso de feminicídio de Dayse Barbosa Mattos, a primeira comandante mulher da Guarda Municipal de Vitória, no Espírito Santo. A pesquisa analisou o padrão de notícias de quatro veículos brasileiros sobre o caso, ao mapear as representações sociais de Dayse, seu ciclo próximo e o assassino. O estudo evidencia como o caso e as caracterizações nas notícias são reflexos da construção social brasileira com base em estudos sociológicos e teorias feministas sobre violência de gênero.

Introdução

O presente estudo elucida o caso de feminicídio da comandante da Guarda Municipal de Vitória, Dayse Barbosa Mattos, ocorrido em março de 2026, que mobilizou intensamente a opinião pública capixaba e ganhou repercussão nacional. Dayse, de

[9] Graduanda em Relações Públicas pela UFG. barbarataques@discente.ufg.br .
[10] Graduanda em Relações Públicas pela UFG. gabrielaalcantara@discente.ufg.br
[11] Graduanda em Relações Públicas pela UFG. gabriela.oliveira2@discente.ufg.br.
[12] Graduanda em Relações Públicas pela UFG. julia.andrade@discente.ufg.br.
[13] Orientadora do Trabalho. Professora da Disciplina de Representações Sociais de Grupos Minoritários na Mídia e do Curso de Relações Públicas da UFG . Pós-doutora em Educação. Doutora em Sociologia - UFG. Mestre em Educação. Pós-Graduada em Juventude. Pós-Graduada em Assessoria de Comunicação. Relações Públicas. gardeneleao@gmail.com.

pouco mais de 35 anos, exercia a chefia da corporação municipal e era reconhecida por sua atuação em políticas de segurança e em iniciativas de enfrentamento de violência contra à mulher no município. Na madrugada de 23 de março, ela foi morta a tiros dentro de casa pelo ex-namorado, o policial rodoviário federal Diego Oliveira de Souza, que, em seguida, tirou a própria vida. Segundo as investigações, o crime foi praticado após o término do relacionamento, em um cenário de bastante ciúmes, controle e ameaças prévias, sendo enquadrado pelas autoridades como feminicídio.

De acordo com a Polícia Civil e com os laudos periciais divulgados pela imprensa, Diego utilizou uma escada e ferramentas para acessar a parte superior da casa de Dayse, arrombar a porta e surpreendê-la enquanto dormia. A comandante foi atingida por 5 disparos de arma de fogo, a maioria na região da cabeça e da nuca, o que sugere uma impossibilidade de defesa. Em seguida, o agressor foi encontrado morto na cozinha, com um disparo na própria cabeça, configurando um cenário de homicídio seguido e suicídio. Esses detalhes demonstram o quanto o crime foi de extrema violência e planejamento. Informações posteriores reveladas pela mídia indicam que o policial já respondia a um processo administrativo disciplinar na PRF por importunação sexual contra uma colega de trabalho, aproximando o caso de padrão mais amplo de violência de gênero praticada por agentes do Estado.

Figura 1 - Matéria CNN

O policial rodoviário federal Diego Oliveira de Souza, apontado pelas autoridades como **responsável pelo feminicídio a tiros da ex-namorada Dayse Barbosa**, de 37 anos, comandante da Guarda Municipal de Vitória (ES), respondia a um Processo Administrativo Disciplinar na PRF (Polícia Rodoviária Federal) por tentativa de abusar sexualmente de uma colega de serviço.

Fonte: CNN - Comandante da GCM de Vitória é morta a tiros por ex-namorado PRF[14]

A gravidade do episódio se amplia quando se observa que a violência não surgiu de forma repentina nem isolada. Em entrevistas concedidas logo após o crime, o pai de Dayse afirmou que o relacionamento da filha com Diego era conturbado e marcado por

[14] Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/es/prf-suspeito-de-matar-comandante-da-guarda-de-vitoria-respondia-por-assedio/. Publicação: 24 mar. 2026. Acesso em: 28 jun. 2026.

agressões. Segundo seu relato, ele já havia presenciado discussões entre os dois, chegou a retirar o agressor de cima da filha e, em uma ocasião, o flagrou tentando enforcá-la. O depoimento paterno também registra que havia um clima contínuo de ameaça e instabilidade, o que permite compreender o feminicídio não como ato impulsivo e desconectado, mas como ápice de uma trajetória anterior de violência doméstica.

Outro dado relevante para a compreensão do caso é a composição do espaço doméstico e a memória de quem convivia diretamente com a vítima. Dayse morava com o pai e com a filha, de sete ou oito anos, mas a criança não estava na residência no momento do crime. O pai, que dormia no outro cômodo, acordou ao ouvir os disparos e relatou que, ainda no dia anterior, estava com um péssimo pressentimento, chegando a perguntar à filha se sua arma estava por perto. Esses elementos, amplamente explorados por parte da cobertura, reforçam a dramaticidade na narrativa jornalística e, ao mesmo tempo, expõem o quanto o caso estava inserido em um cotidiano de medo, vigilância e percepção de risco por parte da família.

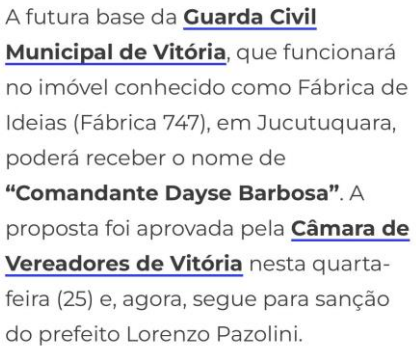
O assassinato de Dayse rompeu com a sequência de mais de 650 dias sem registro de feminicídio em Vitória, dado amplamente destacado por veículos locais. A interrupção desse período simbólico de "trégua estatística" escancarou a vulnerabilidade feminina em contextos em que há avanços em políticas de segurança e prevenção. O impacto social foi imediato: familiares, colegas de farda, representantes do poder público e movimentos de mulheres se manifestaram em notas oficiais, atos de homenagem e protestos. O velório e o enterro da comandante foram marcados por forte presença institucional e comoção coletiva, ao mesmo tempo em que surgiram propostas de dar seu nome a equipamentos públicos ligados à Guarda Municipal, transformando a vítima em símbolo de resistência e de memória da luta contra o feminicídio.

Nessa perspectiva, a forma como os meios de comunicação narra o caso assume papel central na construção de sentidos sobre a violência sofrida e sobre os sujeitos envolvidos. Esse artigo toma como corpus a cobertura realizada por quatro veículos: CNN Brasil, A Gazeta, Folha Vitória e G1 Espírito Santo. A CNN, emissora de alcance nacional, destacou o caráter de feminicídio e o vínculo do agressor com a Polícia Rodoviária Federal, enfatizando também a existência de um processo disciplinar por assédio. A Gazeta, jornal referência no Espírito Santo, produziu uma série de matérias que vão do relato factual do crime à exposição de um histórico de perseguição e

ameaças, passando por perfis biográficos de Dayse, estatísticas sobre feminicídios na capital e cobertura do velório e dos desdobramentos institucionais.

A Folha Vitória, portal regional, concentrou-se em narrativas biográficas e memorialísticas, apresentando "quem era" a comandante da guarda e como sua trajetória passou a ser ressignificada por homenagens, como a proposta de batizar futuras estruturas da corporação com seu nome. Já o G1 Espírito Santo combinou reportagens sobre o crime em si com textos que contextualizam o feminicídio como fenômeno estrutural, trazendo depoimentos de familiares, a informação de que esse foi o primeiro feminicídio na capital após quase dois anos e análises sobre relações abusivas e a dificuldade das mulheres em pedir ajuda. Esse veículo ainda recupera, em sua cobertura, uma matéria de 2023 na qual o Ministério Público estadual descreve o perfil típico de agressores de mulheres como "inseguro, possessivo e insensível", permitindo a leitura conectada entre o caso de Dayse e padrões já identificados pelos órgãos de justiça.

Figura 2 - Homenagem à Comadante na GM


A futura base da **Guarda Civil Municipal de Vitória**, que funcionará no imóvel conhecido como Fábrica de Ideias (Fábrica 747), em Jucutuquara, poderá receber o nome de **"Comandante Dayse Barbosa"**. A proposta foi aprovada pela **Câmara de Vereadores de Vitória** nesta quarta-feira (25) e, agora, segue para sanção do prefeito Lorenzo Pazolini.

Fonte: Folha de Vitória - Homenagem[15]

Analisar essas narrativas não é apenas descrever o que foi publicado, mas compreender como a mídia participa da produção de representações sociais sobre feminicídio, sobre mulheres em cargos de comando e sobre homens que exercem função armada no Estado. Relatórios e estudos sobre a cobertura jornalística de feminicídios alertam para riscos recorrentes, como o uso de explicações individualizantes, a

[15] Disponível em: https://www.folhavitoria.com.br/policia/futura-base-da-guarda-municipal-deve-receber-nome-de-comandante-em-vitoria/. Publicação: 26 mar. 2026. Acesso em: 28 jun. 2026.

culpabilização implícita da vítima, a espetacularização do sofrimento e a ausência de contextualização com dados e políticas públicas. Ao escolher comparar um canal nacional de TV, um jornal local de referência, um portal regional e um grande portal de notícias, esse artigo busca evidenciar diferenças de tom, enquadramento e profundidade na abordagem do caso, discutindo em que medida veículos contribuem para tratar o feminicídio como problema estrutural de gênero ou como tragédia isolada no âmbito privado do casal.

Objetivos

Os objetivos deste artigo consistem em analisar criticamente a cobertura jornalística digital sobre o feminicídio da comandante da Guarda Municipal de Vitória, Dayse Barbosa Mattos, compreendendo como diferentes veículos de comunicação constroem representações sociais acerca da violência de gênero, das vítimas e dos agressores. A partir das publicações da CNN Brasil, A Gazeta, Folha Vitória e G1 Espírito Santo, busca-se identificar os enquadramentos narrativos utilizados, observando de que maneira o caso foi apresentado ao público e quais sentidos foram produzidos em torno da figura da vítima, do autor do crime e do próprio feminicídio enquanto fenômeno social.

O artigo também pretende discutir em que medida a mídia contribui para a conscientização social sobre a violência contra a mulher ou, ao contrário, reforça práticas problemáticas já recorrentes na cobertura de feminicídios, como a espetacularização da tragédia, a individualização do crime, o foco excessivo em elementos emocionais e a ausência de contextualização estrutural sobre desigualdade de gênero. Dessa forma, busca-se refletir sobre o papel social do jornalismo na formação da opinião pública e na construção de discursos que podem tanto combater quanto naturalizar a violência contra mulheres.

Além disso, o trabalho objetiva evidenciar como o fato de Dayse ocupar um cargo de liderança na segurança pública influencia a abordagem midiática do caso, especialmente na construção de sua imagem como símbolo de força, autoridade e resistência feminina. Pretende-se, ainda, analisar como a condição profissional do agressor, integrante das forças de segurança do Estado, é tratada pelos veículos e quais

debates isso suscita sobre masculinidade, poder, violência institucional e controle sobre o corpo e a vida das mulheres.

Outro objetivo do artigo é discutir o papel das pessoas próximas às vítimas no reconhecimento de sinais de violência doméstica e no auxílio à prevenção do feminicídio. A partir dos relatos do pai de Dayse e das informações divulgadas pelos veículos analisados, busca-se refletir sobre como familiares, amigos e pessoas do convívio da vítima percebem situações de abuso, ameaça e controle, bem como sobre os limites, dificuldades e possibilidades de intervenção diante desse tipo de violência. Nesse sentido, o trabalho pretende contribuir para o debate sobre a importância das redes de apoio e da conscientização coletiva no enfrentamento à violência de gênero.

Por fim, o artigo busca contribuir academicamente para os estudos sobre representações de minorias sociais na mídia, especialmente no que se refere às representações de mulheres vítimas de violência, promovendo uma reflexão crítica sobre ética jornalística, responsabilidade social da comunicação e a necessidade de abordagens mais humanizadas e contextualizadas em casos de feminicídio.

Referencial teórico

A fim de realizar uma análise crítica do caso de Dayse e da sua relação com as representações sociais na mídia acerca do feminicídio no Brasil, é necessário compreender as diferentes bases que constroem tal narrativa. Primeiramente, serão introduzidos os conceitos de representação social, a partir de autores como Denise Jodelet em *Loucuras e Representações Sociais* (2005), Pedrinho Arcides Guareschi, em *Representações Sociais e Ideologias* (2000) e Serge Moscovici, em *Psicologia das Minorias Ativas (*2011). Esses estudiosos abordam as representações sociais através de visões que abarcam aspectos como a psicologia e padrões de construção social, que são pontos chave no processo de estudo da mídia e da maneira como são retratados os casos de feminicídio.

A partir dessas considerações, será construída então uma base teórica que compreende pontos específicos do caso de Dayse, como a representação social da mulher em parâmetros brasileiros e estudos sobre violência de gênero, fundamentados em autores como Vera Soares, que explora visões do feminismo dentro da América

Latina e sua relação com as bases machistas dentro do continente (2004). Assim como, Lélia Gonzalez e Conceição Evaristo (2020), que compõem noções importantes sobre existir como mulher dentro da sociedade brasileira, principalmente em cenários de violência de gênero.

Cabe refletir ainda sobre a forma que se dá a compreensão da cobertura jornalística sobre o feminicídio, o qual exige articular três eixos fundamentais: a teoria das representações sociais, o debate sobre machismo e violência estrutural de gênero e as dinâmicas da mídia na construção de narrativas sobre mulheres vítimas de violência.

Essas representações não surgem no vácuo: elas são produto e reprodução de uma estrutura social machista e patriarcal, que opera de maneira difusa e muitas vezes naturalizada. Conforme argumenta Bourdieu (2002), em A Dominação Masculina, a violência simbólica exercida sobre as mulheres se sustenta precisamente por ser invisível, interiorizada tanto pelos dominados quanto pelos dominantes, convertendo-se em ordem natural das coisas. Nesse quadro, o feminicídio não é um evento isolado ou passional, mas o ápice de uma continuidade de violência estrutural, enraizada em relações de poder que atribuem ao homem o direito de controle sobre o corpo e a vida da mulher. Segundo Machado et al. (2020), a violência contra a mulher é um fenômeno sociocultural, sustentado pelo patriarcado e pela desigualdade de gênero, cuja dimensão mais extrema é a morte, frequentemente precedida por um histórico de ameaças, ciúmes e controle que raramente é levado a sério antes do crime se consumar.

É nesse contexto que a mídia assume papel decisivo. Longe de ser um espelho neutro da realidade, os meios de comunicação operam como produtores ativos de sentido, o que Stuart Hall (2003) denomina processo de codificação e decodificação das representações culturais. Na cobertura de feminicídios, essa produção de sentido frequentemente opera em detrimento das vítimas. Estudos recentes apontam que cerca de 20% das notícias sobre violência de gênero justificam as agressões sofridas pelas mulheres, revelando um padrão sistemático, não uma exceção.

Há um paradoxo no discurso midiático sobre o feminicídio: de um lado, a espetacularização dos casos concretos; de outro, a invisibilização da mulher, reduzida a um não-ser, um mero objeto da ação do homem. Thurler (2017) nomeia esse fenômeno como pedagogia da crueldade: ao tratar os feminicídios como fatos pontuais e desconectados, a mídia ensina à sociedade a não ter empatia com a vítima,

naturalizando a violência e contribuindo para sua perpetuação. Expressões como "ataque de ciúmes", "perdeu a cabeça" e "ficou transtornado" são recorrentemente utilizadas pela imprensa para justificar feminicídios, deslocando a responsabilidade do agressor para o campo da irracionalidade momentânea, e, indiretamente, para as circunstâncias que "provocaram" tal reação.

Essa lógica se complexifica quando a vítima é uma mulher que ocupa posição de autoridade e poder institucional, como é o caso de Dayse Barbosa Mattos. A presença de mulheres em cargos de liderança, especialmente em estruturas historicamente masculinas, como as forças de segurança, tensiona as representações sociais tradicionais do feminino. Teixeira et al. (2024) identificam que as mulheres que avançam no espaço público continuam sendo avaliadas a partir de parâmetros que oscilam entre a "mulher guerreira" e a "mulher tradicional", evidenciando que a ampliação da presença feminina nos espaços de poder não elimina as assimetrias de gênero nem protege as mulheres da violência. Ao contrário, em muitos casos, a autonomia conquistada pode ser o estopim que aciona o controle e a punição exercidos por agressores que se sentem ameaçados pela independência feminina.

Ao analisar a cobertura midiática do caso de Dayse, portanto, traz-se um olhar de como as representações sociais de gênero se manifestam nas escolhas narrativas dos veículos: quais palavras são usadas, quais fontes são ouvidas, o que é enquadrado como central e o que é silenciado. É também questionar se a mídia contribui para transformar o feminicídio em problema estrutural de gênero, ou o mantém na esfera do privado, do trágico e do inevitável.

Discussão

As primeiras matérias jornalísticas sobre o feminicídio da comandante da Guarda Municipal, Dayse Barbosa Mattos, concentram-se na reconstrução factual do crime, destacando seu cargo na Guarda Municipal de Vitória e a identidade do agressor como policial rodoviário federal. Na CNN Brasil[16], a cobertura inicial enfatiza que a comandante foi morta a tiros dentro de casa, na madrugada, por um ex-namorado que integrava a

[16]Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/es/comandante-da-gcm-de-vitoria-e-morta-a-tiros-por-ex-namorado-prf/. Publicação: 23 mar. 2026. Acesso em: 28 jun. 2026.

Polícia Rodoviária Federal, e como apontado pela Polícia Civil que ele "não aceitava o fim do relacionamento" e que teria premeditado o crime, deixando sinais de arrombamento na residência.

Essa introdução do caso no portal de notícias revela o padrão que o veículo segue na construção da imagem de Dayse e do criminoso, tanto a vítima quanto o assassino eram membros da força policial municipal e federal e foram apresentados primariamente como agentes da segurança pública e não civis. A escolha coloca em prática o princípio da ancoragem que, segundo Moscovici (2001), parte de uma imagem pronta sobre um indivíduo e o generaliza de forma automática sem antes analisar o sujeito integralmente ou seu contexto. A ancoragem é comum em veículos jornalísticos na composição de manchetes, pois garante a atenção do público leitor a partir dos parâmetros sociais pré concebidos, no caso analisado, apresentar tanto a vítima quanto o criminoso como policiais reforça o imaginário social de protetores da lei, o que torna Dayse uma heroína e seu assassino um traidor de sua função.

Figura 03 - Cobertura Inicial CNN

A **comandante da GCM (Guarda Civil Municipal) de Vitória, no Espírito Santo, Dayse Barbosa Matos, foi morta a tiros** na madrugada desta segunda-feira (23), dentro de casa. O principal suspeito do crime é o ex-namorado da vítima, o policial rodoviário federal Diego Oliveira de Sousa.

De acordo com a Polícia Civil, o **suspeito não aceitava o fim do relacionamento** e, possivelmente, teria premeditado o crime. Relatos colhidos pela corporação após o caso indicam que Diego apresentava um comportamento **ciumento, possessivo e controlador.**

Fonte: CNN - Comandante da GCM de Vitória é morta a tiros por ex-namorado PRF

Em outro material[17], o mesmo veículo ressalta que Diogo Oliveira de Souza é apontado como responsável do "feminicídio a tiros" da ex-namorada e que já respondia a procedimento por assédio sexual a uma colega de corporação, trazendo desde o início a dimensão institucional do caso e o enquadramento como feminicídio. Essa narrativa

[17] Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/es/prf-suspeito-de-matar-comandante-da-guarda-de-vitoria-respondia-por-assedio/. Publicação: 23/03/2026. Acesso em: 28 de jun de 2026.

elucida como o crime representa uma ruptura de um limite esperado de proteção dentro das próprias forças de segurança, ao mesmo tempo em que mostra ao público a existência de antecedentes disciplinares que aproximam o episódio do padrão esperado para o tipo de violência de gênero.

Figura 04 - Responsável por feminicídio responde por abuso

O policial rodoviário federal Diego Oliveira de Souza, apontado pelas autoridades como **responsável pelo feminicídio a tiros da ex-namorada Dayse Barbosa**, de 37 anos, comandante da Guarda Municipal de Vitória (ES), respondia a um Processo Administrativo Disciplinar na PRF (Polícia Rodoviária Federal) por tentativa de abusar sexualmente de uma colega de serviço.

Fonte: CNN - PRF suspeito de matar comandante da Guarda de Vitória respondia por abuso, 23 de

No jornal A Gazeta, o texto "Policial rodoviário federal mata namorada, comandante da guarda de Vitória"[18] adiciona detalhes dramáticos à cena, como a hora da madrugada, o local exato do crime e a sequência de cinco disparos que atingem a vítima, sobretudo na cabeça. A matéria traz destaque ao fato de que Diogo Oliveira de Souza "não aceitava o fim do relacionamento" e que, após matar Dayse dentro de casa, tirou a própria vida, configurando um cenário de homicídio seguido de suicídio. Outros conteúdos do mesmo veículo indicam que ele usou uma escada para alcançar a marquise e surpreendê-la enquanto dormia, e que já havia perseguição e ameaças, contribuindo para o quadro de violência contínua e premeditada[19]. A decisão de enfatizar a condição de "namorado" e a recusa em aceitar o término contribui para ancorar o caso na categoria de relacionamento abusivo que evolui para feminicídio, aproximando a narrativa de uma leitura estrutural de violência de gênero, mesmo que ainda a matéria recorra a elementos de forte impacto emocional ao detalhar a cena e dinâmica do crime.

> O policial rodoviário federal Diego Oliveira de Souza, que atuava em Campos dos Goytacazes (RJ), matou com cinco tiros na cabeça a namorada, Dayse Barbosa Mattos, comandante da Guarda Municipal de Vitória, e, em seguida, tirou a própria vida na cozinha de casa. O crime aconteceu na madrugada

[18] Disponível em: https://www.agazeta.com.br/es/policia/policial-rodoviario-federal-mata-a-namorada-comandante-da-guarda-de-vitoria-0326. Publicação: 23 mar. 2026. Acesso em: 28 jun. 2026.

[19] Disponível em: https://www.agazeta.com.br/es/policia/policial-que-matou-chefe-da-guarda-de-vitoria-a-perseguia-e-ameacava-0326. Publicação: 23 mar. 2026. Acesso em: 28 jun. 2026.

> desta segunda-feira (23), por volta das 3h, no bairro Mário Cypreste, na Capital. A vítima deixa uma filha de sete anos (Fernandes, 2026).

A constituição das representações sociais possui vínculo direto com a comunicação e a linguagem, segundo Jodelet (2009) e Moscovici (2001), ambas são capazes de moldar o imaginário social. Grandes veículos jornalísticos ocuparam por muito tempo o papel de formadores de sentido na sociedade, assim, o caso analisado reflete a base criada pelos veículos de comunicação ao aliar os critérios de noticiabilidade aos perfis de representação social que vêm sendo construídos acerca de feminicídios.(Silva, 2024).

A ênfase da notícia em termos e cenários específicos influenciam diretamente na interpretação do fato, no caso de Dayse, a apresentação pautada na perda de uma defensora da lei, mãe e também filha, evidencia a motivação do crime pelo gênero de Dayse e possessividade do assassino (Azeem at al, 2019). A estruturação das matérias reflete uma quebra na representação de membro da segurança pública, que foi também uma vítima de violência de gênero extrema, o que garante ao público a dimensão real da cultura de violência contra a mulher no Brasil.

O G1 Espírito Santo, por conseguinte, no texto "PRF mata a tiros a namorada, comandante da Guarda Municipal de Vitória"[20], conjuga o relato factual com elementos que evidenciam planejamento e crueldade. A matéria afirma que Dayse foi morta com cinco tiros na cabeça, dentro da casa que morava com o pai e a filha, e que o agressor utilizou de meios para invadir o quarto durante a madrugada, antes de tirar a própria vida na cozinha do imóvel. Ao descrever como tudo indica se tratar de feminicídio e também destacar que o policial não aceitava o fim do namoro, o G1 reforça o enquadramento jurídico e simbólico do crime como violência de gênero, o que vai além da simples descrição de um "crime passional" e aproxima a narrativa jornalística de debates atuais sobre feminicídio enquanto fenômeno estrutural.

Figura 5 - Crime Premeditado

[20] Disponível em: https://g1.globo.com/es/espirito-santo/noticia/2026/03/23/prf-mata-a-tiros-a-namorada-comandante-da-guarda-municipal-de-vitoria.ghtml. Publicação: 23 mar. 2026. Acesso em: 28 jun. 2026.

PRF usou escada para invadir a casa

Diego usou uma escada para invadir a casa e chegar até Dayse, que dormia no quarto da filha, por causa do aparelho de ar-condicionado. Segundo o secretário de Segurança Urbana de Vitória, Amarílio Boni, **há indícios de que o crime tenha sido premeditado.**

"A circunstância é que ele foi com o intuito de cometer o feminicídio. Ele levou materiais para entrar na residência e subir na marquise. Tudo indica que ele **a pegou deitada, dormindo, e efetuou os disparos** sem possibilidade de reação", afirmou o secretário Amarílio Boni.

Fonte: G1 - "PRF mata a tiros a namorada, comandante da Guarda Municipal de Vitória"

No conjunto dessas primeiras coberturas, o que chama a atenção é a forma como cada veículo trabalha o termo "feminicídio" e a explicação do conceito para o público. Nos seus produtos televisivos e digitais, a CNN chega a esclarecer que feminicídio é o assassinato de uma mulher por razões de gênero, frequentemente ligado à violência doméstica ou o menosprezo à condição feminina, explicando de forma clara o enquadramento do crime e o afastando do termo usado como "crime passional". A Gazeta, por conseguinte, associa a morte de Dayse à interrupção do período de mais de 600 dias sem feminicídios em Vitória, destacando que a cidade "completaria 653 dias sem registro de feminicídio"[21] e que esse marco de vitória foi rompido justamente pelo assassinato da comandante, que era vista como símbolo na luta contra a violência contra as mulheres na capital.

Figura 06 - Fim dos 650 dias sem feminicídio

"Atingimos mais de 650 dias sem feminicídio exatamente pelas políticas públicas que a Dayse comandava, e infelizmente ela se torna vítima dessa violência", disse o prefeito Lorenzo Pazolini, em entrevista à **TV Gazeta**.

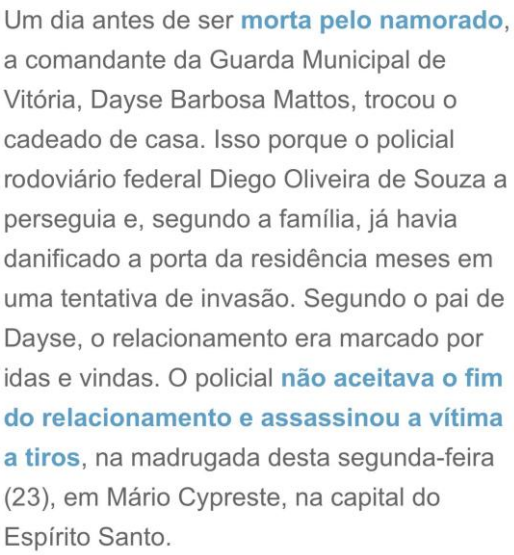
Fonte: Gazeta - Morte de chefe da Guarda encerra período de mais de 650 dias sem feminicídio em Vitória

[21] Disponível em: https://www.agazeta.com.br/es/policia/morte-de-chefe-da-guarda-encerra-periodo-de-mais-de-650-dias-sem-feminicidio-em-vitoria-0326 . Publicação: 23 mar. 2026. Acesso em: 28 jun. 2026.

Já o G1 vai progressivamente consolidando o termo feminicídio e articulando-o a noções de relações abusivas e dificuldade de pedir ajuda, ao publicar, depois da notícia inicial, artigos que relacionam o caso a um aumento de violência, à atuação de Dayse no combate ao feminicídio e ao perfil de agressores descrito pelo Ministério Público como "inseguro, possessivo e insensível". Desse modo, embora todos relatem o mesmo crime, as diferenças de ênfase no uso do termo feminicídio e na explicação de suas causas revelam graus distintos de compromisso com a leitura estrutural da violência contra as mulheres.

Um aspecto que se torna mais evidente nas coberturas posteriores é a reconstrução retrospectiva da trajetória de violência que antecedeu o assassinato. A Gazeta revelou que Diogo perseguia Dayse, fazia ameaças constantes e apresentava comportamento obsessivo, o que permite compreender o feminicídio não como um evento inesperado, mas como a culminação de uma sucessão de eventos e de um processo contínuo de controle e intimidação. O caso aproxima-se da caracterização apresentada por Machado (2020), segundo o qual a morte da mulher costuma ser precedida por episódios de violência psicológica, física e patrimonial, frequentemente naturalizados ou minimizados pelos envolvidos e pelo entorno social.

Figura 7 - Relato de Perseguição


Um dia antes de ser **morta pelo namorado**, a comandante da Guarda Municipal de Vitória, Dayse Barbosa Mattos, trocou o cadeado de casa. Isso porque o policial rodoviário federal Diego Oliveira de Souza a perseguia e, segundo a família, já havia danificado a porta da residência meses em uma tentativa de invasão. Segundo o pai de Dayse, o relacionamento era marcado por idas e vindas. O policial **não aceitava o fim do relacionamento e assassinou a vítima a tiros**, na madrugada desta segunda-feira (23), em Mário Cypreste, na capital do Espírito Santo.

Fonte: Gazeta - "Policial que matou chefe da Guarda de Vitória a perseguia e ameaçava"[22]

[22] Disponível em: https://www.agazeta.com.br/es/policia/policial-que-matou-chefe-da-guarda-de-vitoria-a-perseguia-e-ameacava-0326, Publicação: 23 mar. 2026. Acesso em: 28 jun. 2026.

Essa perspectiva é reforçada por uma reportagem do G1 Espírito Santo que discute como relações abusivas são marcadas por mecanismos de isolamento, medo e dificuldade de pedir ajuda. Especialistas entrevistados pelo veículo ressaltam que muitas mulheres têm receio de denunciar parceiros violentos devido às ameaças, ao vínculo afetivo e à descrença na efetividade da proteção estatal. Dessa forma, o feminicídio de Dayse insere-se em uma dinâmica mais ampla de violência de gênero, em que o assassinato representa o estágio extremo de uma sequência de agressões e práticas de agressão masculina.

Nesse contexto, chama a atenção a forma como os depoimentos do pai da vítima, Carlos Roberto Trindade, foram incorporados às narrativas jornalísticas. Em diferentes entrevistas concedidas ao G1 e à Gazeta, ele afirmou ter presenciado agressões anteriores, ter retirado o agressor de cima da filha em uma discussão e, em determinada ocasião, ter flagrado Diego tentando enforcá-la. Também relatou que vivia em constante situação de ameaça, chegando a afirmar que tinha um “pressentimento” de que algo ruim aconteceria, e que, horas antes do crime, perguntou à filha se a arma dela estava próxima. Os relatos foram apresentados pela imprensa como demonstrações de afeto e sofrimento paterno, enfatizando sua dor diante da tragédia.

> "Já tirei ele de cima dela. Uma vez, flagrei ele tentando enforcar a Dayse [...] Ontem eu estava com esse pressentimento direto. Cheguei a ir ao quarto e perguntei: 'Dayse, sua arma está aí?' [...] Ele entrou atirando. No primeiro tiro, eu acordei. Ouvi três disparos. Abri a porta devagar, olhei e vi ele correndo com a arma engatilhada." (TRINDADE, 2026)

Entretanto, uma leitura crítica dessas declarações permite identificar uma contradição importante. Se o pai tinha conhecimento de episódios de violência física, ameaças e tentativa de estrangulamento, o feminicídio não pode ser interpretado como uma fatalidade imprevisível no caso de Dayse. A existência de sinais tão evidentes mostra que o risco era conhecido por pessoas próximas à vítima. Nesse sentido, o depoimento paterno expõe também uma dimensão frequentemente silenciada nas discussões sobre feminicídio: a omissão da rede de apoio.

Embora não seja possível atribuir ao pai a responsabilidade do assassinato, que pertence ao agressor, é necessário reconhecer que a percepção do perigo não foi acompanhada por medidas efetivas de proteção. O discurso de “pressentimento” transforma em acaso aquilo que, na realidade, era resultado de um padrão reiterado de violência. A naturalização das agressões e a crença de que conflitos conjugais pertencem

ao âmbito privado contribuem para que familiares e amigos subestimem a gravidade das ameaças, reproduzindo mecanismos que favorecem a escalada da violência.

Essa dinâmica evidencia aquilo que Bourdieu (2002) configura como violência simbólica. A dominação masculina não se manifesta apenas nas ações do agressor, mas também nas estruturas culturais que levam a sociedade a tratar agressões anteriores como desentendimentos comuns do casal. Ao afirmar que já havia retirado Diego de cima da filha e testemunhado tentativas de enforcamento, o pai revela que episódios potencialmente letais foram associados como parte das turbulências do relacionamento, e não como indicadores de um risco iminente de feminicídio.

Essa dimensão coletiva do problema também é discutida por Thurler (2017), ao argumentar que a sociedade desenvolve uma espécie de “pedagogia da crueldade”, na qual a repetição cotidiana da violência contra mulheres produz dessensibilização e normalização, Assim, o feminicídio não é somente consequência da ação individual do homem agressor, mas também do contexto social que banaliza ameaças e trata a violência doméstica como assunto privado.

Há ainda uma ironia trágica amplamente explorada pela imprensa. A Gazeta destacou que Dayse era uma mulher reconhecida pelo incentivo ao empoderamento feminino e pela atuação em iniciativas de combate à violência contra mulheres. O G1, por sua vez, enfatizou que a comandante se tornou justamente a vítima que combatia institucionalmente. A transformação de Dayse em símbolo póstumo da luta contra o feminicídio produz uma representação social marcada por heroísmo e resistência, mas também evidencia os limites de que autonomia profissional e posição de poder seriam suficientes para proteger mulheres da violência masculina.

A percepção de que a posição de autoridade de Dayse poderia ser uma proteção é desconstruída pela fala da delegada Raffaella Aguiar, que, ao analisar o caso, afirma que a violência de gênero não diz respeito à força ou posição da vítima, mas à estrutura de dominação do agressor:

> "O caso foi tão emblemático porque mostra que não é sobre quem é a vítima, porque a Dayse era uma mulher forte, uma autoridade. A violência de gênero é sobre quem é o homem [...] É sobre a mulher não querer mais aquele relacionamento e sobre ele falar: 'Você é minha, e agora você vai pagar até mesmo com a sua vida, porque, a partir do momento que eu enxergo que você é meu objeto, você é um instrumento da minha dominação'” AGUIAR, 2026.

Nesse aspecto, o caso confirma as observações de Teixeira (2024) sobre a permanência das desigualdades de gênero mesmo em espaços tradicionalmente masculinos. Dayse ocupava um dos cargos mais altos da segurança pública municipal, possuía treinamento policial e acesso a armas de fogo, mas nenhum desses elementos foi capaz de impedir que fosse assassinada por um homem que se recusava a aceitar sua autonomia e o término da relação. A independência feminina, longe de representar proteção absoluta, pode ser percebida por determinados agressores como ameaça à sua posição de controle, desencadeando respostas violentas.

As matérias da CNN Brasil sobre o processo administrativo disciplinar por assédio sexual contra uma colega de corporação também ampliam a interpretação do caso para além da esfera privada. Ao evidenciar que Diego já respondia por condutas relacionadas à violência de gênero, a cobertura rompe parcialmente com a narrativa de "homem que perdeu a cabeça" e aproxima o feminicídio de um padrão comportamental violento anterior. Tal construção dialoga com o perfil traçado pelo Ministério Público do Espírito Santo em reportagem recuperada pelo G1, que descreve agressores de mulheres como indivíduos inseguros, possessivos e incapazes de lidar com frustrações afetivas.

Assim, as representações produzidas pelos veículos analisados oscilam entre duas tendências. De um lado, permanece a dramatização da tragédia e a valorização dos elementos emocionais e biográficos. De outro, há um esforço crescente em situar o caso de Dayse dentro das estruturas do machismo e da violência de gênero. Essa segunda perspectiva contribui para deslocar a interpretação do feminicídio do campo do excepcional e do privado para o âmbito político e coletivo, permitindo compreender que a morte da comandante da Guarda Municipal de Vitória não foi resultado de um "crime passional", mas expressão extrema de uma cultura que ainda atribui aos homens a prerrogativa de controlar a vida e as escolhas das mulheres.

Considerações finais

A análise da cobertura midiática sobre o feminicídio de Dayse Barbosa Mattos confirma que a forma como os veículos noticiam casos de violência de gênero não é neutra, mas reflete e reproduz representações sociais já presentes na sociedade brasileira sobre o que significa ser mulher, ser agente de segurança, ser vítima e ser agressor. Ao comparar CNN Brasil, A Gazeta, Folha Vitória e G1 Espírito Santo, observou-

se que, embora todos os veículos tenham relatado o mesmo crime, as escolhas de enquadramento, vocabulário e contextualização variaram significativamente, o que revela diferentes graus de comprometimento com uma leitura estrutural da violência contra a mulher. Enquanto a CNN se preocupou em definir tecnicamente o termo feminicídio e afastá-lo do rótulo de “crime passional”, e o G1 articulou progressivamente o caso a discussões mais amplas sobre relações abusivas e ao perfil de agressores já mapeado pelo Ministério Público, A Gazeta e a Folha Vitória concentraram-se com mais intensidade nos elementos biográficos, dramáticos e memorialísticos da vítima, o que não invalida a leitura estrutural, mas evidencia que ela coexiste, e muitas vezes disputa espaço, com a dramatização emocional do crime.

Esse padrão confirma o que Moscovici (2001) descreve como ancoragem: a opção editorial de apresentar tanto Dayse quanto Diego primariamente como agentes da segurança pública, ela como comandante e heroína, ele como policial que trai sua função, não é incidental, mas mobiliza categorias sociais pré-existentes para tornar o caso compreensível e noticiável ao público, ainda que essa operação simplifique a complexidade da violência de gênero enquanto fenômeno estrutural. Do mesmo modo, a maneira como o pai da vítima foi citado pela imprensa, sempre como figura de luto e afeto, e nunca como parte de uma rede que talvez tenha minimizado sinais de risco, expõe uma lacuna importante: o jornalismo analisado humaniza a dor da família, mas raramente problematiza o silêncio e a naturalização que cercam episódios anteriores de violência, o que reforça na prática, o mecanismo que Bourdieu (2002) chama de violência simbólica, interiorizada inclusive por quem ama a vítima.

O caso de Dayse também evidencia, de forma paradoxal, os limites da autonomia profissional como proteção contra a violência de gênero. O fato de ela ocupar um dos cargos mais altos da segurança pública municipal, possuir treinamento policial e acesso a armas não impediu sua morte pelas mãos de um ex-parceiro que não aceitava o fim do relacionamento. Esse dado dialoga diretamente com Teixeira et al. (2024), ao confirmar que a ocupação de espaços de poder tradicionalmente masculinos não dissolve as assimetrias de gênero, e pode até intensificá-las, na medida em que a autonomia feminina é percebida por certos agressores como ameaça a ser controlada. Dialoga-se também com a reflexão de Vera Soares (2004) quando esta debate sobre a persistência do machismo latino-americano independentemente das conquistas individuais das

mulheres, e é potencializada quando analisa-se junto com a contribuição de pensadoras como Lélia Gonzalez e Conceição Evaristo (2020), que historicamente destacaram em suas obras o fato de que nenhuma posição social, profissional ou institucional é, por si só, suficiente para proteger uma mulher da violência machista enraizada na sociedade brasileira.

Em termos de contribuição acadêmica, este artigo reforça a importância da teoria das representações sociais como ferramenta de análise da cobertura jornalística de crimes de gênero, evidenciando que o jornalismo, além de atuar como uma produção ativa que relata o feminicídio, participa ativamente da construção de sentidos sobre quem merece ser lembrado como vítima legítima, o que conta como aviso ignorado e o que é tratado como tragédia íntima e inevitável. Os resultados sugerem que, embora os veículos analisados venham avançando, em maior ou menor grau, em direção a uma cobertura que nomeia o feminicídio como fenômeno estrutural, persistem práticas que priorizam o impacto emocional e a espetacularização da dor em detrimento da contextualização política do crime, no sentido apontado por Thurler (2017) como pedagogia da crueldade.

Por fim, este estudo reforça a relevância de se manter um olhar atento e contínuo sobre a forma como a mídia retrata o feminicídio no Brasil. Compreender os mecanismos pelos quais a imprensa constrói representações sobre vítimas e agressores não é um exercício meramente acadêmico, mas uma ferramenta de conscientização social, capaz de evidenciar avanços e retrocessos no tratamento jornalístico dessas tragédias e de pressionar por coberturas mais responsáveis. Diante do aumento expressivo de casos de feminicídio registrados em 2025 e 2026, torna-se ainda mais urgente que pesquisas como esta sejam continuamente realizadas, ampliadas e atualizadas, de modo a acompanhar de perto as transformações, ou permanências, no discurso midiático sobre a violência de gênero. Apenas com esse acompanhamento constante será possível identificar se o jornalismo brasileiro está, de fato, caminhando em direção a uma cobertura mais estrutural, humanizada e comprometida com o enfrentamento da violência contra a mulher, ou se continua a reproduzir, sob nova embalagem, os mesmos silêncios e naturalizações historicamente atribuídos a estes crimes. Manter essa pauta viva, pesquisada e debatida é, em si, um ato de resistência frente a uma cultura que ainda hesita em nomear o feminicídio pelo que ele é.

Referências

A GAZETA. **Dayse empoderava mulheres na luta contra a violência, mas foi morta pelo ex**. Vitória, 24 mar. 2026. Disponível em: A Gazeta. Acesso em: 1 jul. 2026.

A GAZETA. **Pai de comandante da Guarda de Vitória morta por policial da PRF relata agressões anteriores**. Vitória, 23 mar. 2026. Disponível em: A Gazeta. Acesso em: 1 jul. 2026.

A GAZETA. **Policial que matou chefe da Guarda de Vitória a perseguia e ameaçava**. Vitória, 23 mar. 2026. Disponível em: A Gazeta. Acesso em: 1 jul. 2026.

AZEEM, A. A.; HUNTER, J.; RUFFMAN, T. News headlines or ideological beliefs: what affects readers' interpretations of news stories about immigration, killing in the name of religion and other topical issues? *Current Psychology*, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CNN BRASIL. **Comandante da GCM de Vitória é morta a tiros por ex-namorado PRF**. São Paulo, 23 mar. 2026.

CNN BRASIL. **PRF suspeito de matar comandante da Guarda de Vitória respondia por assédio**. São Paulo, 23 mar. 2026.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

FOLHA VITÓRIA. **Agente usou arma da PRF para matar comandante da Guarda de Vitória**. Vitória, 24 mar. 2026. Disponível em: Folha Vitória. Acesso em: 1 jul. 2026.

G1 ESPÍRITO SANTO. **Feminicídio de comandante da Guarda em Vitória expõe violência em relações abusivas e dificuldade das mulheres em pedir ajuda**. Vitória, 25 mar. 2026.

G1 ESPÍRITO SANTO. **Inseguro, possessivo e insensível: Ministério Público do ES detalha perfil de agressores de mulheres**. Vitória, 12 abr. 2023.

G1 ESPÍRITO SANTO. **No primeiro tiro acordei, diz pai da comandante da Guarda de Vitória morta por namorado PRF**. Vitória, 23 mar. 2026.

G1 ESPÍRITO SANTO. **Policial rodoviário matou chefe da Guarda de Vitória após ela pedir fim do namoro, diz polícia**. Vitória, 23 mar. 2026.

G1 ESPÍRITO SANTO. **PRF que matou comandante da Guarda de Vitória respondia a processo disciplinar por importunação sexual**. Vitória, 23 mar. 2026.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Representações sociais e ideologia. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, Edição Especial Temática, p. 33-46, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Imprensa e direitos das mulheres: papel social e desafios da cobertura sobre feminicídio e violência sexual*. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2019.

JODELET, Denise. *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2005.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MACHADO, D. F. et al. Violência contra a mulher: o que acontece quando a Delegacia de Defesa da Mulher está fechada? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 2, p. 483-494, 2020.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, Nathália Nepomuceno da. Noticiabilidade, critérios de noticiabilidade e valores-notícia: possíveis vertentes e entrecruzamentos. *Revista Caribenha de Ciências Sociales*, 2024.

SOARES, Vera. O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (org.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TEIXEIRA, Aline do Amaral et al. Representações sociais sobre ser mulher na sociedade contemporânea. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 44, 2024.

THURLER, Ana Liési. Feminicídios na mídia e desumanização das mulheres. *Observatório*, Palmas, 2017.

Capítulo 3: Caso Gerson de Melo Machado[23]

João Rios Bastos[24]

Maria Eduarda Rodrigues Barros[25]

Jhully Enny do Nascimento Arrais[26]

Hellen Romano de Oliveira[27]

Luca Sprung Ribeiro Neri[28]

Resumo: o presente artigo analisa os discursos reproduzidos no X (antigo Twitter) sobre o caso Gerson de Melo Machado a partir da Teoria das Representações Sociais e do conceito de reificação. Por meio de uma abordagem qualitativa e análise discursiva de publicações e comentários realizados na plataforma a respeito do caso, buscou-se compreender como os processos de ancoragem e objetivação estruturam sentidos sobre o acontecimento. Os resultados evidenciam a predominância inicial de representações pautadas na patologização do sujeito, que posteriormente são tensionadas por narrativas centradas na vulnerabilidade social e falhas institucionais. Conclui-se que, embora ampliem o debate público, os discursos digitais tendem a reproduzir mecanismos de simplificação e desumanização simbólica do indivíduo, limitando formas efetivas de reconhecimento.

Introdução

A circulação de discursos sobre acontecimentos envolvendo violência e comportamento desviante tem ocupado um espaço central na esfera pública contemporânea, especialmente em ambientes digitais como o X (Twitter), onde a produção e disseminação de sentidos ocorre de forma acelerada, descentralizada e fortemente marcada pela opinião e pelo senso comum. Nesse contexto, episódios que rompem com normas sociais, como o caso do jovem Gerson de Melo, que pulou na jaula

[23] Este artigo foi publicado no Intercom Nacional 2026, IJ 7, Comunicação e Cidadania.
[24] Graduando em Relações Públicas pela UFG. riosbastos@discente.ufg.br.
[25] Graduanda em Relações Públicas pela UFG. maria.barros@discente.ufg.br.
[26] Graduanda em Relações Públicas pela UFG. jhullynascimento@discente.ufg.br.
[27] Graduanda em Relações Públicas pela UFG. hellen@discente.ufg.br.
[28] Graduando em Relações Públicas pela UFG. sprungluca@discente.ufg.br.

de uma leoa, tornam-se rapidamente objetos de julgamento coletivo, mobilizando narrativas, estigmas e interpretações diversas.

A partir da Teoria das Representações Sociais, proposta por Serge Moscovici (2015) e desenvolvida por autores como Denise Jodelet (2005), é possível compreender como esses discursos não apenas refletem opiniões individuais, mas constituem formas socialmente compartilhadas de interpretar a realidade. As representações sociais operam como sistemas de sentido que permitem aos indivíduos tornar familiar aquilo que lhes parece estranho ou ameaçador, organizando percepções e orientando práticas sociais. Nesse processo, dois mecanismos são fundamentais: a ancoragem, que integra o novo a categorias já conhecidas, e a objetivação, que transforma conceitos abstratos em imagens concretas e facilmente comunicáveis (Moscovici, 2015).

Nesse contexto, a análise dos discursos digitais também pode ser aprofundada a partir do conceito de reificação, desenvolvido por Axel Honneth (2018). Para o autor, a reificação ocorre quando há uma suspensão do reconhecimento do outro como sujeito, fazendo com que ele passe a ser percebido de forma reduzida, como objeto ou categoria abstrata. Em ambientes como o X (antigo Twitter), marcados pela rapidez, pela simplificação e pela lógica da viralização, esse processo tende a se intensificar, na medida em que indivíduos envolvidos em acontecimentos de grande repercussão são frequentemente enquadrados em estereótipos e narrativas superficiais. Assim, a articulação entre reificação e representações sociais permite compreender não apenas como os sentidos são construídos coletivamente, mas também como esses sentidos podem contribuir para a desumanização simbólica dos sujeitos expostos no debate público.

No caso analisado, observa-se que o comportamento do jovem é rapidamente enquadrado dentro de categorias morais e sociais preexistentes, como “loucura”, “irresponsabilidade” ou “busca por atenção”, evidenciando processos de ancoragem. Simultaneamente, tais interpretações são materializadas em imagens, memes e narrativas simplificadas que circulam na plataforma, caracterizando processos de objetivação. Como aponta o sociólogo e psicólogo Pedrinho Guareschi (2000), os meios de comunicação e, mais recentemente, as redes sociais, não são meros canais neutros de transmissão de informação, mas sim instâncias de poder que desempenham um

papel central na produção e difusão dessas representações, contribuindo para a construção de consensos e estigmas.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar os discursos produzidos no X (antigo Twitter) sobre o caso do jovem Gerson de Melo, buscando identificar como se estruturam as representações sociais acerca do ocorrido. Mais especificamente, pretende-se compreender de que maneira os processos de ancoragem e objetivação operam na construção desses sentidos, evidenciando os valores, julgamentos morais e categorias sociais mobilizadas pelos usuários da plataforma X.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como as redes sociais digitais atuam como espaços privilegiados de produção de sentido na contemporaneidade, especialmente em torno de temas que envolvem risco, desvio e moralidade. Ao investigar esses processos, contribui-se para o campo da comunicação e das ciências sociais ao evidenciar como representações sociais são (re)produzidas, negociadas e disseminadas em ambientes digitais, impactando a forma como determinados sujeitos e acontecimentos são percebidos coletivamente.

A pesquisa também se sustenta na atualidade do fenômeno analisado. O caso envolvendo o jovem Gerson de Melo é recente e, apesar de sua ampla repercussão nas redes sociais, ainda carece de investigações acadêmicas sistemáticas que busquem compreender os sentidos produzidos em torno do acontecimento. Nesse cenário, observa-se uma lacuna entre a intensidade do debate público e a produção científica sobre o tema, especialmente no que diz respeito à análise dos discursos digitais a partir da Teoria das Representações Sociais. Assim, ao examinar as manifestações no X (Twitter) sob a ótica dos processos de ancoragem e objetivação, articulados ao conceito de reificação, este trabalho contribui para o avanço das discussões no campo da comunicação e das ciências sociais, oferecendo uma leitura crítica sobre a construção e circulação de sentidos em contextos digitais contemporâneos.

Referencial teórico

A compreensão dos discursos produzidos nas redes sociais digitais demanda um olhar que considere não apenas o conteúdo das mensagens, mas também os processos sociais de construção de sentido que as sustentam. Nesse sentido, a Teoria das

Representações Sociais, formulada por Serge Moscovici (2015) e posteriormente desenvolvida por Denise Jodelet (2005), oferece um importante arcabouço teórico para analisar como os indivíduos e grupos constroem interpretações compartilhadas da realidade.

As representações sociais podem ser compreendidas como formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas, que permitem aos sujeitos interpretar acontecimentos, orientar práticas e comunicar significados. Elas não são apenas reflexos da realidade, mas sim construções simbólicas que tornam o mundo inteligível, especialmente diante de fenômenos considerados novos, estranhos ou ameaçadores. Como mostra Guareschi (2000), em sua obra, 'Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética', os meios de comunicação desempenham papel central nesse processo, ao difundir e reforçar determinados enquadramentos interpretativos.

Dois processos fundamentais estruturam a formação das representações sociais: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem refere-se ao mecanismo pelo qual um fenômeno novo é interpretado a partir de categorias já conhecidas, sendo integrado a sistemas de pensamento preexistentes. Trata-se, portanto, de um processo de classificação e nomeação que reduz a estranheza do objeto, tornando-o familiar. Já a objetivação consiste na materialização de conceitos abstratos em imagens concretas, metáforas ou narrativas simplificadas, facilitando sua circulação no cotidiano (Moscovici, 2015).

No contexto das redes sociais digitais, esses processos ganham novas dinâmicas. A velocidade de circulação da informação, a lógica da viralização e a centralidade de formatos imagéticos, como memes, potencializam a objetivação, ao transformar rapidamente acontecimentos complexos em representações simplificadas e altamente compartilháveis. Ao mesmo tempo, a ancoragem tende a mobilizar repertórios morais e culturais já consolidados, como julgamentos sobre desvio, normalidade e responsabilidade individual.

Entretanto, para além da compreensão dos processos de construção de sentido, é importante considerar os efeitos dessas representações sobre os sujeitos envolvidos. Nesse ponto, o conceito de reificação, desenvolvido por Axel Honneth (2018), contribui para aprofundar a análise. Para o autor, a reificação ocorre quando os indivíduos deixam

de reconhecer o outro como sujeito, passando a tratá-lo como coisa, objeto ou entidade abstrata, desprovida de singularidade e dignidade.

A reificação está diretamente relacionada à teoria do reconhecimento, também elaborada por Honneth (2018), segundo a qual as relações sociais saudáveis dependem do reconhecimento mútuo entre os sujeitos. Quando esse reconhecimento é suspenso, abre-se espaço para formas de desumanização que reduzem o outro a estereótipos, categorias fixas ou caricaturas. Nesse sentido, a reificação não é apenas um fenômeno econômico ou estrutural, mas também um processo cotidiano, presente nas interações sociais e discursivas.

Ao articular esse conceito com a Teoria das Representações Sociais, é possível compreender que determinados processos de ancoragem e objetivação podem contribuir para a reificação de sujeitos. Ao serem enquadrados em categorias simplificadoras, como “louco”, “irresponsável” ou “inconsequente”, e transformados em imagens ou narrativas estereotipadas, indivíduos envolvidos em acontecimentos midiáticos podem ter sua complexidade reduzida, sendo percebidos não como sujeitos, mas como tipos sociais.

Dessa forma, a análise dos discursos no X (Twitter) não apenas revela como os sentidos são construídos coletivamente, mas também evidencia os mecanismos pelos quais certos sujeitos são simbolicamente desumanizados. A articulação entre representações sociais e reificação permite, portanto, uma abordagem mais ampla, capaz de compreender tanto os processos cognitivos e comunicacionais, quanto suas implicações éticas e sociais.

Análise das representações sociais de Gerson de Melo no X

A repercussão do caso Gerson de Melo Machado no X (antigo Twitter) evidenciou a pluralidade de sentidos produzidos em torno de acontecimentos que despertam forte comoção pública. As publicações analisadas demonstram que a plataforma se constitui como um espaço de circulação e negociação de representações sociais, no qual diferentes atores mobilizam interpretações, julgamentos e enquadramentos sobre o ocorrido.

A partir do corpus selecionado, foi possível identificar recorrências discursivas que orientaram a construção dessas representações. Os tópicos a seguir apresentam as principais categorias observadas, buscando compreender como determinados sentidos foram elaborados, compartilhados e tensionados pelos usuários da plataforma diante do caso analisado.

Discursos de patologização: a ancoragem do comportamento de Gerson em categorias de transtorno mental

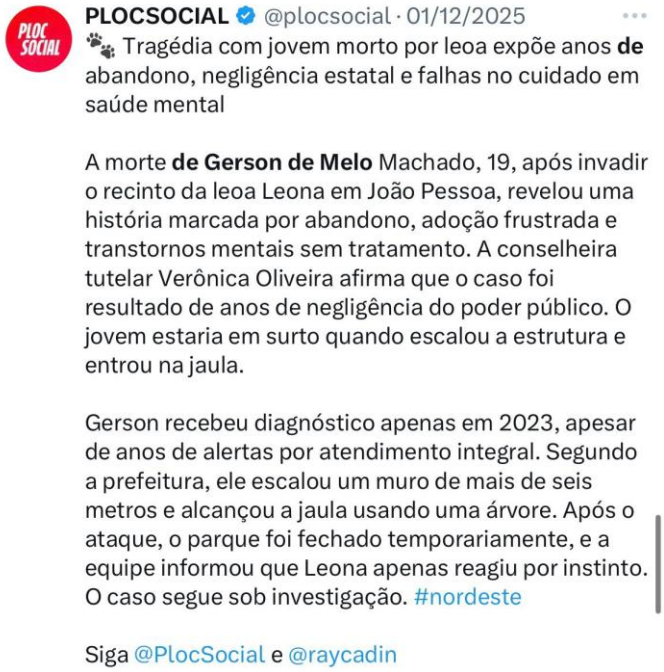
Ao analisar a repercussão do caso Gerson de Melo, observa-se que uma das formas mais recorrentes da construção dos discursos no X foi a mobilização de categorias relacionadas à saúde mental e ao transtorno psíquico. Nesse aspecto, o comportamento do jovem foi ancorado a desvios mentais, assim, discursos de um indivíduo "louco", "doente" ou "fora da realidade" foi altamente propagado na dentro da rede social. Outrossim, torna-se relevante destacar que esse processo de ancoragem, ao classificar o caso em categorias do senso comum, apaga as dimensões estruturais e sociais que envolvem a situação.

Embora Gerson de Melo Machado tivesse diagnóstico de esquizofrenia, confirmado pelas perícias psiquiátricas, o laudo foi empregado como encerramento da discussão. Essa construção de discurso configura, nos termos de Honneth (2018), um processo de reificação, a qual Gerson deixa de ser percebido como sujeito inserido em determinadas condições sociais e passa a ser tratado como "o louco". Não obstante, ao observar as publicações do caso, nota-se duas perspectivas, uma a qual predominou a ancoragem do comportamento do jovem, já o outro viés foi impulsionado pelo relato da conselheira tutelar Verônica Oliveira, a qual expôs a situação centrada na negligência estatal e no abandono institucional. A difusão das duas ideias não eliminou os discursos negligentes, mas incluiu discussões mais complexas no debate público acerca do caso.

Nesse sentido, os exemplos a seguir ilustram como esses discursos se estruturam na plataforma. Logo, nota-se que os portais selecionados foram: a BBC News Brasil (@bbcbrasil), o Jornal Correio MS (@JORNALC) e o portal PlocSocial (@plocsocial) dentro da plataforma X. Ademais, torna-se válido ressaltar que, por meio da análise discursiva, foi possível identificar que, parte da ancoragem observada nesses discursos

foram produzidas pelos usuários da plataforma e não pelos portais jornalísticos selecionados.

Figura 01: Publicação no X (antigo Twitter) do usuário @plocsocial



Fonte: X (antigo Twitter)

A publicação foi realizada pelo usuário @plocsocial, a qual constrói seu discurso voltado para os fatores sociais que levaram o jovem a tomar tal atitude. Diferentemente de abordagens centradas na ancoragem, o portal enfatiza questões como abandono familiar, negligência estatal e ausência de acompanhamento em saúde mental, direcionando o olhar do público para problemas sociais mais amplos. Desse modo, termos como “anos de abandono”, “adoção frustrada” e “transtornos mentais sem tratamento” contribuem para a construção de uma narrativa centrada na consequência de falhas institucionais e da falta de políticas públicas efetivas.

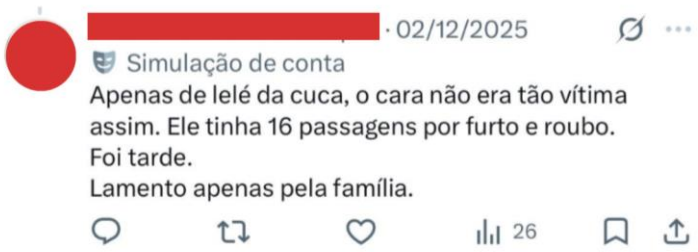
Figura 02: Publicação no X (antigo Twitter) do usuário @jornalcorreioms

Fonte: X (antigo Twitter)

O discurso do Jornal Correio MS foi construído também no viés de falhas institucionais, ao expor problemas relacionados à saúde mental, segurança pública e proteção social. Diferentemente de discursos centrados exclusivamente na patologização do comportamento de Gerson, o portal amplia a interpretação do caso ao associá-lo a uma deficiência estrutural do Estado e das políticas públicas de assistência. No entanto, nota-se que o discurso da Imagem 01 também foi construído sob essa mesma percepção.

Por outro lado, os internautas propagaram uma percepção que anula as discussões sociais acerca da temática. Ao disseminarem apenas o viés de "loucura" os tendem a reduzir as complexidades do caso a uma interpretação simplificada, dessa forma, o debate público passa a se concentrar exclusivamente na patologização do sujeito, impedindo reflexões mais profundas sobre as condições sociais que atravessaram a trajetória de Gerson de Melo. Assim, foram extraídos da plataforma X, dois comentários que adotam essa construção discursiva, sendo eles:

Figura 03: Publicação no X (antigo Twitter) feita por usuário



Fonte: X (antigo Twitter)

Figura 04: Publicação no X (antigo Twitter) feita por usuário

Fonte: X (antigo Twitter)

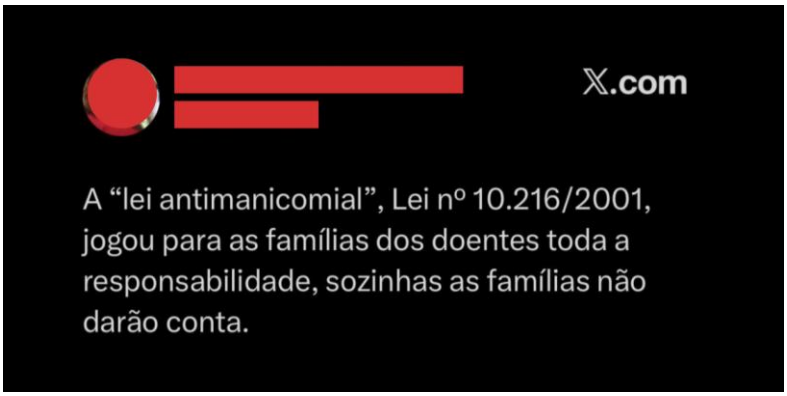
Não obstante, nota-se o padrão narrativo pautado na negligência, sobretudo na exclusão social por parte dos internautas. Nesse sentido, torna-se válido destacar que, essa construção discursiva fragiliza as discussões sociais, reforçando processos de desumanização, nos quais o sujeito deixa de ser compreendido em sua complexidade social e psicológica e passa a ser percebido apenas a partir de estereótipos associados ao desvio, à marginalidade e à "loucura". Portanto, o debate se afasta de reflexões sobre saúde mental, vulnerabilidade social e falhas institucionais, concentrando-se predominantemente em julgamentos morais.

Do desvio à vulnerabilidade: deslocamentos discursivos sobre o Caso Gerson

Enquanto o tópico anterior demonstrou como os discursos que circulam no X enquadraram o comportamento de Gerson de Melo Machado a partir de categorias ligadas ao transtorno mental, reduzindo toda sua a complexidade individual à patologia, uma análise mais profunda revela, em paralelo, um movimento discursivo de natureza distinta: a emergência progressiva de narrativas que tentaram reposicionar o acontecimento não mais como expressão de uma mente perturbada, mas como sintoma de uma falha estrutural. A publicação do usuário abaixo exemplifica esse deslocamento discursivo ao associar o caso às limitações da política antimanicomial e à insuficiência do

suporte familiar diante de quadros graves de sofrimento psíquico. O foco deixa de recair exclusivamente sobre o comportamento de Gerson e passa a operar como crítica à estrutura de cuidado em saúde mental.

Figura 05: Publicação no X (antigo Twitter) feita por usuário



Fonte: X (antigo Twitter)

A distinção é relevante, trata-se menos de uma substituição do que de uma sobreposição tensa de enquadramentos. Moscovici (2003) já indicava que representações sociais não competem num vazio neutro: elas se constroem sobre estratos anteriores de sentido, ancorando novos objetos em categorias já sedimentadas no imaginário coletivo. O que ocorreu no caso de Gerson foi precisamente essa dupla ancoragem em conflito. De um lado, o jovem como sujeito perturbado, incompreensível, perigoso até para si mesmo. De outro, o jovem como símbolo de uma sociedade que falhou sistematicamente em reconhecer sua humanidade. Não são interpretações que se excluem facilmente. Podem coexistir no mesmo perfil, no mesmo fio de comentários, às vezes no mesmo post.

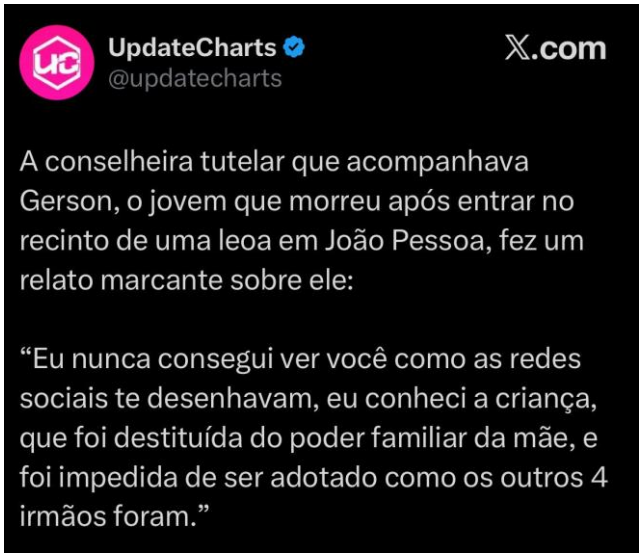
O que diferencia os dois enquadramentos, porém, não é apenas o conteúdo das representações, mas sua direção causal. A patologização localiza o problema no sujeito. A narrativa do abandono o realoca para a família, para o Estado, para o sistema de saúde, para a ausência de políticas públicas efetivas de saúde mental. É uma mudança de perspectiva que tem consequências simbólicas consideráveis, ainda que não altere, por si só, a condição efetiva do sujeito representado.

A construção da vulnerabilidade como categoria moral circulante

Parte significativa das publicações analisadas passou a mobilizar, com intensidade crescente à medida que informações sobre o histórico de Gerson ganhavam circulação, uma parte da sua vulnerabilidade. Comentários apontavam para a ausência de suporte

familiar consistente, para a inexistência de tratamento psiquiátrico contínuo, para as condições socioeconômicas precárias do entorno em que o jovem vivia. Esses elementos não eram, originalmente, parte do acontecimento em si, eram contextos que precisaram ser narrados para ganhar visibilidade pública. E a plataforma os fez circular de forma desigual, fragmentada e sempre sujeita à lógica da repercussão emocional. A circulação do relato da conselheira tutelar representou um ponto de inflexão relevante no debate público sobre o caso. Ao recuperar aspectos da trajetória de vida de Gerson, o discurso desloca parcialmente a interpretação do acontecimento da esfera do desvio individual para a da vulnerabilidade social e institucional.

Figura 06: Publicação no X (antigo Twitter) do usuário @updatecharts

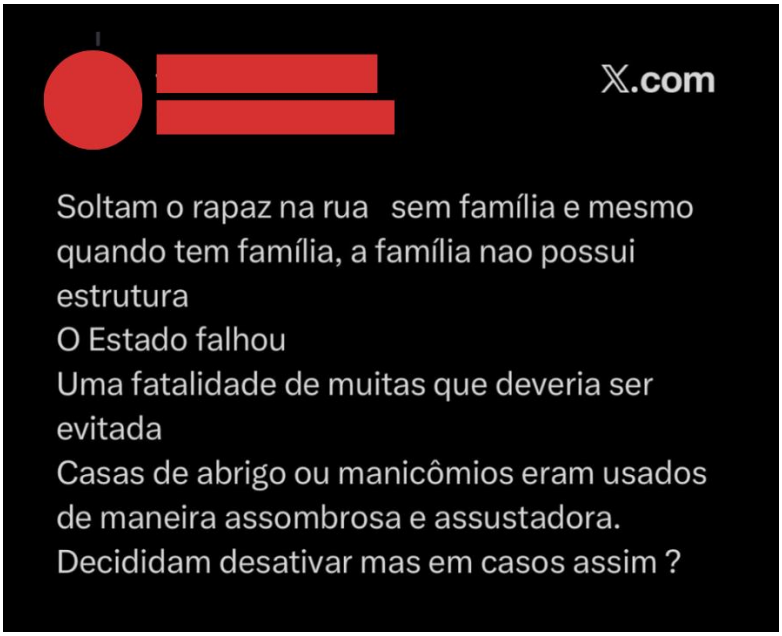


Fonte: X (antigo Twitter)

Jodelet (2005) oferece uma chave interpretativa essencial. Em seu trabalho sobre as representações da loucura em contextos comunitários, ela demonstra como a figura do sujeito com transtorno mental é constantemente atravessada por julgamentos morais que oscilam entre a compaixão e o afastamento, entre a integração simbólica e a exclusão efetiva. A vulnerabilidade, nesse quadro, não é simplesmente um atributo do sujeito: é uma posição que lhe é atribuída e que carrega uma série de julgamentos sobre responsabilidade, culpa e merecimento. Quando os usuários do X passaram a nomear Gerson como abandonado, negligenciado, vítima de um sistema falho, estavam ativando um regime de representação que aparentemente o humanizou, mas que simultaneamente o reposicionou como objeto de compaixão e não como sujeito de direitos.

A distinção não é semântica, mas estruturalmente relevante para compreender como o reconhecimento funciona, ou falha, nas plataformas digitais. Axel Honneth (2007), ao tratar da reificação como processo de esquecimento do reconhecimento originário, oferece subsídios para pensar o que ocorre quando um sujeito é publicamente narrado em termos de sua condição de vítima. O reconhecimento, para Honneth, não pode ser reduzido à visibilidade ou ao interesse: ele exige o engajamento afetivo prévio que torna o outro perceptível como ser dotado de experiência própria. Quando as publicações no X transformaram Gerson em caso exemplar da precariedade da saúde mental no Brasil, parte desse reconhecimento foi subtraída na mesma operação em que era aparentemente concedida. O sujeito tornou-se índice de um problema social mais amplo, o que, ao mesmo tempo em que ampliava o alcance crítico dos discursos, tendia a diluir a singularidade do indivíduo concreto. O comentário publicado por @fabianonexoglob ilustra de maneira particularmente evidente esse processo de abstração simbólica. Embora mencione Gerson, o foco discursivo desloca-se rapidamente para críticas às políticas de saúde mental, à desativação de manicômios e à ausência de estruturas estatais de acolhimento. O sujeito concreto desaparece gradativamente em favor da discussão estrutural que ele passa a simbolizar.

Figura 07: Publicação no X (antigo Twitter) feita por usuário



Fonte: X (antigo Twitter)

Reflexões a partir dos posts analisados

Enquadramento discursivo e o apagamento do sujeito pelo símbolo

Esse movimento tem nome na teoria da comunicação: é o que se pode chamar de enquadramento por abstração simbólica. O caso de Gerson, que possui dimensões específicas e irredutíveis, uma trajetória de vida concreta, relações particulares, um diagnóstico que não resume nem explica a totalidade de quem ele é, passou a funcionar no fluxo discursivo da plataforma como signo de algo maior. Os comentários que evocavam o abandono institucional frequentemente não falavam de Gerson: falavam através de Gerson. O jovem de 19 anos virou pretexto para críticas ao CAPS, ao SUS, às políticas de desinstitucionalização e à omissão do Estado em relação à saúde mental pública.

A objetivação, conceito central em Moscovici (2003), é o processo pelo qual representações sociais transformam algo abstrato em algo concreto, dando-lhe uma forma tangível e comunicável. No caso em tela, o processo funciona em sentido inverso: o concreto (Gerson, sua história, sua singularidade) é transformado no abstrato (a precariedade do sistema, a falência do Estado, o abandono estrutural). O sujeito é objetivado não como pessoa, mas como sintoma. E sintomas, por definição, apontam para outra coisa que não a si mesmos.

Castro (2014), em sua análise sobre violência urbana e representações sociais, observa que sujeitos oriundos de contextos de marginalização social tendem a ser representados publicamente de modo que sua especificidade desaparece em favor de um arquétipo da criminalidade. O indivíduo dissolve-se na categoria. Gerson, nesse sentido, corria o risco de deixar de ser Gerson para tornar-se um ícone discursivo, útil para acionar debates sobre política pública, mas esvaziado de presença subjetiva. A visibilidade pública que o caso ganhou nas redes não é, portanto, necessariamente equivalente ao reconhecimento que Honneth (2007) descreve como constitutivo da dignidade humana.

Estigma, reconhecimento e os limites da visibilidade pública

Os discursos observados no X que trataram de sua vulnerabilidade social frequentemente o descreveram em termos que, embora compassivos na superfície, operavam a partir de um repertório de categorias estigmatizantes: o pobre, o louco, o abandonado, o sem amparo. Cada uma dessas categorias carrega uma série de atributos depreciativos que não desaparecem simplesmente porque o tom do discurso é de pena ou indignação. A ancoragem do sujeito nessas categorias perpetua, mesmo involuntariamente, a estrutura simbólica que o posiciona como ser diminuído, alguém sobre quem se fala, a respeito de quem se mobiliza, mas que raramente emerge como interlocutor legítimo do próprio debate que lhe diz respeito.

Jodelet (2001) argumentou que as representações sociais da loucura funcionam como sistemas de mediação entre o familiar e o estranho, e que, no processo de tornar o comportamento desviante inteligível para o senso comum, essas representações invariavelmente implicam alguma forma de distância simbólica em relação ao sujeito representado. A questão não é se os usuários do X que falaram sobre o abandono de Gerson tinham boas intenções. A questão é o que suas representações fazem, que posição reservam para o sujeito no campo simbólico, que inteligibilidade constroem para sua existência, que horizonte de reconhecimento tornam possível.

O caso analisado evidencia, portanto, as ambiguidades que atravessam o espaço público digital contemporâneo. Se, por um lado, as redes sociais ampliam a circulação de debates socialmente relevantes e favorecem a visibilidade de questões historicamente negligenciadas, por outro, também operam segundo lógicas que incentivam a rapidez dos julgamentos, a simplificação dos acontecimentos e a reprodução de estigmas. Entre a exposição pública e o reconhecimento efetivo do outro, permanece uma tensão que desafia pesquisadores da comunicação e das ciências sociais a refletirem criticamente sobre os modos pelos quais produzimos sentidos acerca daqueles que ocupam o centro das controvérsias midiáticas.

O caso de Gerson de Melo Machado, visto por essa perspectiva, não é apenas um episódio de repercussão midiática sobre saúde mental e violência. É um caso-limite que revela as contradições estruturais do espaço público digital: sua capacidade de ampliar debates importantes, de mobilizar discursos críticos e de produzir, ainda que provisoriamente, algum reconhecimento público de condições historicamente invisíveis, mas também sua tendência a reproduzir, por outros meios, as mesmas simplificações,

as mesmas reduções simbólicas, os mesmos mecanismos de desumanização que pretende combater. Entre a indignação mobilizada e o reconhecimento efetivo, há um percurso que os discursos analisados, em sua maioria, não completaram.

Referências

CASTRO, Gardene Leão de. *Representações sociais de jovens de Goiânia: a negociação de sentidos em relação aos discursos midiáticos a respeito de si*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

HONNETH, Axel. *Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

JODELET, Denise. *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2005.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

Capítulo 4: Representações sociais na mídia: a construção da narrativa da CNN Brasil diante da relativização do estupro de vulnerável no caso do TJMG

Ana Tereza Moda[29]
Lucas Silva de Oliveira[30]
Manoella Marques dos Santos[31]
Nayra Lorrany Sousa Novais[32]
Yago Carvalho Silva Pureza[33]

Resumo: no presente trabalho, a intenção é analisar as representações sociais da mídia acerca do caso de estupro de vulnerável ocorrido em Minas Gerais e sua relativização, a partir das matérias online da CNN Brasil ocorridas em 2026, visto que o veículo demonstrou uma grande produção de conteúdo ao redor deste caso específico. Desse modo, por meio de discussões sobre representações sociais, mídia, legitimidade e poder discursivo, a pesquisa busca compreender como a narrativa jornalística contribuiu para a construção da percepção pública sobre o caso, os envolvidos e os desdobramentos judiciais. Metodologicamente, baseado em autores como Guareschi (2000), Jodelet (2001), Bourdieu (1989;2002) e Moscovici (2012), a pesquisa organizou cronologicamente as matérias para reconstituir o desenvolvimento da narrativa midiática, analisou a linguagem utilizada nas notícias, seus impactos na interpretação do público e observou as repercussões jurídicas e sociais decorrentes da reavaliação do julgamento. O estudo evidencia a importância de uma análise crítica dos veículos midiáticos, especialmente em casos envolvendo grupos vulneráveis.

Introdução

No ano de 2026, o cenário jurídico e social brasileiro foi profundamente impactado pela discussão pública acerca da violência sexual infantojuvenil e dos limites da interpretação magistrada. A absolvição inicial de um homem de 35 anos, acusado de

[29] Graduando em Relações Públicas pela UFG. anaterezamoda8@gmail.com
[30] Graduando em Relações Públicas pela UFG. unosttudio@gmail.com
[31] Graduanda em Relações Públicas pela UFG. unosttudio@gmail.com
[32] Graduanda em Relações Públicas pela UFG. novaisnayra@gmail.com.
[33] Graduando em Relações Públicas pela UFG. yagopureza03@gmail.com.

estupro de vulnerável contra uma menina de 12 anos, por um desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) sob a justificativa técnica do conceito de *distinguishing* e de uma suposta conduta benevolente do abusador, desencadeou uma crise institucional de ampla repercussão. Essa decisão gerou uma onda de indignação que extrapolou os autos processuais, convertendo-se em protestos populares diante do tribunal, manifestações de repúdio por parte de espectros políticos de esquerda e direita e severas críticas de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). O desdobramento subsequente, marcado pelo recuo e admissão de erro pelo magistrado, investigações abertas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) diante de múltiplas denúncias de abuso contra o próprio desembargador e a posterior manutenção da condenação dos réus, expôs a forte tensão entre o discurso técnico-jurídico e as demandas sociais por justiça.

Nesse contexto de intensa comoção, os meios de comunicação de massa não atuaram como meros canais de transmissão de informações, mas como agentes ativos na reconfiguração simbólica do fato. A cobertura jornalística da CNN Brasil ao longo de 2026 demonstrou uma produção massiva de conteúdos digitais que pautaram o debate público, transitando entre a explicação didática de brechas do Código Penal e a espetacularização dos escândalos pessoais que culminaram no afastamento do juiz responsável. Ao hierarquizar vozes, selecionar enquadramentos e fazer uso de termos de forte apelo moral, o veículo participou diretamente da construção da percepção coletiva sobre a infância, a vulnerabilidade e a própria legitimidade do Poder Judiciário. Dessa forma, o problema central desta pesquisa consiste em compreender: como a construção narrativa da CNN Brasil, diante da relativização do estupro de vulnerável no caso do TJMG, estruturou as representações sociais sobre a violência de gênero e a infância na mídia?

Para responder a esse problema, o presente estudo apoia-se em um arcabouço teórico interdisciplinar que articula a psicologia social, a sociologia e a análise institucional do discurso. A dinâmica comunicativa é analisada sob a ótica da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (2012) e Denise Jodelet (2001), ferramentas essenciais para desvelar os processos de *ancoragem* e *objetivação* que transformam termos jurídicos complexos em juízos morais familiares ao público. Complementarmente, a compreensão da mídia como espaço de poder e legitimação de

verdades remete às contribuições de Michel Foucault (1996, 1987), sobre a ordem do discurso e os mecanismos de vigia e punição, bem como aos conceitos de violência simbólica e dominação masculina de Pierre Bourdieu (1989, 2002), determinantes para explicar como as estruturas textuais podem naturalizar assimetrias de gênero e vulnerabilidades sociais. Por fim, o papel ativo da imprensa na fabricação da realidade e na circulação de sentidos ideológicos é discutido com base em Guareschi (2000) e Castro (2017).

Representação social e mídia

A Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Serge Moscovici (2012), busca compreender como os indivíduos constroem sentidos compartilhados acerca da realidade social por meio das interações sociais e dos processos comunicacionais. Segundo Moscovici (2012), as representações sociais consistem em formas de conhecimento socialmente elaboradas e compartilhadas coletivamente, responsáveis por orientar práticas, interpretações e percepções sobre o mundo social.

Para o autor, as representações sociais possuem a função de transformar aquilo que inicialmente se apresenta como estranho, desconhecido ou não familiar em algo compreensível e familiar aos grupos sociais. Nesse sentido, as representações permitem que fenômenos complexos sejam incorporados ao cotidiano social por meio da construção de conhecimentos compartilhados, capazes de organizar a realidade comum e orientar a interpretação dos sujeitos acerca dos acontecimentos sociais.

De acordo com Moscovici (2012), esse processo ocorre principalmente por meio de dois mecanismos fundamentais: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem corresponde ao processo de classificação e nomeação do novo a partir de categorias já conhecidas socialmente, permitindo que determinado fenômeno seja interpretado com base em referências familiares ao grupo social. Já a objetivação consiste na materialização do pensamento em imagens, discursos e elementos concretos, tornando palpável aquilo que anteriormente era abstrato ou distante da experiência cotidiana.

Sob essa perspectiva, as representações sociais não se limitam à dimensão individual, mas constituem construções coletivas produzidas socialmente e disseminadas por meio dos processos comunicacionais. Conforme destaca Denise

Jodelet (2001), as representações sociais configuram um domínio em constante expansão, diretamente relacionado às práticas sociais, culturais e simbólicas presentes na sociedade. Para a autora, os discursos compartilhados socialmente influenciam a maneira como sujeitos, grupos e acontecimentos são percebidos coletivamente, organizando formas de interpretação da realidade cotidiana.

Jodelet (2001) afirma ainda que as representações sociais são construídas nas relações estabelecidas entre comunicação, experiência social e contexto histórico. Nesse sentido, os meios de comunicação ocupam posição estratégica na produção e circulação dessas representações, uma vez que participam ativamente da construção simbólica de sentidos sociais relacionados a temas de grande repercussão pública.

A atuação da mídia torna-se particularmente relevante em casos envolvendo violência sexual, infância e vulnerabilidade social, tendo em vista que os enquadramentos jornalísticos contribuem para consolidar determinadas interpretações sobre vítimas, acusados e instituições. Conforme discutido por Castro (2017), a mídia exerce papel privilegiado na produção e disseminação de representações sociais, uma vez que os discursos e imagens veiculados tendem a ser reconhecidos socialmente como "verdades", possuindo elevado poder de convencimento da opinião pública. Além disso, a autora destaca que os meios de comunicação selecionam conteúdos, abordagens e enquadramentos capazes de reforçar estereótipos e produzir interpretações sociais específicas sobre determinados grupos e acontecimentos. Dessa forma, os discursos midiáticos informam sobre os fatos e participam da construção de sentidos compartilhados socialmente.

No caso da cobertura realizada pela CNN Brasil acerca do episódio envolvendo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), observa-se a construção de narrativas relacionadas à relativização do estupro de vulnerável, à legitimidade das decisões judiciais e à repercussão social do caso. Ao longo das matérias selecionadas, expressões como "absolvição", "reviravolta", "erro", "relativização" e "distinguishing" demonstram tentativas de explicar juridicamente uma decisão que produziu forte impacto social e intensa repercussão midiática.

A discussão também pode ser ampliada a partir das contribuições de Bourdieu (1989), especialmente no que se refere ao conceito de violência simbólica. Para o autor, determinadas estruturas sociais reproduzem relações de dominação por meio de

mecanismos simbólicos capazes de naturalizar desigualdades e legitimar posições de poder. Sob essa perspectiva, discursos institucionais e midiáticos podem contribuir para reforçar representações sociais que relativizam violências sofridas por sujeitos socialmente vulnerabilizados.

De acordo com Bourdieu (1989), a violência simbólica ocorre quando determinadas estruturas de poder são percebidas como legítimas ou naturais pelos próprios indivíduos inseridos nelas. Esse processo acontece de forma sutil, sendo reproduzido através da linguagem, das instituições, das práticas sociais e dos discursos culturalmente legitimados. No contexto midiático, a violência simbólica pode ser identificada na forma como determinados grupos sociais são representados socialmente. A seleção de narrativas, a escolha de enquadramentos e a hierarquização de vozes contribuem para reforçar relações históricas de poder e exclusão social. Dessa forma, a mídia pode atuar tanto na reprodução quanto na contestação de desigualdades estruturais.

Ao discutir as relações de gênero, Bourdieu (2002) afirma que a dominação masculina encontra sustentação em sistemas simbólicos historicamente construídos, responsáveis por legitimar desigualdades entre homens e mulheres. No caso analisado, a repercussão da absolvição do acusado e os debates gerados em torno da decisão judicial evidenciam como diferentes discursos sociais disputam a construção de sentidos sobre vulnerabilidade, consentimento e violência sexual. A cobertura midiática torna-se, portanto, um espaço importante para compreender como a sociedade negocia simbolicamente temas relacionados aos direitos das mulheres e das crianças.

Poder e discurso na mídia

Os meios de comunicação têm um papel muito importante na forma como a sociedade entende acontecimentos de grande repercussão social. Mais do que apenas informar, a mídia ajuda a construir sentidos sobre diferentes temas, influenciando opiniões, percepções e interpretações coletivas. Dessa forma, os discursos produzidos pelos veículos de comunicação interferem diretamente na maneira como determinados casos passam a ser compreendidos socialmente. Segundo Moscovici (2012), as

representações sociais são formas de conhecimento construídas coletivamente e que orientam comportamentos, práticas e percepções sobre a realidade social.

Para Moscovici (2012), essas representações são produzidas através das relações sociais e dos processos de comunicação presentes na sociedade. Nesse sentido, os meios de comunicação ocupam uma posição importante na circulação dessas representações, já que ajudam a transformar acontecimentos complexos em interpretações mais acessíveis ao público. Assim, a mídia não apenas transmite informações, mas também organiza simbolicamente os fatos, influenciando a forma como eles são entendidos socialmente.

Ainda de acordo com Moscovici (2012), às representações sociais têm a função de tornar familiar aquilo que inicialmente parece estranho ou desconhecido. Esse processo acontece principalmente por meio da ancoragem e da objetivação. A ancoragem corresponde à classificação de novos acontecimentos a partir de referências já conhecidas socialmente, permitindo que situações complexas sejam interpretadas através de categorias familiares ao cotidiano social. Já a objetivação consiste na transformação de ideias abstratas em imagens, discursos e elementos concretos, facilitando a compreensão coletiva sobre determinado fenômeno social.

No contexto midiático, esses mecanismos podem ser observados na maneira como os veículos de comunicação escolhem palavras, organizam narrativas e apresentam os acontecimentos ao público. Segundo Moscovici (2012), a comunicação exerce papel fundamental na formação das representações sociais, pois é através da circulação dos discursos que determinados sentidos passam a ser compartilhados coletivamente. Dessa maneira, as escolhas discursivas feitas pelos meios de comunicação influenciam diretamente a construção das interpretações sociais sobre diferentes casos.

Em situações que envolvem violência sexual, infância e vulnerabilidade social, a atuação da mídia torna-se ainda mais significativa, considerando que os discursos midiáticos podem tanto ampliar debates sociais quanto reforçar interpretações já naturalizadas na sociedade. Para Moscovici (2012), as representações sociais estão diretamente relacionadas aos contextos históricos e culturais em que são produzidas, refletindo valores, crenças e percepções compartilhadas pelos grupos sociais.

Discurso, verdade e legitimação midiática

Segundo Guareschi (2000), os meios de comunicação atuam como construtores da informação e da realidade social, uma vez que produzem sentidos capazes de influenciar percepções, opiniões e posicionamentos coletivos. Para o autor, os discursos midiáticos não são neutros, pois estão atravessados por interesses ideológicos, relações de poder e estratégias simbólicas que interferem diretamente na construção das representações sociais. Na obra discute como os meios de comunicação utilizam estratégias discursivas para reforçar determinadas visões de mundo e legitimar interpretações específicas sobre acontecimentos sociais. A seleção das informações divulgadas, a escolha das fontes jornalísticas e os enquadramentos narrativos utilizados nas matérias influenciam diretamente a forma como o público interpreta os fatos apresentados pela mídia.

Além disso, o autor argumenta que os meios de comunicação exercem importante função na legitimação de discursos socialmente reconhecidos, atribuindo maior visibilidade e credibilidade a determinadas narrativas em detrimento de outras. Nesse processo, a mídia atua como espaço de disputa simbólica, contribuindo para consolidar determinadas representações sociais sobre sujeitos, instituições e acontecimentos.

Conforme discute Guareschi (2000), a repetição de determinados enquadramentos midiáticos contribui para processos de naturalização simbólica, fazendo com que algumas interpretações passem a ser percebidas socialmente como legítimas ou verdadeiras. Dessa forma, os meios de comunicação não apenas informam os acontecimentos, mas também organizam sentidos sociais e influenciam diretamente a construção das representações coletivas sobre temas socialmente relevantes.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a mídia exerce papel fundamental na produção simbólica da realidade social, participando ativamente da circulação de discursos, da legitimação de narrativas e da construção das representações sociais.

Análise e discussão

A construção da vulnerabilidade e da indignação social

Para compreender a gestação das representações sociais em torno da relativização do estupro de vulnerável, faz-se imperativo analisar como a narrativa jornalística da CNN Brasil opera a transição do fato puramente jurídico para um acontecimento de comoção moral coletiva. Conforme postula Moscovici (2012), uma das funções primordiais das representações sociais é tornar familiar aquilo que se apresenta como estranho ou ameaçador para o grupo social. No caso em tela, a absolvição inicial de um réu com base na relativização da vulnerabilidade etária surge como o elemento disruptivo que a mídia busca ancorar em categorias morais acessíveis ao público. Nesse sentido, a cobertura jornalística passa a atuar de forma imediata na visibilização da resposta institucional corretiva do Estado, enquadrando a intervenção do órgão regulador como o ponto de partida para a reconfiguração simbólica do veredito:

> O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) determinou a abertura de um Pedido de Providências para apurar a decisão do TJMG (Tribunal de Justiça de Minas Gerais) que absolveu um homem de 35 anos acusado de estupro de vulnerável. No entendimento do tribunal, o réu mantinha um "casamento" com uma menina de 12 anos. CNN Brasil, 22 de fevereiro de 2026.

À luz dos ensinamentos de Denise Jodelet (2001) sobre a produção social dos sentidos, as representações emergem do tensionamento entre a experiência vivida e os discursos institucionais em circulação. Ao expor a ação direta do conselho e evidenciar o termo "casamento", colocado entre aspas pela reportagem para demarcar um claro distanciamento crítico em relação ao entendimento da magistratura mineira, a narrativa da CNN Brasil opera uma dupla função: chancela a percepção pública de que a absolvição foi um desvio grave e inicia o processo de canalização da indignação para as esferas oficiais de controle.

Essa validação institucional confere sustentação para que o veículo dê relevância à efervescência popular, retratando as reações coletivas como o desdobramento legítimo do sentimento social ultrajado. A cobertura do veículo jornalístico atua registrando os protestos e conferindo visibilidade aos elementos simbólicos mobilizados pela sociedade civil organizada para contestar as bases da decisão:

> Imagens do ato na frente do TJMG mostram mulheres com cartazes e ursos de pelúcias no local. Um dos comunicados tem a mensagem: "criança não é esposa". CNN Brasil, 22 de fevereiro de 2026.

Segundo Moscovici (2012), o uso de ursos de pelúcia relatado pela matéria funciona como um poderoso recurso de objetivação, materializando e tornando concreta a própria ideia de infância, pureza e fragilidade da menina de 12 anos. A mensagem "criança não é esposa" atua desconstruindo diretamente a tese jurídica aceita em primeira instância, cuja fundamentação é explicitada pela própria matéria para escancarar o conflito de sentidos no espaço público:

> Conforme informações publicadas pelo portal de consulta jurídica Conjur, a decisão foi justificada pelo entendimento da Justiça de que existiria um “vínculo afetivo” entre o homem e a menina. CNN Brasil, 22 de fevereiro de 2026.

Ao contrapor o jargão jurídico de um suposto "vínculo afetivo" com o apelo emocional e simbólico dos ursos de pelúcia, a narrativa jornalística evidencia a assimetria geracional do caso e catalisa a produção social da indignação.

A dinâmica discursiva demonstra, portanto, que a CNN Brasil coordenou a exposição das esferas de poder (CNJ) e das vozes da sociedade civil para isolar simbolicamente o veredito do TJMG. A vulnerabilidade deixa de ser uma categoria meramente técnica do tipo penal e converte-se no núcleo de uma representação social que restabelece o consenso moral de que a infância deve permanecer rigidamente protegida de qualquer tentativa de relativização jurídica.

O discurso jurídico e a disputa pela legitimação da verdade

Nas reportagens analisadas, observa-se que a CNN Brasil atua como mediadora entre o discurso jurídico e o debate público, especialmente ao explicar os fundamentos utilizados para justificar a absolvição do acusado. Essa mediação aparece de forma mais evidente na matéria intitulada “Distinguishing: entenda conceito que absolveu homem por estupro em MG”, publicada em 24 de fevereiro de 2026, na qual o veículo apresenta ao leitor um termo técnico do campo jurídico e o relaciona diretamente ao caso de estupro de vulnerável julgado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Abaixo o trecho introdutório da matéria em questão:

> O uso de uma técnica jurídica chamada distinguishing (distinção) fundamentou a decisão da 9ª Câmara Criminal Especializada do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para absolver um homem de 35 anos acusado de estupro de vulnerável contra uma menina de 12 anos. CNN Brasil, 24 de fevereiro de 2026.

O termo *distinguishing*, isoladamente, pertence ao vocabulário especializado do Direito e tende a ser pouco compreensível para o público geral. No entanto, ao associá-lo imediatamente a um caso de forte impacto social, envolvendo uma menina de 12 anos, a reportagem desloca o conceito do campo técnico para o campo da discussão pública.

Esse processo pode ser compreendido a partir da noção de ancoragem proposta por Moscovici (2012). Para o autor, a ancoragem ocorre quando um elemento novo, estranho ou pouco familiar passa a ser interpretado a partir de categorias já conhecidas socialmente. No caso analisado, a CNN traduz um conceito jurídico complexo para uma linguagem mais acessível, permitindo que o público compreenda a técnica. A reportagem aprofunda essa tradução ao explicar o funcionamento da técnica jurídica:

> O conceito, previsto no CPC (Código de Processo Civil), permite que um magistrado deixe de aplicar um precedente ou súmula se demonstrar que o caso em julgamento possui particularidades que o distinguem do entendimento padrão. CNN Brasil, 24 de fevereiro de 2026.

A disputa entre legitimidade jurídica e legitimidade social aparece de forma ainda mais intensa na matéria "Caso TJMG: desembargador destacou 'tratamento' dado por abusador à vítima". Nessa reportagem, publicada no dia 23 de fevereiro de 2026, a CNN apresenta trechos do voto do desembargador que revelam os argumentos utilizados para sustentar a absolvição.

Ao destacar que a vítima teria feito elogios ao acusado, o magistrado tenta atribuir relevância jurídica a elementos afetivos e relacionais. No entanto, quando essa justificativa é colocada em circulação pela mídia, ela passa a ser confrontada por outros regimes de verdade, especialmente aqueles vinculados à proteção da infância e à dignidade sexual de crianças e adolescentes. A própria fala do magistrado, reproduzida pela reportagem, reforça essa tentativa de legitimação:

> 'Chamou a atenção também os elogios tecidos pela vítima ao apelante, enfatizando a forma como lhe tratava e valorizava, o quanto ele era bom para ela e sua família', afirmou. CNN Brasil, 23 de fevereiro de 2026.

Nesse trecho, observa-se uma construção discursiva que desloca o foco da condição legal de vulnerabilidade da vítima para a suposta qualidade da relação entre

vítima e acusado. A ênfase em expressões como “tratava”, “valorizava” e “era bom para ela e sua família” produz um enquadramento afetivo da relação, sugerindo que elementos emocionais poderiam relativizar a gravidade jurídica do caso. A disputa discursiva torna-se ainda mais evidente quando o voto caracteriza a relação como consensual:

> Para sustentar a absolvição, o desembargador defendeu que a relação com a menor de 12 anos ‘não decorreu de ato de violência, coação, fraude ou constrangimento, mas sim de um vínculo afetivo consensual, com prévia aquiescência dos genitores da vítima e vivenciado aos olhos de todos’. CNN Brasil, 23 de fevereiro de 2026.

Esse é um dos trechos centrais para a análise, pois revela a tentativa de construção de uma verdade jurídica que se opõe frontalmente às representações sociais e legais sobre a vulnerabilidade infantil. Ao utilizar a expressão “vínculo afetivo consensual”, o discurso jurídico mobiliza uma categoria associada às relações adultas e voluntárias, deslocando-a para uma situação envolvendo uma criança de 12 anos. Essa formulação desloca parcialmente a discussão da proteção da criança para a autorização familiar, como se a aceitação dos responsáveis pudesse interferir na gravidade do ato. Do ponto de vista discursivo, há uma tentativa de reconstruir o cenário da violência como uma “realidade familiar” reconhecida socialmente e não como uma violação de direitos. Outro trecho da decisão, destacado pela CNN, reforça essa lógica:

> O magistrado ainda mencionou, na decisão, a ‘ingerência estatal desproporcional em uma realidade familiar consolidada, com potenciais efeitos deletérios à própria vítima e ao contexto socioafetivo no qual estava inserida’. CNN Brasil, 23 de fevereiro de 2026.

A expressão “ingerência estatal desproporcional” desloca a atuação do Estado do campo da proteção para o campo da intervenção excessiva. Com isso, o discurso jurídico reorganiza os papéis da narrativa, o Estado, que em princípio deveria aparecer como agente de proteção da vítima, passa a ser representado como possível causador de danos, a relação entre vítima e acusado. Assim, a CNN constrói uma narrativa em que a decisão é questionada tanto juridicamente quanto socialmente. Isso reforça a ideia de que a verdade institucional produzida pelo desembargador não se estabilizou como verdade pública, sendo disputada por especialistas, pela mídia e pela sociedade.

A deslegitimação da decisão e a reconstrução da narrativa institucional

A partir do reconhecimento do erro pelo próprio desembargador sobre o caso, o enquadramento jornalístico da CNN Brasil muda e passa da explicação jurídica para a responsabilização institucional. Nesse sentido, é perceptível o extenso espaço de fala que o desembargador Magid Nauef Láuar possui, na noticia feita pelo portal da CNN e intitulada de "Desembargador admite erro ao rever caso de estupro de menina de 12 anos". Isso se comprova no momento em que ele é permitido ter diversas citações como esta: "Se temos um desejo sincero de descobrir como é o mundo, devemos estar preparados para corrigir erros; se vamos corrigi-los, devemos estar preparados para cometê-los" (CNN BRASIL, 25 de fevereiro, 2026). A notícia ainda destaca a origem da citação ser do filósofo David Miller, assim o dando uma maior credibilidade intelectual.

Como podemos ver anteriormente no presente trabalho, baseado nos estudos de Guareschi (2000), discursos midiáticos não são neutros, e atribuir maior visibilidade e credibilidade a um sujeito, é uma forma de legitimação de discurso. Além disso, a forma como o desembargador recebe destaque é uma forma de hierarquização de voz, já elaborado por Bourdieu (1989), que reforça as relações de poder historicamente postas.

Ademais, não é visto tamanho destaque para a deputada Laura Carneiro do PSD-RJ, na notícia "Senado aprova projeto que acaba com a relativização de estupro de vunerável". Na notícia, é dito que a Laura foi autora da proposta, mas é notório o não destaque no título, como em relação ao desembargador, além de não possuir citações diretas da mesma. Isto pode ser interpretado como formas de dominação masculina, responsável por legitimar a desigualdade entre homens e mulheres. (BOURDIEU, 2002)

Em outro momento, a notícia da CNN Brasil "Justiça mantém condenação de réus por estupro de menina de 12 anos em MG", é direta e objetiva, em expor o crime e os motivos de cada punição para os criminosos:

> A mãe da vítima foi condenada por crime omissivo impróprio, ela tinha o dever legal de proteger a filha e impedir os abusos. E o homem foi condenado por estupro de vulnerável, uma vez que a a diferença de 23 anos entre o acusado e a vítima impossibilita o consentimento válido. (CNN BRASIL, NASPOLINI, 25 de fevereiro de 2026).

Dessa forma, a narrativa da CNN Brasil no dia 11 de março de 2026, especificamente nesta matéria, já não abre mais brechas para interpretações relativizadoras do caso, assim se adequando a deslegitimação da decisão do desembargador. O jornal, nesta notícia em específico, mantém uma linguagem com tom afirmativo e institucional, apresentando as respectivas responsabilizações. Se inicialmente, havia espaço para a explicação jurídica, agora o foco é no erro judicial e na defesa dos direitos da vítima.

Conclusão

A análise das matérias da CNN Brasil sobre o caso de relativização do estupro de vulnerável no Tribunal de Justiça de Minas Gerais mostrou que a mídia tem um papel importante na forma como a sociedade entende acontecimentos de grande repercussão. Mais do que informar, os meios de comunicação ajudam a construir opiniões, influenciam debates e contribuem para a formação de percepções sobre temas sociais relevantes.

Com base nos estudos de Moscovici (2012) e Jodelet (2001), foi possível perceber que a CNN Brasil transformou conceitos jurídicos complexos em informações mais acessíveis ao público. Dessa forma, a cobertura ajudou a construir uma compreensão coletiva sobre o caso, reforçando a ideia de que crianças devem ser protegidas e que situações de violência sexual não podem ser relativizadas.

As contribuições de Bourdieu (1989; 2002) também permitiram identificar que os discursos presentes nas reportagens revelam disputas de poder e diferentes tentativas de legitimar determinadas interpretações dos fatos. Enquanto a decisão judicial buscava justificar a absolvição do acusado, a reação da sociedade, das instituições e da própria cobertura jornalística contribuiu para questionar essa narrativa e reforçar a proteção dos direitos da vítima.

Além disso, a pesquisa mostrou que as escolhas feitas pela mídia, como a seleção de informações, fontes e falas, influenciam diretamente a forma como os acontecimentos são interpretados pelo público. Ao longo das matérias analisadas, observou-se uma mudança de foco, inicialmente, a CNN Brasil procurou explicar os

argumentos jurídicos da decisão; posteriormente, passou a destacar o reconhecimento do erro, a responsabilização dos envolvidos e a defesa dos direitos da criança.

Portanto, conclui-se que a CNN Brasil teve participação importante na construção das representações sociais sobre o caso analisado. A cobertura contribuiu para fortalecer debates sobre violência sexual contra crianças, proteção da infância e atuação da Justiça. Dessa forma, o estudo reforça a importância de analisar criticamente os discursos da mídia, pois eles influenciam a maneira como a sociedade compreende e debate temas sensíveis e de grande impacto social.

Referências:

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CASTRO, Gardene Leão de. *Representações sociais de jovens de Goiânia: a negociação de sentidos em relação aos discursos midiáticos a respeito de si*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

CNN BRASIL. **Caso TJMG: desembargador destacou "tratamento" dado por abusador à vítima**. São Paulo, 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/taina-falcao/nacional/sudeste/mg/caso-tjmg-desembargador-destacou-tratamento-dado-por-abusador-a-vitima/. Acesso em: 15 maio 2026.

CNN BRASIL. **Desembargador admite erro ao rever caso de estupro de menina de 12 anos**. São Paulo, 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/mg/desembargador-admite-erro-ao-rever-caso-de-estupro-de-menina-de-12-anos/. Acesso em: 15 maio 2026.

CNN BRASIL. **"Distinguishing": entenda conceito que absolveu homem por estupro em MG**. São Paulo, 2026. Disponível em:

https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/mg/distinguishing-entenda-conceito-que-absolveu-homem-por-estupro-em-mg/. Acesso em: 15 maio 2026.

CNN BRASIL. **Justiça mantém condenação de réus por estupro de menina de 12 anos em MG**. São Paulo, 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/mg/justica-mantem-condenacao-de-reus-por-estupro-de-menina-de-12-anos-em-mg/. Acesso em: 16 maio 2026.

CNN BRASIL. **Senado aprova projeto que acaba com a relativização de estupro de vulnerável**. São Paulo, 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/senado-aprova-projeto-que-acaba-com-relativizacao-de-estupro-de-vulneravel/. Acesso em: 15 maio 2026.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis: Vozes, 2000.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). *Representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Capítulo 5[34]: Representações sociais sobre a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023 no X (antigo Twitter)

Gardene Leão de Castro[35]

Cláudia Valente Cavalcante[36]

Resumo: o objetivo deste estudo de pós-doutorado foi analisar como foram construídas as representações sociais sobre a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023 no X (Twitter) nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023. Para tanto, foi utilizada a Teoria das Representações Sociais, se baseando em estudos de autores como Moscovici (2012), Jodelet (2001), Porto (2010) e Guareschi (2009). Ao realizar as análises, foi possível identificar que existem três grupos de representações sociais nos meses citados. De um lado, pessoas da esquerda viram a data como uma tentativa de golpe, aliada à negligência policial. Postaram imagens da violência, pedindo a responsabilização dos envolvidos. O segundo grupo, formados por defensores do ex-presidente Jair Bolsonaro, fez uma inversão de narrativas, com uma tentativa de responsabilizar a esquerda pelos atos de depredação, utilizando o termo "infiltrados do PT". Um terceiro grupo criticou a abordagem policial contra os manifestantes, classificando-a como conivente ao ato, lembrando da brutalidade policial em outros protestos, sobretudo contra estudantes e professores. Conclui-se que, para sair das

[34] Este capítulo foi anteriormente publicado como artigo como o título "Representações sociais sobre 8 de janeiro de 2023 no X (Twitter) ", pela Revista Contribuiciones a Las Ciencias Sociales (v.17, n.10, 2024, doi: https://doi.org/10.55905/revconv.17n.10-070) e no livro Representações sociais sobre o 8 de janeiro de 2023 no X (Twitter). 1. ed. Santo Ãngelo: Ilustração, 2025. 95p.

[35] Professora da Disciplina de Representações Sociais de Grupos Minoritários na Mídia e do Curso de Relações Públicas da UFG . Pós-doutora em Educação. Doutora em Sociologia - UFG. Mestre em Educação. Pós-Graduada em Juventude. Pós-Graduada em Assessoria de Comunicação. Relações Públicas. gardeneleao@gmail.com.

[36] Professora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, vinculada ao Grupo de Pesquisa Juventude e Educação como vice-líder e pesquisadora do grupo. Doutora e Mestre em Educação, licenciada em Pedagogia e Letras pela PUC Goiás e Bacharel em Comunicação Social pela UFG. Atua na linha de pesquisa em Educação, Sociedade e Cultura com os seguintes temas: Juventude, Políticas de Ações Afirmativas, Migração, Sociologia de Pierre Bourdieu. Foi supervisora do PIBID (2018-2019) e orientadora docente da Residência Pedagógica (2020-2021). Membro do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em Educação (FORPRED desde 2016), Associada à ANPED no GT 14, ex-coordenadora do GT 14 Sociologia e Filosofia da Educação da ANPED (2018-2021) Centro Oeste e ex-coordenadora do Doutorado Interinstitucional Dinter PUC Goiás/ Fasem (2019-2021). Atualmente vice-coordenadora do FORPRE Centro-Oeste (gestão 2025-2026) clavalente@pucgoias.edu.br.

bolhas de informação e confrontar as Fake News, é preciso investir em uma formação de leitura crítica da mídia nas escolas e com investimento de políticas públicas.

Contextualização

Uma semana após a posse do presidente Lula, no dia 8 de janeiro de 2023, um grupo de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiu e depredou as sedes dos três poderes, em Brasília. Milhares de manifestantes destruíram as áreas internas do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Depois do ocorrido, uma intervenção federal foi instaurada. Centenas foram presos e outros investigados. Em fevereiro de 2023, o STF já havia aceitado a denúncia contra mais de 1200 acusados, o que os levou a condição de réus.

Camazano (2023) relata como ocorreram os ataques, afirmando que, por volta das 15h daquele domingo, manifestantes golpistas entraram na Esplanada dos Ministérios, invadiram o Palácio do Planalto, o Congresso e o STF e espalharam atos de vandalismo em Brasília. A expressão “festa da Selma” foi usada nas redes sociais. Em um levantamento feito pela Palver, que monitora 17 mil grupos públicos no WhatsApp. Ela começou a ser usada em 27 de dezembro e teve seu pico em 2 de janeiro.

A autora afirma que os edifícios dos três Poderes em Brasília ainda estavam tomados pelos manifestantes golpistas quando sugiram perfis em redes sociais com ações colaborativas para identificar quem participava das invasões. Canais de denúncia foram criados. No final de janeiro, o Ministério da Justiça e Segurança Pública já havia recebido mais de 100 mil denúncias.

Rezende (2024) relata que o Supremo Tribunal Federal condenou, até março de 2024, 116 pessoas pelos ataques no dia 8 de janeiro de 2023, com penas que vão de 3 a 17 anos. A Procuradoria Geral da República apresentou ao menos 1.400 denúncias contra os acusados dos ataques golpistas, mas parte deles pode ser beneficiada por acordos de persecução penal, que evitariam julgamentos pelo STF.

Diante deste cenário, a proposta deste estudo é analisar como foram construídas as representações sociais sobre a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023, no X (Twitter), nos meses seguintes ao evento (janeiro, fevereiro e março de 2023). A escolha do X se dá porque, segundo matéria publicada pela Folha de São Paulo, no dia 13 de

janeiro de 2023[37], o episódio político que mais movimentou as redes sociais em 12 meses foi o ato golpista que tomou a Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro. Segundo o levantamento da plataforma de monitoramento de redes sociais BuzzMonitor, o volume de conversas em português envolvendo o ataque no Distrito Federal chegou a 7,3 milhões de menções no Instagram, Facebook e X (Twitter). A maior parte das discussões aconteceu no X (Twitter), representando 95% das menções ao episódio nas redes, enquanto Facebook e Instagram foram responsáveis por 5% das interações. Por isso, a escolha do X (Twitter) para realizar a análise. Como metodologia de análise, trabalha-se o conceito das representações sociais, apresentado logo a seguir.

As representações sociais como metodologia de análise

Serge Moscovici (2012) foi o percursor da Teoria das Representações Sociais (TRS). Para o autor, as representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam se entrecruzam e se cristalizam continuamente, impregnando a maioria das nossas relações, os objetos que produzimos e as comunicações que estabelecemos.

Segundo o autor, o propósito de todas as representações sociais é tornar algo não familiar, familiar. A familiarização é sempre um processo construtivo de ancoragem e objetivação, através do qual o não familiar passa a ocupar um lugar no mundo familiar.

As representações sociais são um sistema de valores, ideais e práticas que estabelecem uma ordem que possibilite às pessoas se orientar no mundo social e controlá-lo, possibilitando que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade.

Segundo Moscovici (2012), as representações sociais convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos, dando uma forma definitiva, colocando-as em uma determinada categoria. Assim, nós passamos a afirmar que a terra é redonda, associamos comunismo com a cor vermelha, inflação com o decréscimo do dinheiro. Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adequa exatamente ao modelo, nós forçamos a assumir determinada forma.

[37] Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/blogs/hashtag/2023/01/ataque-golpista-e-evento-politico-que-mais-movimentou-redes-no-ultimo-ano.shtml.

Moscovici (2012) explica os dois principais processos das representações sociais: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem é o primeiro mecanismo das representações sociais, que tenta ancorar ideais estranhas, reduze-as a categorias e imagens comuns, colocando-as em um contexto familiar. O objetivo do segundo mecanismo é objetivá-los, isto é, transformar algo abstrato em algo concreto. Na ancoragem, a neutralidade é proibida, pela lógica mesma do sistema, onde cada objeto e ser deve possuir um valor positivo e negativo e assumir um determinado lugar em uma escala hierárquica.

Ancorar, então, para Moscovici (2012) é classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas são ameaçadoras. Nós experimentamos uma resistência, um distanciamento, quando não somos capazes de avaliar logo. O primeiro passo para superar essa resistência acontece quando nós somos capazes de colocar esse objeto ou pessoa em uma determinada categoria, de rotulá-lo com um nome conhecido.

Pessoas e grupos criam representações sociais. Uma vez criadas, elas adquirem vida própria, circulam, encontram-se, atraem-se e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem.

Para Moscovici (2012), pessoas e grupos não são receptores passivos, pois eles pensam por si mesmos, produzem e comunicam suas próprias representações. Categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher alguns dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele. Sintetizando, classificar e dar nomes são dois aspectos da ancoragem das representações.

Já a objetivação é um processo mais atuante que a ancoragem, pois ela une a ideia de não familiaridade com a de realidade, tornando-se a verdadeira essência da realidade. Segundo o autor, ancoragem e objetivação são maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento, a segunda sendo mais ou menos direcionada para fora (para os outros).

Para Jodelet (2001), as representações sociais informam ao indivíduo sobre o que está acontecendo no mundo. Eis porque as representações sociais são tão importantes, pois elas nos guiam no modo de nomear os diferentes aspectos da realidade, interpretando-os, tomando decisões e se posicionando frente aos mesmos.

É importante entender que as representações sociais expressam definições de grupos, dando significado a um objeto representado por eles. Estas definições constroem um consenso sobre a realidade, que pode entrar em conflito com a de outros

grupos. Por isso, as representações sociais são dinâmicas e dependem tanto das elaborações individuais, de grupos, como também das coletivas.

A autora afirma que sempre necessitamos saber o que temos a ver com o mundo que nos cerca. Eis porque construímos representações. Eis porque não somos equipados apenas com automatismos. Igualmente, não somos isolados em um vazio social. Compartilhamos o mundo com os outros, as vezes convergindo, outras divergindo. Por isso, as representações sociais são tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam na maneira de nomear e definir o conjunto de diferentes aspectos da realidade, tomando uma posição e a defendendo.

Em relação à utilização do conceito das representações sociais como um referencial metodológico, Porto (2010) e Guareschi (2009) optaram por não dissecar dada representação, ressaltando seu núcleo central e periferias, preferindo trabalhar a noção como um todo, enquanto um bloco de sentidos articulados. Assim como os autores, essa pesquisa trabalhará o conceito de representação sociais como um todo, especificando, especialmente, o conceito de ancoragem nas análises feitas, compondo uma teia de significações que ora se articulam, ora se opõem.

Análise das representações sociais sobre a tentativa de Golpe no dia 8 de janeiro de 2023 no X (Twitter)

Para realizar esta pesquisa sobre a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023, foram selecionados os três primeiros meses do ano: janeiro, fevereiro e março de 2023, para verificar quais as representações sociais dos usuários do X (Twitter) sobre o golpe nesse período.

Segundo Recuero e Zago (2009), o X (Twitter) é uma ferramenta de micro mensagens lançada em 2006, obtendo um rápido crescimento no Brasil e no mundo. Nela, os usuários são convidados a responder à pergunta “o que você está fazendo?”, em até 140 caracteres. Na rede, é possível construir uma página, escolher quem “seguir” e ser “seguido” por outros. Cada ator tem suas mensagens publicadas (“tweets”). Segundo as autoras, o uso do X (Twitter) para acesso à informação é corrente para usuários, que parecem investir tempo na busca e divulgação de informação para seus contatos, quanto por veículos de mídia. No X (Twitter), as redes formadas pelas

conversações abrem espaço para formar redes de contato com as quais jamais houve qualquer tipo de interação recíproca. Essas conexões, segundo as autoras, embora não sejam recíprocas, podem dar ao ator acesso a determinados valores sociais que não estariam acessíveis de outra forma, tais como determinados tipos de informações.

Segundo Pereira (2023), os números do Twitter (X), em 2023, no Brasil, chegaram aos seguintes dados: existem 19 milhões de usuários ativos no X (Twitter), no Brasil; 80% dos usuários acessam a rede pelos dispositivos móveis, 42% dos usuários acessam a rede diariamente; 61% dos usuários brasileiros acessam pelo menos uma vez ao dia; 57% utilizam a rede social há mais de 3 anos; 44% dos usuários aumentaram seu uso devido à pandemia; 66% dos usuários são homens; 38% têm idade de 18 a 29 anos (portanto, um número considerável destes usuários são jovens – quase 40%) e 26% entre 30 e 49 anos e 68% dos usuários seguem algum influenciador digital.

Após contextualizar o X (Twitter), através de um levantamento das pesquisas já feitas sobre a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023, foi encontrada a pesquisa "Ataque à democracia e repercussão do 8 de janeiro. Disputas narrativas em torno dos atos antidemocráticos nas plataformas on-line", realizada por pesquisadores da FGV / ECMI, em 2023.

Na pesquisa, foi analisado o debate público digital acerca dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, analisando o X (Twitter) e Telegram nos dias 08 e 09 de janeiro. No X (Twitter), no dia 8 de janeiro, foi possível destrinchar as redes de interações em torno do episódio, identificando como o debate se desenvolveu, com ênfase nas discussões sobre intervencionismo e forças de segurança. A pesquisa concluiu que houve uma forte mobilização do campo progressista, que repudiou as manifestações e as vinculou a Bolsonaro. A pesquisa concluiu que, após a repercussão negativa inicial, perfis favoráveis à tentativa de golpe se articularam para emplacar a narrativa de "infiltrados" da esquerda nos ataques aos Três Poderes em Brasília, sobretudo em grupos de aplicativos móveis. Sob pedidos de intervenção militar, alguns perfis bolsonaristas seguiram enfatizando a narrativa de guerra com suposto apoio internacional aos atos golpistas. O nome de Flávio Dino, ministro da Justiça na ocasião, foi o mais citado nas publicações do X (Twitter) referentes ao episódio, com destaque para a mobilização de internautas para ajudá-lo a identificar os responsáveis pelo ataque.

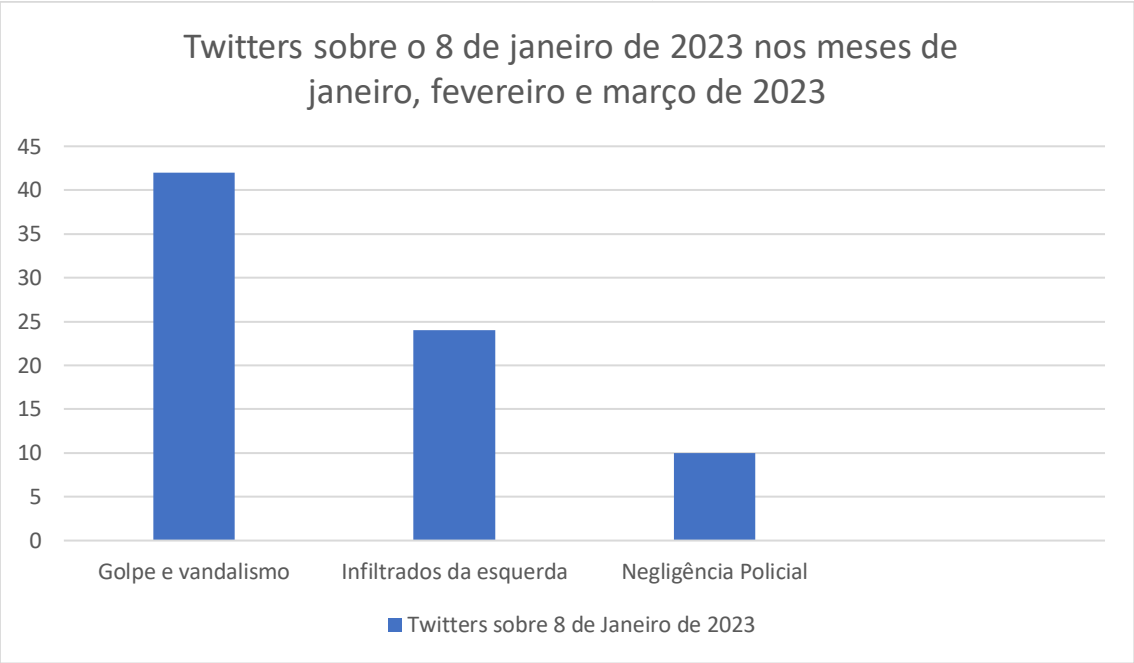
Segundo levantado pela pesquisa, houve 3 grupos de posicionamentos nos Twitters postados no 8 de janeiro. O primeiro grupo, composto por 42,4% dos perfis, com 51,5% das interações, era formado por figuras políticas, influenciadores e páginas mais associadas à esquerda, que destacou a omissão do Governo do Distrito Federal, responsabilizando o governador Ibaneis Rocha. Postaram imagens da violência, pedindo a responsabilização dos envolvidos. O segundo grupo, composto por 22,4% dos perfis, com 31,2% das interações, reunia a base de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro e perfis favoráveis ao ato em Brasília. Nota-se, nesse grupo, uma inversão de narrativas, afirmando que o STF, o TSE e o PT seriam os verdadeiros golpistas, com uma tentativa de responsabilizar a esquerda pelos atos de depredação, como os "infiltrados do PT". Um terceiro grupo, composto por 27,9% dos perfis, com 14,9% de interações, apresenta um conjunto de perfis progressistas e contrários às manifestações antidemocráticas, que criticou a abordagem policial contra os manifestantes, classificando-a como conivente ao ato, lembrando da brutalidade policial em outros protestos, sobretudo contra estudantes e professores.

Ao concluir o estudo, os pesquisadores da FGV (2023) perceberam que houve um domínio de perfis progressistas no dia 08 de janeiro no Twitter, que traçaram uma forte oposição aos atos. Somados, estes grupos corresponderam a cerca de 70,3% dos perfis e 66,4% das interações. O mesmo domínio foi observado no debate temático, com ênfase em críticas ao governo do Distrito Federal. Em geral, o monitoramento identificou um clima de derrota em torno da extrema-direita no debate público digital do X (Twitter), nos dias 8 e 9 de janeiro A tentativa da direita foi de desvincular a direita dos atos, culpando "atores infiltrados da esquerda" por supostamente tumultuarem uma manifestação pacífica.

Após interpretar os dados apresentados nesta pesquisa, a partir de uma leitura flutuante, foram selecionadas palavras-chave para identificar no X (Twitter), a continuidade do debate nos meses seguintes: janeiro, fevereiro e março de 2023. Foram selecionadas, então, as seguintes palavras chave para a busca realizada no X (Twitter) nesses meses: 8 de janeiro, golpe, Flávio Dino, democracia, manifestação, infiltrados, invasão, intervenção militar e ataque.

Ao realizar esta busca nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023 no X (Twitter), foram encontrados 79 twitters relativos ao tema. Nesses twitters, também houve 3 grupos de posicionamentos, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Twitters sobre 8 de janeiro de 2023



Fonte: autoria própria.

O primeiro, com 42 interações (55%), postou imagens de violência e depredação do patrimônio público, denunciando a tentativa de golpe, o vandalismo e pedindo a responsabilização dos envolvidos. Alguns exemplos de twitters desse grupo:

> Terroristas bolsonaristas invadindo os três poderes nesse domingo. Meses e meses de organização na cara das forças de segurança e nada. Um ato desses não ocorre sem a conivência de muita gente. Golpistas, não passarão. 08 de janeiro. 15h08.

> Atentado contra a democracia sim. Invasão e destruição do patrimônio brasileiro (não eram esses apoiadores que dizem amar o Brasil? Porque estão destruindo? Terrorismo sim. 08 de janeiro de 2023. 19h45.

> Gravíssimos os ataques golpistas ocorridos hoje no Distrito Federal, com a invasão e depredação do Congresso, Planalto e STF. Um inaceitável atentado à nossa democracia, que merece resposta dura e imediata contra todos os envolvidos. 08 de janeiro de 2023. 17h04.

> E mais uma vez os golpistas bolsonaristas estão agindo de forma criminosa com total conivência dos que deveriam garantir as leis e a democracia. A invasão terrorista ao Congresso nesta tarde não pode ficar sem resposta altura a eles e a quem financia esse atentado à democracia. 08 de janeiro de 2023. 16h02.

> Parece que o senhor está confundido as coisas. Uma coisa é o atentado terrorista quanto à democracia. Crime indescritível e inafiançável. Atentado contra a soberania nacional e outro é um crime de invasão de propriedade privada também consta na Constituição. 03 de março de 2023. 22h30.

Como é possível perceber, esse grupo definiu a data do 8 de janeiro de 2023 com palavras como: terroristas, golpistas, conivência, invasão, destruição, atentado à democracia, ataque, criminosa, depredação, atentado terrorista, crime etc. Uma visão extremamente negativa da tentativa de golpe, ligada a perfis progressistas de esquerda.

O segundo grupo, com 24 (31,6%) dos perfis, reuniu base de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, realizando uma inversão de narrativas, afirmando que os "infiltrados do PT" eram os verdadeiros responsáveis pelos atos de depredação, responsabilizando, portanto, a esquerda por estes atos. Alguns twitters desse grupo:

> Jair Bolsonaro afirmou, em entrevista à emissora americana NBC, que a invasão ocorrida em oito de janeiro, nos prédios da Esplanada, foi articulada pela esquerda e que Lula não quer a investigação da CPMI para que não se descubra que as depredações foram feitas por infiltrados pagos. 06 de fevereiro de 2023 10h37.

> O patriota de fato, não é baderneiro, apesar de estarmos indignados pelas arbitrariedades deste desgoverno. Não somos treinados para atacar, a invasão da esquerda foi arquitetada, facilitada e orquestrada pelos infiltrados da esquerda. Nossa honra não será manchada por esses esquerdopatas. 09 de janeiro de 2023. 06h22.

> Bom dia, amigos. Muita atenção e cuidado. O modus operandi da esquerda sórdida inclui: quebra-quebra, infiltrações, falsidades e calúnias, invasão de contas, semeadura de caos, confusão e desordem. Verifiquem suas contas em duas etapas e cuidado com os infiltrados. 09 de janeiro de 2023. 05h22.

> Foi destruída por infiltrados da esquerda, inclusive tinha um grupo dentro do prédio aguardando antes da invasão, tendo em vista que Lula e Dino sabiam com antecedência que ia acontecer e nada fizeram, foi mais um golpe alarmado pelo PT. 10de janeiro de 2023. 23h20.

> Se não permite a CPI e se mantém em sigilo tanto o homem que derrubou o relógio como as imagens da invasão. Isso nos leva a creditar que quem causou foram mesmo infiltrados do PT prática usada ao longo da história para prejudicar alguém é bem típico da esquerda. Só tem medo aquele que deve. 02 de fevereiro de 2023. 12h30.

Como é possível perceber, esse grupo definiu a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro com termos como: infiltrados do PT, típico da esquerda, infiltrados da esquerda,

golpe armado pelo PT, esquerda sórdida, cuidado com os infiltrados, o patriota não é baderneiro, invasão da esquerda, esquerdopatas e infiltrados pagos. É possível ver que o discurso apresentado por este grupo é de uma inversão dos fatos, culpando a esquerda por realizar ações de vandalismo, numa ação que, segundo esse grupo, seria pacífica se fosse realmente organizada pela direita.

O terceiro grupo, composto por 10 interações (7,6%), apresentou um conjunto de perfil contrários às manifestações antidemocráticas, criticando, especificamente, as abordagens policiais contra os manifestantes, classificando-as como coniventes com o ato. Algumas postagens desse grupo:

> Na primeira imagem, protesto pacífico de um professor por melhores salários e condições de trabalho. Na segunda, uma patriota, pessoas como ela foram as que participaram da invasão ao congresso nacional. Quanta diferença, né. 08 de janeiro. 16h56.
>
> Por que o ministro da Defesa, José Múcio, até agora não deu as caras para explicar a participação das Forças Armadas na intentona golpista, incluindo a inércia do Batalhão da Guarda Presidencial diante da invasão do Palácio do Planalto e o acobertamento da fuga de golpistas? 11 de janeiro de 2023. 11h28.
>
> Estão esperando o quê? Uma tragédia está na iminência de acontecer e até agora nada de repressão contra esses criminosos. Essa situação já ultrapassou todos os limites. Ah se fosse qualquer movimento de esquerda ou de professores. País de merda. 08 de janeiro. 14h59.
>
> Terroristas invadem o Supremo Tribunal Federal e depredam tudo. Também invadem o Palácio do Planalto e o congresso. É evidente o envolvimento do governo do Distrito Federal na destruição da Capital do Brasil. Todos tem que ser punidos. 08 de janeiro de 2023. 16h01.
>
> A polícia de Brasília é uma das que mais bate. Bate em estudante, porque nos bolsonaristas invadindo o prédio do Congresso Nacional, estão literalmente deixando passar. É igual touro, só não pode ver vermelho. 08 de janeiro. 15h32.

É possível perceber que este grupo, formados por pessoas com perfil progressista, de esquerda, questiona a falta de uma intervenção das forças de segurança na tentativa de golpe no 8 de janeiro de 2023, como se identifica nos seguintes trechos: participação das Forças Armadas na intentona golpista, acobertamento da fuga de golpistas, repressão contra esses criminosos, ah, se fosse qualquer movimento de esquerda ou professores, envolvimento do governo do Distrito Federal na destruição da Capital do Brasil, a polícia de Brasília é uma das que mais bate. Bate em estudante,

porque nos bolsonaristas estão deixando passar. Esse grupo questiona, especificamente, a diferença de atuação das forças armadas em relação à movimentos de esquerda, professores etc., em comparação à atuação com os manifestantes da direita.

Como relata Jodelet (2001), as representações sociais constroem um consenso sobre a realidade dentro de um determinado grupo, que pode entrar em conflito com outros grupos. Nesta pesquisa, verificamos claramente duas representações sociais centrais de dois grupos sociais distintos: pessoas progressistas vinculadas à esquerda e pessoas conservadoras vinculadas à extrema direita. Enquanto o primeiro grupo questionou as ações violentas e a ausência de atuação policial na tentativa de golpe, como podemos notar nos trechos selecionados acima, o segundo grupo, após perceber uma notória descredibilização e crítica da opinião pública à tentativa de golpe nas redes sociais, tentou vincular tais atos a "infiltrados da esquerda".

Analisando a representação social defendida nos dois grupos, com relação ao primeiro grupo, a ancoragem feita sobre a tentativa de golpe da extrema direita foi que estes atos são criminosos, violentos e devem ser punidos.

Já a representação social central defendida pelos apoiadores de Bolsonaro, seria a teoria conspiratória de que as ações violentas foram coordenadas por "infiltrados da esquerda". Portanto, a ancoragem que circula pelos grupos de direita é que as ações de vandalismo foram orquestradas pelos supostos "infiltrados", e que quem deveria ser punido não seriam os manifestantes "de bem", de direita, mas sim "os infiltrados" da esquerda.

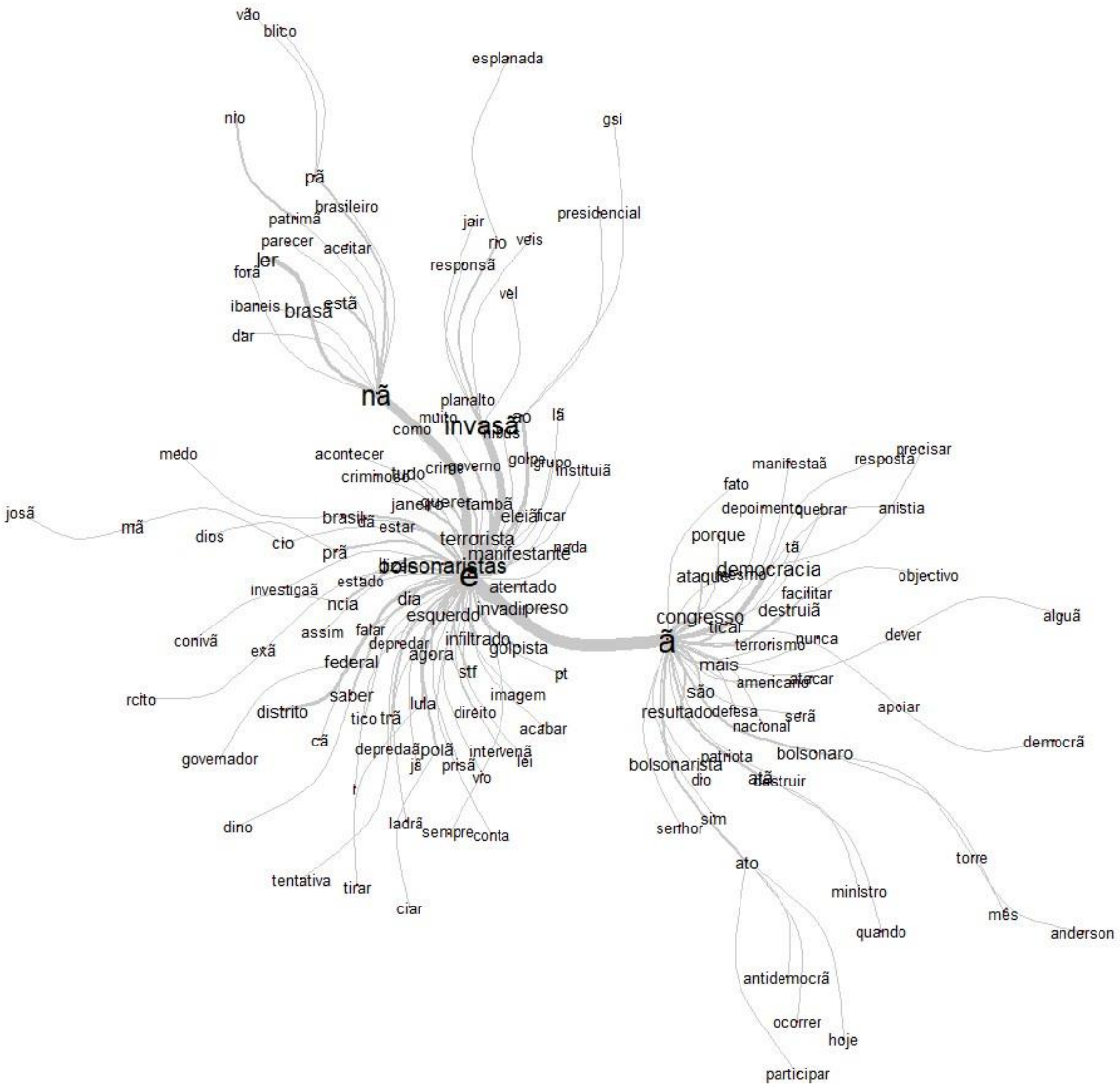
Moscovici (2012) relata que as representações sociais são entidades sociais, com uma vida própria, comunicando-se entre elas, opondo-se mutuamente e mudando em harmonia com o curso da vida, esvaindo-se, apenas para emergir novamente sob novas aparências. Ao analisar a tentativa de golpe do 8 de janeiro de 2023, percebe-se que a verdadeira representação social dos defensores do golpe, vinculados à extrema direita no Brasil, é a mesma representação social dos defensores do golpe de 64, da ditadura militar, fazendo com que essa representação social emerja novamente em 2023, com uma nova roupagem, como argumenta Moscovici (2012).

Utilizando o *software* Iramuteq, de análise textual baseado em estatísticas, que usa também o *software* estatístico R, foi possível realizar outras análises dos twitters postados no X (Twitter) nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023. Através deste

software, foi possível perceber ligações e outras características textuais, o posicionamento e a estruturação das palavras no texto, apontando indicadores e visualização intuitivas no texto. O Iramuteq é um *software* de livre acesso no Brasil, muito utilizado nas pesquisas de representações sociais, pois viabiliza análises como a classificação hierárquica descendente, a análise de similitude, análise fatorial de correspondência, dentre outras.

Através da análise de similitude, foi possível observar palavras relativas aos três grupos encontrados na pré-análise, na qual os textos foram categorizados nos seguintes grupos: 1) golpe e vandalismo, 2) infiltrados da esquerda e 3) negligência policial, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Palavras relativas aos três grupos na pré-análise

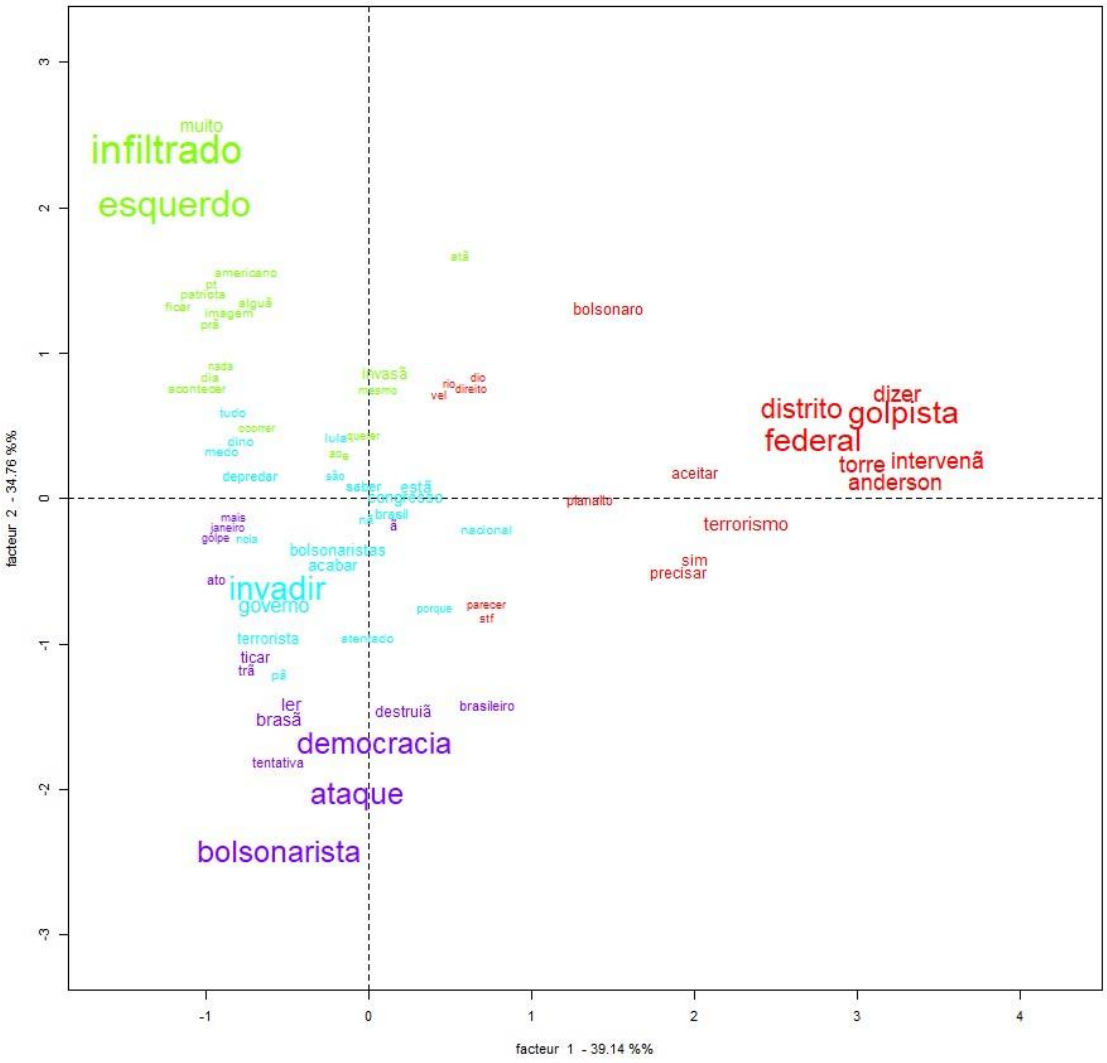


Fonte: autoria própria, com utilização do *software* Iramutec.

No gráfico acima, é possível perceber que, agrupadas do lado esquerdo, as palavras mais expressivas podem ser enquadradas nos 2 grupos principais: 1) golpe e vandalismo: bolsonaristas, atentado, depredar, intervenção, prisão, invasão, criminoso, golpe etc. e 2) infiltrados da esquerda: esquerda, lula, ladrão, infiltrado. Do lado direito, podemos perceber mais manifestações relativas ao grupo 1) golpe e vandalismo e 3) negligência policial: terrorismo destruição, facilitar, ataque, democracia, antidemocrático, ataque, terrorismo, patriota, resposta.

No gráfico seguinte, conseguimos perceber melhor a organização destes grupos em diferentes quadrantes:

Gráfico 3 – Organização dos grupos encontrados

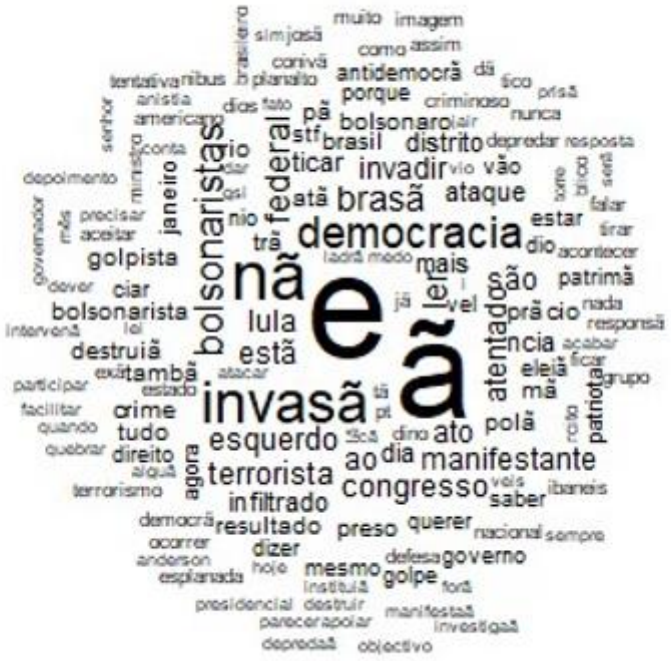


Fonte: autoria própria, com utilização do *software* Iramutec.

No primeiro quadrante a esquerda, com palavras destacadas em verde, é possível identificar as palavras que mais emergiram do grupo 2) infiltrados da esquerda: infiltrado e esquerda. No segundo quadrante, de roxo e azul, percebemos mais palavras do grupo 1) golpe e vandalismo: invadir, ataque, bolsonarista, destruição, golpe, tentativa. No terceiro quadrante, de vermelho, podemos observar mais palavras relativas ao grupo 3) negligência policial: aceitar, golpista, intervenção, terrorismo.

A nuvem de palavras também apresenta palavras destes três elementos principais: 1) golpe e vandalismo: democracia, ataque, invadir, atentado, terrorista, bolsonarista; 2) infiltrados da esquerda: esquerda, Lula, infiltrado, patriota; 3) negligência policial: destruição, crime, direito, preso, como se pode observar abaixo:

Figura 1 – Palavras-chave encontradas nos três grupos analisados



Fonte: autoria própria, com utilização do *software* Iramutec.

Como é possível perceber, existem dois grupos principais de representações sociais na análise dos meses seguintes à tentativa do golpe em 8 de janeiro de 2023 (janeiro, fevereiro e março de 2023). De um lado, militantes, intelectuais, artistas e pessoas com perfil mais progressista, de esquerda, viram o dia 8 de janeiro de 2023 como uma tentativa de golpe e de vandalismo, aliada à negligência policial. De outro lado, os defensores bolsonaristas da tentativa de golpe, ligados à extrema direita no Brasil, utilizaram o discurso de que "infiltrados da esquerda" manipularam e orquestraram os atos de vandalismo e violência.

Considerações finais

Segundo Lévy (1994), a Internet propicia um espaço de debate, de ágora virtual, fazendo com que as pessoas participem mais dos processos democráticos. Esse espaço

desenvolveria a elaboração das questões, com diferentes debates e opiniões, o que podemos perceber que aconteceu no X (Twitter), nesses três meses, com diferentes posicionamentos e representações sociais em relação à tentativa de golpe.

Assim como Lévy (1994), Castells (2004) analisa a Internet como um espaço de participação política, se tornando um local onde a diversidade de opiniões explode em vários tipos de pronunciamento. Foi isso que conseguimos observar nessas duas representações sociais centrais sobre a tentativa de Golpe.

Contudo, é importante lembrar, que, para Castells (2004), devido ao seu caráter aberto, sabe-se da importância de verificar a credibilidade de rumores na Internet. Esse é o problema das bolhas de informação e das *Fake News*. Os grupos de esquerda permanecem escutando os mesmos grupos e as mesmas bolhas, assim como os grupos de direita o fazem. Portanto, no caso da extrema direita, quem acredita no discurso de que "infiltrados da esquerda" manipularam e orquestraram os atos de vandalismo e violência no dia 8 de janeiro de 2023, vai continuar a acreditar nesse discurso, independentemente que a realidade, as investigações, a imprensa e a justiça provem o contrário.

Recuero (2017) reflete sobre a problemática da formação de "bolhas'' na *Internet*. Segundo ela, as redes formam uma modalidade de esfera pública porque proporcionam um espaço público onde há informação, debate e onde as opiniões públicas são formadas. A autora fala de microesferas públicas, visto que as redes sociais passaram a se fragmentar ideologicamente, constituindo "bolhas" onde apenas algumas opiniões e ideias circulam livremente.

Analisando as representações sociais sobre a tentativa de golpe no 8 de janeiro de 2023, podemos perceber claramente a atuação de duas "bolhas" segmentadas: uma, ligada aos movimentos progressistas e de esquerda, que analisaram o 8 de janeiro como uma tentativa de golpe e ataque à democracia; e outra, segmentada por defensores de Bolsonaro e da extrema direita, que assumiram um discurso de "infiltrados da esquerda" que orquestraram as ações criminosas.

Felice (2020) defende que a cidadania digital é um dever para a nossa sociedade, para as instituições educacionais e para as diversas entidades. A participação política, para o autor, deve se desenvolver de forma responsável, por meio da construção de habilidades em um mundo cada vez mais conectado. Por isso, diante das informações

propagadas pelos diferentes grupos em torno da tentativa de golpe no dia 8 de janeiro, é necessário que os cidadãos vejam os diferentes argumentos dos diferentes grupos, tanto os de esquerda e progressistas como os de extrema direita, saiam de suas bolhas, comparem as informações com as fontes de informação oficiais e tirem suas próprias conclusões, construindo uma formação mais crítica diante das fake News. Para uma leitura crítica da realidade, é preciso investir na formação política das pessoas, tanto no ambiente *online* como no *offline*.

Mangumbala (2014) concorda que a *Internet* possui um grande potencial para o reforço da democracia moderna. Segundo o autor, por meio das novas tecnologias podemos aproximar cidadãos e representantes políticos, gerar novas formas de participação, fomentar o debate público para que a informação chegue para mais pessoas. Contudo, conforme já anunciado, é importante confrontar as diversas informações, consultar as fontes oficiais, sair das bolhas de informação dos diferentes grupos, formando, assim, uma possiblidade de leitura mais crítica da realidade.

Segundo Recuero e Tavares (2023), a toxidade é um veneno que contamina as discussões das redes sociais, encontrando terreno fértil nas páginas de *Internet*, uma vez que as plataformas contribuem para o espelhamento desse tipo de conteúdo. Para as autoras, a circulação e legitimação dos discursos violentos também são consequência da apropriação dos mecanismos das plataformas, de interferência na esfera pública e de silenciamento do outro. Discursos tóxicos são particularmente relevantes em plataformas de mídia social, pois, se aproveitando de sua estrutura e características, como o anonimato, a facilidade de reprodução do conteúdo e a rapidez de espelhamento dessas mensagens, são capazes de interferir na esfera pública de debate.

Como alerta Recuero e Tavares (2023), existe uma toxidade que contamina as discussões nas redes sociais. A legitimação desses discursos violentos interfere na esfera pública e promove o silenciamento do outro. Esse é o problema das bolhas de informação, principalmente as bolhas ligadas a informações falsas. Mesmo após três meses da tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023, é possível perceber que os perfis de extrema direita e reacionários continuam sustentando a *Fake News* de que os golpes foram orquestrados por “infiltrados da esquerda”. Um discurso tóxico que deve ser desconstruído e combatido.

Segundo Sanchonete e Marques (2021), com a *Internet* a informação não circula mais em uma mão única. Agora o leitor participa, em um contexto em que a emissão não é mais controlada. Esse cenário fez com que os rumores boca a boca também migrassem para o ambiente digital, ganhando grandes proporções. Assim, ainda que a *Internet* tenha facilitado a mobilização de pessoas em torno de causas comuns, também deu espaço para uma forte onda de disseminação de notícias falsas, também conhecidas como *Fake News*.

As autoras alertam que o leitor mais atento deve buscar verificar e questionar conteúdos ditos jornalísticos, buscando fontes e veículos sérios antes de contribuir com a disseminação de uma determinada informação. Assim, os cidadãos devem pesquisar sobre o site de origem da notícia, considerar o autor, fazendo uma pesquisa para saber quem ele é, verificar a data de publicação no site, não na rede social e buscar informações em outros sites.

As autoras ressaltam que, entre as intenções do rumor, a principal é o desejo de pertencimento, colocando o seu uso como meio de passagem para o que o sujeito seja aceito no grupo. Por esse motivo, é possível compreender, por exemplo, porque os grupos de extrema direita, ligados ao bolsonarismo, acreditam e propagam falsas notícias, assim como no caso da tentativa de golpe do 8 de janeiro de 2023: pelo desejo de pertencimento, reafirmando, reforçando e defendendo o posicionamento deste grupo.

Para combater a realidade de desinformação e violência nas escolas, Guazina (2023), a partir de elementos destacados nos documentos da Unesco, União Europeia e nas experiências da Finlândia e dos projetos brasileiros desenvolvidos na Universidade de Brasília (ObservInfo) e na Universidade Federal Fluminense (Rede Conecta) elenca cinco eixos de uma agenda para atuação do Ministério da Educação, em articulação com os sistemas de ensino, a fim de promover uma política pública de educação para a cidadania e alfabetização midiática.

No primeiro eixo, ela propõe a construção de uma política pública capilarizada de alfabetização midiática e informacional, articulada de modo interministerial, em colaboração com os sistemas estaduais municipais de ensino em diálogo com a sociedade civil. No eixo 2, através do fomento institucional à participação no debate público e no desenho de políticas públicas, com a articulação de parceria com grupos de

pesquisas, universidades redes e institutos especializados em educação midiática e combate à desinformação, além de articulação de parcerias estratégicas com a sociedade civil, movimento sociais, entidades e empresas privadas na realização de projetos de combate à desinformação e aos discursos de ódio.

No terceiro eixo, fomento à formação de professores do ensino fundamental e médio em alfabetização midiática e informacional; incentivo de produção de materiais de apoio e conteúdo pedagógicos e inclusão de disciplinas nos currículos dos cursos de jornalismo e nas pedagogia das instituições de ensino superior; no eixo 4, fomento à produção de conteúdos audiovisuais disponibilizados gratuitamente para escolas, estudantes do ensino fundamental e médio e para a comunidade e eixo 5, fortalecimento da gestão democrática e dos laços afetivos nas escolas.

Guazina (2023) afirma que tais propostas sintetizam alguns dos principais aspectos presentes no debate público em curso no país sobre o papel do Estado, especialmente do Ministério da Educação, no combate à desinformação, às *Fake News* e à violência das escolas brasileiras. Percebe-se que estes aspectos são também importantes no combate à desinformação e às *Fake News* no que diz respeito à formação de uma cultura de participação política de forma mais crítica, tanto no ambiente *online* como no *offline*.

Além do importante papel da educomunicação nas escolas no combate à desinformação e às *Fake News*, um outro espaço para promover a cidadania, a formação e a conscientização das pessoas para a formação de uma leitura crítica da realidade são os movimentos populares. Portanto, a partir de uma leitura crítica da mídia, comparando os diferentes veículos de comunicação, tentando sair das bolhas de informação e das propostas apontadas por Guazina (2023), sobre o papel do Estado e da educação, no combate à desinformação e o papel dos movimentos populares para uma formação crítica e cidadã, é possível pensar formas de se combater às *Fake News*.

Referências:

CAMAZANO, Paula. **Entenda os ataques golpistas de 8 de janeiro e seus desdobramentos**. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/entenda-os-ataques-golpistas-de-8-de-janeiro-e-seus-desdobramentos.shtml. Acesso em: 1 maio 2025.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

FELICE, Massimo Di. *A cidadania digital: a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais*. São Paulo: Paulus, 2020.

GRASSI, Amaro; RUEDIGER, Marco Aurélio (coord.). *Ataque à democracia e repercussão do 8 de janeiro: disputas narrativas em torno dos atos antidemocráticos nas plataformas on-line*. Rio de Janeiro: FGV ECMI, 2023.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre neopentecostais. In: GUARESCHI, Pedrinho Arcides; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 191-228.

GUAZINA, Liziane. Alfabetização midiática e informacional no combate à desinformação e à violência nas escolas. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 28, n. 2, 2023.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). *Representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 1994.

MANGUMBALA, Tchissola. O papel das tecnologias da informação na construção da democracia moderna. *Justiça do Direito*, Passo Fundo, v. 28, p. 258-268, 2014.

MOSCOVICI, Serge. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2012.

PEREIRA, Mateus. **Estatísticas Twitter (X) – 2023**. Disponível em: https://definicao.marketing/estatisticas-twitter/. Acesso em: 29 abr. 2024.

PORTO, Maria Stela Grossi. *Sociologia da violência: do conceito às representações sociais*. Brasília: Verbana Editora, 2010.

RECUERO, Raquel. Redes sociais formaram bolhas na internet que restringem circulação de opiniões e ideias. Entrevista concedida a João Vitor Santos. *IHU On-line*, São Leopoldo, n. 502, abr. 2017. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6814-redes-sociais-formaram-bolhas-na-internet-que-restringem-circulacao-de-opinioes-e-ideias. Acesso em: 29 abr. 2024.

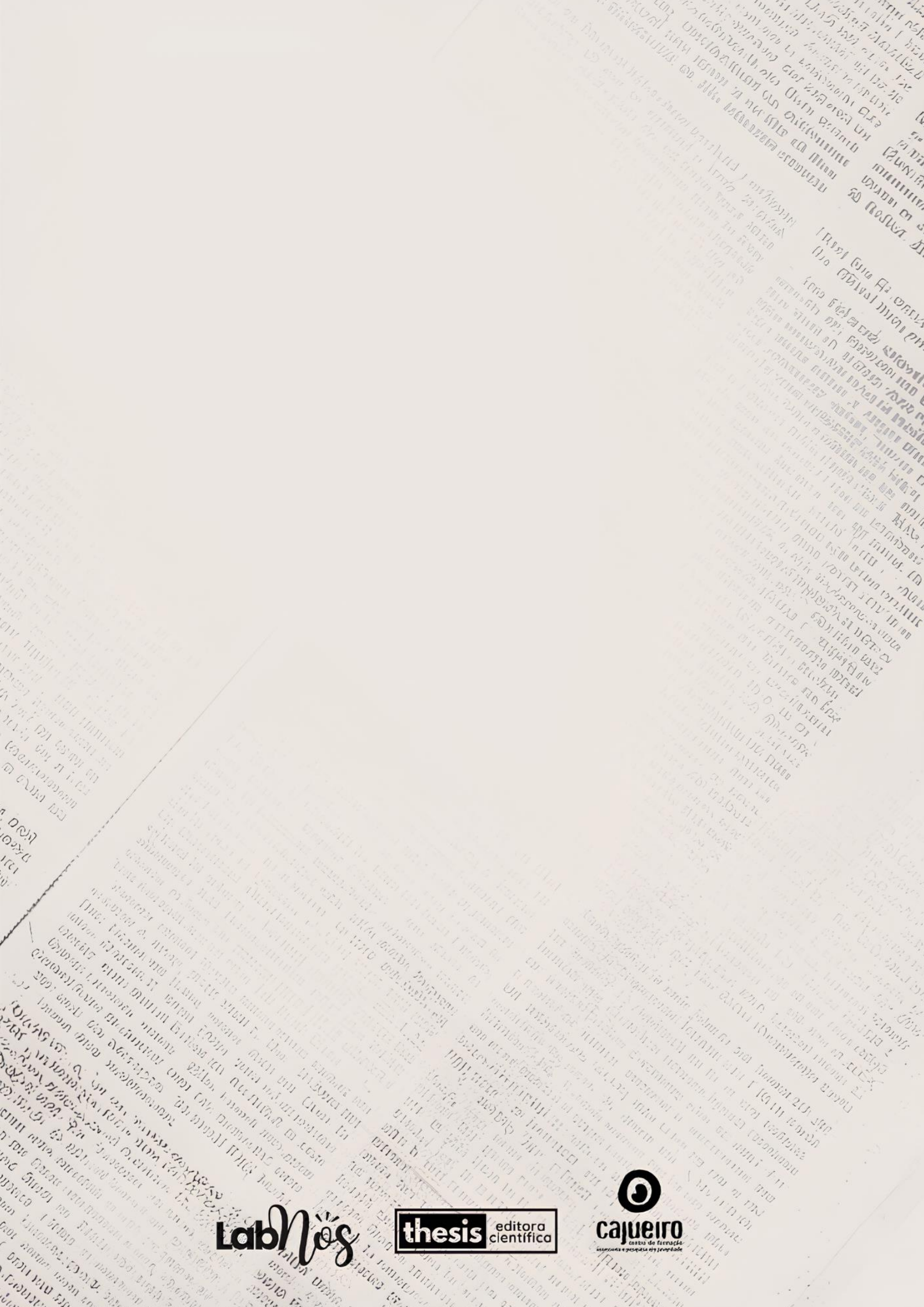
RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela. Em busca das "redes que importam": redes sociais e capital social no Twitter. *Líbero*, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 81-94, 2009. Disponível em:

http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/498. Acesso em: 29 abr. 2024.

RECUERO, Raquel; TAVARES, Camila. Toxicidade e violência discursiva contra deputadas federais no Twitter. *Galáxia*, São Paulo, v. 48, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/gal/a/MYssvYZ569wwqf6TGQq7hDH/. Acesso em: 29 abr. 2024.

REZENDE, Constança. **STF pune mais de 15, e total de condenados pelo 8 de janeiro chega a 116**. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2024. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/03/stf-forma-maioria-para-punir-mais-15-e-totalizar-116-condenados-pelo-81.shtml. Acesso em: 29 abr. 2024.

SANCHONETE, Carlos; MARQUES, Daniel. Quando a arma é a notícia: um estudo sobre circulação de fake news. *Comunicação & Informação*, Goiânia, v. 24, p. 1-20, 2021.

Declaração sobre o uso de inteligência artificial

Ferramentas de inteligência artificial generativa foram utilizadas exclusivamente como apoio à revisão textual e ao aperfeiçoamento da escrita acadêmica desta obra. Todo o conteúdo científico, incluindo análise, interpretação e conclusões, é de responsabilidade dos autores.